

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

ROSICLÉIA FACHIN

**COOPERADOS E COOPERATIVA NAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS NA
COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTIAL**

**PONTA GROSSA
2009**

ROSICLÉIA FACHIN

**COOPERADOS E COOPERATIVA NAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS NA
COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, curso de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito parcial para obtenção do título de mestre.
Orientadora: Prof^a. Dr.^a Andrea Paula dos Santos

**PONTA GROSSA
2009**

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

F139c Fachin, Rosicléia
Cooperados e cooperativa nas representações e práticas na
Coasul Cooperativa Agroindustrial. / Rosicléia Fachin. Ponta
Grossa, 2009.
115f.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profa. Dr. Andréa Paula dos Santos

1. Cooperativismo. 2. Representações sociais. 3. Práticas
cooperativistas. 4. Sudoeste do Paraná. 5. Cooperativismo
agrícola. I. Santos, Andréa Paula dos. II. T.

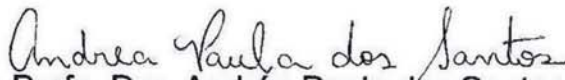
CDD: 334

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSICLÉIA FACHIN

**“COOPERADOS E COOPERATIVA NAS REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS
NA COASUL - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL”.**

**Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:**


Orientadora: Profa. Dra. Andréa Paula dos Santos
Universidade Estadual de Ponta Grossa


Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Universidade de São Paulo - USP


Prof. Dr. Pedro Henrique Weirich Neto
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ao meu pai (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Em especial gostaria de agradecer a todos os cooperados, principalmente a Seu Anaraci, Dona Helena e Seu Adelino, por seus depoimentos e disponibilidade, muitas vezes deixando seus afazeres para me atender, sem os quais não faria esse trabalho da forma como ele se apresenta. Gostaria de enfatizar que a colaboração de todos os cooperados com quem falei foi de fundamental importância.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Andrea Paula dos Santos, que me acolheu e apoiou desde o início até agora, sempre indicando novos caminhos. Me ensinou muito ao longo de todo o processo de pesquisa, o que me proporcionou várias reflexões e descobertas.

Aos meus amigos e colegas de trabalho da Coasul Cooperativa Agroindustrial, em especial à Dionara que me auxiliou, realizando o meu trabalho nos momentos de ausência.

Aos colegas do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEPG, pelas discussões, principalmente à Daniele e Alexandra, amigas e companheiras de trabalho, com as quais dividi as angústias do mestrado.

A UEPG pelo apoio para realização deste trabalho.

Gostaria ainda, de dizer obrigada para Leila, amiga que me ajudou em vários momentos, me motivando e me acolhendo em sua casa.

Por fim, tenho que dizer obrigada ao Vanderlei, companheiro que me apoiou nas horas difíceis.

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida ao longo do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), abordando o cooperativismo nas práticas e nas representações dos cooperados da Coasul Cooperativa Agroindustrial, com sede em São João, PR. A Coasul foi fundada em 1969, e congrega mais de 3000 cooperados de vinte municípios da região sudoeste e centro-oeste do estado do Paraná, tendo grande importância econômica, social e cultural na vida de milhares de pessoas. Ao longo de sua trajetória desenvolveu atividades econômicas relacionadas à agricultura, tendo como principais os plantios de milho, soja e trigo, com produção direcionada tanto para o consumo interno tanto para a comercialização com grandes empresas e a industrialização. O objetivo da pesquisa foi estudar como os cooperados participam e como percebem, interpretam e atribuem significados à cooperativa. Que práticas são valorizadas ou não? Como são construídas as representações dessas práticas? Esses foram os focos deste trabalho de campo e reflexões teóricas, considerando a história do cooperativismo, os princípios cooperativistas, os valores defendidos pelas práticas cooperativistas e os confrontos com a realidade das vivências pelos cooperados, suas experiências. Buscou-se produzir registros documentais, resultantes de uma observação participante, tais como histórias de vida e caderno de campo. Também foram utilizados nas análises os documentos escritos, como Atas da Cooperativa, que representam o cotidiano das decisões dos cooperados, principalmente no momento de fundação. Espera-se, desta forma, contribuir para que se reflita sobre as possibilidades e os limites do cooperativismo tradicional contemporâneo.

Palavras-chave: Cooperativismo. Representações sociais. Práticas cooperativistas, sudoeste do Paraná. Cooperativismo agrícola.

ABSTRACT

This work is the result of research developed over the Masters in Applied Social Sciences by the University of Ponta Grossa, Paraná (UEPG), addressing the cooperative practices and representations of Coasul cooperative Cooperativa Agroindustrial, São João, PR. The Coasul was founded in 1969 and cooperated together over 3,000 of twenty counties in southwest and central region west of the state of Parana, with major economic, social and cultural life of thousands of people. Throughout its history developed economic activities related to agriculture, with the main crops of corn, soybeans and wheat, with production targeted for both domestic consumption for both large companies with marketing and industrialization. The objective of the research was studying how involved cooperated and how they perceive, interpret and give meaning to cooperative. Practices that are valued or not? How are they constructed the representations of these practices? These are the focuses of this fieldwork and theoretical, considering the history of the cooperative, the cooperative principles, the values defended by the cooperative practices and clashes with the reality of the experiences cooperated, their experiences. We tried to produce documentary records, obtained by participant observation such as stories of life and the field notebook. Were also used in the written tests, as Minutes of the Cooperative, which represent the life of the decisions cooperated, especially in time of foundation. It is expected, thus contributing to that reflects on the possibilities and limits of the traditional cooperative contemporary.

Keywords: Cooperative. Social representations. Cooperative practices. Coasul, southwestern Paraná. Agricultural cooperatives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 -	Municípios da área de ação da Coasul.....	70
FIGURA 2 -	Organograma Hierárquico Funcional da Coasul.....	75
FIGURA 3 –	Evento realizado pela Coasul: (A) direcionado a jovens; (B) direcionado a casais.....	90
FIGURA 4 –	Visão do público de cooperados presentes na Assembleia Geral Ordinária no ano de 2008.....	92
FIGURA 5 –	Momento de aprovação de proposta na Assembleia Geral ordinária dos cooperados da Coasul.....	93
QUADRO 1 -	Demonstrativo da evolução do crescimento econômico, quadro social, número de funcionários e recepção de cereais da Coasul, de 1997 a 2007.....	71

LISTA DE SIGLAS

ACARPA	Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Paraná
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CAMDUL	Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenagem de Francisco Beltrão
COASUL	Coasul Cooperativa Agroindustrial
Copasa	Companhia Paranaense de Silos e Armazéns
IESOL	Incubadora de Empreendimentos Solidários
INCRA	Instituto Nacional de Colonização Agrária
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEPAR	Organização das Cooperativas Paranaenses
ONG's	Organizações não Governamentais
RS	Representações Sociais
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
 CAPÍTULO 1 - ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS APROPRIAÇÕES DO COOPERATIVISMO NO CASO DA COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.....	 16
1.1 A HISTÓRIA DO PROJETO: A CONSTRUÇÃO DA CAMINHADA.....	16
1.2 O TRABALHO DE CAMPO: DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA PARTICIPANTE.....	20
1.3 HISTÓRIAS DE VIDA: CONTEXTUALIZANDO OS COLABORADORES DA PESQUISA. QUEM SÃO E ONDE VIVEM AS PESSOAS QUE INTEGRAM A COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL.....	24
1.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM BREVE DEBATE TEÓRICO.....	26
1.5 REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES COMO CONCEITOS CONSTRUÍDOS PARA ANÁLISE DO TEMA.....	34
1.6 COOPERATIVISMO NO BRASIL: MULTIPLAS REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES POSSÍVEIS	42
 CAPÍTULO 2- TRAJETÓRIA DA COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NO CONTEXTO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ: REPRESENTAÇÕES OFICIAIS E APROPRIAÇÕES DOS COOPERADOS	 56
2.1 O PARANÁ E A REGIÃO SUDOESTE: UM BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA.....	56
2.2 COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO	64
2.3 ESTRUTURA E CULTURA ORGANIZATIVA COOPERATIVISTA NA COASUL.....	72

CAPÍTULO 3 – PRÁTICAS, REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DOS COOPERADOS DA COASUL: CONTRADIÇÕES E LIMITES DO COOPERATIVISMO CONTEMPORÂNEO.....	77
3.1 HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UM CAMINHO PARA A INTERPRETAÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS COOPERADOS....	77
3.2 HISTÓRIAS DE VIDA E A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DOS COOPERADOS.....	82
3.3 COOPERADO E COOPERATIVA NAS PRÁTICAS DO COOPERATIVISMO TRADICIONAL: CONTRADIÇÕES E LIMITES DO COOPERATIVISMO CONTEMPORÂNEO.....	84
3.4 PRÁTICAS DE ASSISTENTE SOCIAL E PESQUISADORA: ENTRE CONFLITOS COTIDIANOS E TRANSFORMAÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	109

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade em seu estágio atual passa por sentimentos, sensações, compreensões, e representações ambíguas, contraditórias e ambivalentes, onde o mito da segurança permeia as dinâmicas sociais. As incertezas quanto ao futuro profissional ou pessoal fazem com que as pessoas vivam em permanente estado de medo; o sólido o seguro, parece cada vez mais distante, incluindo as instituições e organizações sociais. (BAUMAN, 2003)

É um período de complexas conquistas científicas e tecnológicas a uma velocidade crescente, especialmente no que diz respeito ao sistema econômico capitalista, que contribui diretamente para agilizar os processos de inovação em curso (BAUMAN, 2003). Portanto, esse processo pode ter trazido benefícios, mas também acarretaram muitas conseqüências sociais negativas, como o aumento do desemprego, a tecnificação de várias atividades, dentre elas a agricultura, a precarização dos contratos de trabalho e o próprio equilíbrio ambiental.

Mas, ao mesmo tempo, percebemos que se estabelece uma fase com um novo padrão de acumulação e crescimento econômico do capital, onde as grandes empresas mundiais têm a possibilidade, agora, mais do que nunca, de se expandir; desenvolvendo novos produtos, abrindo novas fábricas e filiais, fazendo alianças e fusões pelo mundo inteiro. (SANTOS, 2003)

A procura por alternativas, perante uma sociedade cada vez mais excludente, como conseqüência do sistema capitalista, não é uma tarefa nova. O cooperativismo em suas práticas e em suas vivências é tão antigo quanto o regime capitalista. Surgindo por volta século XIX, na Inglaterra, contra a pauperização provocada pelo grande número de camponeses que deixavam o campo indo para as cidades em busca de trabalho, nas fábricas. Nestas condições a cooperativa foi uma resposta as vivências desumanas que muitas pessoas enfrentavam. (BOAVENTURA, 2000)

No Brasil, começa a se desenvolver a partir da década de 1990 uma diferença cada vez mais aparente entre as organizações cooperativistas (SINGER, 2003). Se de um lado, estão as cooperativas que se integram ao sistema capitalista e são possuidoras de grandes capitais, com um grande número de cooperados, e possuidoras de indústrias e podendo ter negócios em várias partes do mundo. Neste contexto temos também cooperativas de economia solidária que trabalham próximas

da filosofia cooperativista, agregando grupos de pessoas excluídas do mercado de trabalho, que buscam na solidariedade e na cooperação a base para suas relações. É claro que essa estrutura exige de cada um, dedicação e esforço, além de ser um sistema que impõem vários desafios para sua concretização, principalmente num universo que prega valores individualistas. (SINGER, 2002)

E, com o fracasso de muitas economias centralizadas no mundo inteiro, devido à ascensão do neoliberalismo, muitos governos progressistas têm recorrido ao sistema cooperativista, isso com o objeto de renovar a tarefa de pensar e recriar alternativas econômicas. Essa visão é evidente nas bibliografias sobre o tema; com o crescente número de estudos sobre o fenômeno, além do incentivo de políticas públicas, ainda que tímidas e a divulgação nos meios de comunicação.

Ainda que as cooperativas não sejam fundadas somente em princípios econômicos, elas sobrevivem em um sistema capitalista, e muitas operam e competem no mercado como empresas normais, e é em meio a esse ambiente que suas identidades tomam formas diferentes.

A busca por alternativas viáveis para a sobrevivência e promoção da cidadania das pessoas, não implica na aceitação e na vivência das alternativas já existentes. Isso se traduz na aceitação de que a realidade não se resume ao que existe, mas é um campo de possibilidades que foram marginalizadas ou que jamais foram tentadas. (BOAVENTURA, 2000) Nesse aspecto é possível através das práticas e experimentações escolher alternativas mais justas para a sociedade.

Embora a distinção entre as correntes de cooperativas existam nas práticas cotidianas; dentro do contexto teórico tanto as cooperativas denominadas de tradicionais como as cooperativas de economia solidária são divulgadas de forma parecida, por autores como Rui Namorado, Paul Singer e instituições de representação do cooperativismo tradicional, como a OCB - Organização das Cooperativas Brasileira, OCEPAR - Organização das Cooperativas Paranaenses e ACI – Aliança Cooperativa Internacional.

Se o parecer teórico é semelhante, onde acontecem as distinções, dessas diferentes correntes do cooperativismo? Acreditamos que isso se dá no momento das apropriações desses conceitos, e das práticas realizadas no cotidiano, é nesse campo que as representações sociais se diferem (CHARTIER, 1991). E, é justamente esse aspecto que nos interessa neste estudo: como os cooperados da Coasul Cooperativa Agroindustrial, apropriam e recriam o cooperativismo no seu

cotidiano e quais apropriações e representações constroem sobre cooperativa e cooperação.

O interesse pelo desenvolvimento da pesquisa se deu devido à atuação profissional de seis anos, com a função de organização do quadro social na Cooperativa Agroindustrial Coasul, onde tive contato direto com os cooperados, em reuniões, treinamentos e eventos. Foram nesses ambientes que as interrogações e reflexões sobre o cooperativismo começaram a surgir, como: por que os cooperados não participavam ativamente da cooperativa, em reuniões e eventos? Por que muitos não se percebiam como proprietários da cooperativa? Os cursos e eventos desenvolvidos pela cooperativa eram mecanismos eficientes para proporcionar a participação dessas pessoas?

A cooperativa aqui abordada, Coasul Cooperativa Agroindustrial foi fundada em 1969 e congrega mais de 3900 cooperados de vinte municípios, a grande parte localizada na região sudoeste do Estado do Paraná. A Cooperativa tem suas atividades voltadas à agricultura com a venda de insumos para a lavoura e a recepção de cereais, produzidos pelos cooperados, além de venda de peças e implementos agrícolas e industrialização de rações e concentrados.

A pesquisa foi desenvolvida ao longo de dois anos e seis meses, período do mestrado. Para tal, partimos da prática metodológica denominada de observação participante e também baseado nas histórias de vida, por acreditar que essa metodologia seria capaz de trazer contribuições importantes para o trabalho (MEIHY, 2005). Uma vez que procuramos investigar as práticas, apropriações e representações sociais dos cooperados da Coasul sobre o cooperativismo e a própria cooperativa. Além do que, com essa metodologia acreditamos que os colaboradores da pesquisa, tenham mais liberdade para se expressar, valorizando as subjetividades de cada indivíduo. (MEIHY, 2002)

A pesquisa bibliográfica se uniu ao processo de construção do trabalho. Em geral buscamos a teoria para entender um problema prático, que encontramos na pesquisa, portanto acreditamos que não faria sentido apresentá-las de forma estanque. Assim, procuro realizar ao longo do texto uma combinação entre teoria e prática, ou seja, a teoria dando suporte à prática e visse-versa. É claro, tenho dúvidas quanto essa contemplação, e reconheço que esse é um exercício penoso, mas também necessário. (RIBEIRO, 2002)

Iniciaremos nosso trabalho com uma apresentação, pela qual se conhece o caminho metodológico percorrido, para a realização do trabalho, os sujeitos colaboradores da pesquisa, e a pesquisadora, com todas suas dúvidas e incertezas.

Para analisaremos as entrevistas, acreditamos que a separação em blocos temáticos, conseguiria contemplar melhor as intenções da pesquisa, onde partes das falas foram distribuídas pelos capítulos de acordo com os temas. Os capítulos foram discutidos à luz de perspectivas teóricas situadas no debate sobre representações sociais o dilema das práticas e apropriações cooperativistas. As falas dos colaboradores da pesquisa e os pressupostos teóricos, que vão se desenhando ao longo do trabalho, são colocados em pé de igualdade, reconhecendo que cada um detém conhecimentos específicos sobre suas próprias vivências, e que não precisam ser hierarquizados. Uma vez que reconhecemos os deslocamentos, descentralizações e pluralizações das visões sobre a realidade social e cultural.

Ainda no Primeiro Capítulo abordamos a história do cooperativismo a luz de alguns autores como Rui Namorado e Paul Singer, e representações sociais, apropriações e subjetividades com autores como Roger Chartier, Michel de Certeau, Stuart Hall, Zygmunt Bauman e Fernando Gonzáles Rey entendendo assim a complexidade, os conflitos e as contradições que envolvem os grupos; não podendo ser diferente dentro das cooperativas.

No Segundo Capítulo entendemos a necessidade de apresentar uma caracterização da Coasul Cooperativa Agroindustrial, procurando destacar a sua trajetória histórica, social, cultural e econômica, envolvendo nesse processo as memórias e representações destacadas nas falas dos colaboradores da pesquisa. Essa abordagem é fundamental para que possamos entender e localizar essas pessoas que fazem parte desse grupo.

Na sequência apresentaremos a história oral e as apropriações da memória para a construção do sentido do cooperativismo contemporâneo, fazendo assim, com que se mostrem as apropriações e representações sociais contidas nas falas dos sujeitos e em suas práticas cotidianas.

Ao longo do trabalho não foram apresentadas uma categorização clássica e fixa, sobre cooperativa, cooperativismo, representação social e apropriação para análise do tema, uma vez que, elas não puderam se fechar diante de um processo

plural e complexo, proporcionado também pela interdisciplinaridade do próprio curso de Mestrado, além das constantes desconstruções, construções e análises de conceitos e das falas dos colaboradores da pesquisa. (DERRIDA, 2001)

Na contemporaneidade há um empenho em se debater teoricamente e conceitualmente, temas ligados diretamente a valorização de experiências, memórias, subjetividade e identidade dos sujeitos relacionados as práticas de pesquisa nas ciências sociais. Os temas são abordados por diversas bibliografias interdisciplinares, produzidas por sociólogos, filósofos, antropólogos e pesquisadores da emergente área dos estudos culturais. (SANTOS, 2007)

Esses debates plurais e contraditórios obrigam os pesquisadores a contemplar diversas áreas das Ciências Sociais além de sua área, percebendo os paradigmas de cada uma com criticidade. O que orienta novas reflexões, formulações teóricas e práticas; um conhecimento em permanente estado de (des)construção.

O filósofo e historiador Michel Foucault, com seus trabalhos sobre as práticas discursivas, nos apresentou a possibilidade de compreender todos os discursos disciplinares como discursos historicamente construídos, e que dessa forma também deveriam ser desconstruídos. Assim, os conhecimentos do nosso tempo têm em si, a ausência de qualquer certeza absoluta e do niilismo (ponto de vista que considera as crenças e os valores tradicionais como infundados e que não há utilidade e sentido na sua existência. A posição revitalizadora é vista por outros estudiosos como emancipatória, pois possibilita com a desconstrução do que está posto, a construção de novas perspectivas pelos sujeitos) (FOUCAULT; SANTOS, 2007)

Essas idéias permearam em nossa tradição ocidental, mas o que antes era descontinuo e periférico, atualmente é acolhido com satisfação, por vários intelectuais, formuladores das teorias e conceitos atuais. (FOUCAULT, 2002)

O trabalho procurou abordar essa temática ciente de que estivemos longe de esgotar os temas abordados. Nessas circunstâncias espero pelo menos, ter conseguido agitar idéias e levantar hipóteses que sejam abordadas em outros estudos. Uma vez que para Foucault toda a teoria é provisória e inacabada, e que depende dos dados que o pesquisador tem em mãos para elaborá-la, em seguida virão outros dados, e uma nova teoria será reformulada.

CAPÍTULO 1

ALGUMAS REFLEXÕES TEÓRICAS E HISTÓRICAS SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E AS APROPRIAÇÕES DO COOPERATIVISMO NO CASO DA COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Neste capítulo apresentarei o percurso para a realização do projeto de pesquisa, assim como as dificuldades e as descobertas que foram sendo tecidas ao longo do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.

Procurei nesse momento registrar as observações advindas da realização das histórias orais, e também indissociável ao processo, aspectos da minha subjetividade, das minhas emoções de pesquisadora e de profissional que atuou na Cooperativa estudada.

Também são apresentadas algumas reflexões sobre representações sociais e algumas discussões que julguei importante sobre a história do cooperativismo no mundo e no Brasil. Finalizando o capítulo, focalizarei a discussão sobre representações e apropriações como conceito construído para análise do tema.

1.1 A HISTÓRIA DO PROJETO: A CONSTRUÇÃO DA CAMINHADA

O projeto de pesquisa que resultou no presente texto foi sendo elaborado desde agosto de 2006 quando fui aprovada no Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. Cada leitura realizada nas disciplinas me auxiliou a refletir, ou perceber, que o caminho seria árduo até conseguir escrever um texto que dissesse algo de relevante, ou que despertasse alguma reflexão ao leitor.

A atuação como Assistente Social na Coasul Cooperativa Agroindustrial sempre me trouxe muitas dúvidas e incertezas que, inevitavelmente, se transformavam em frustrações. Isso porque a minha função de organização do quadro social era promover eventos, treinamentos, cursos, enfim, desenvolver atividades em diversas áreas que viessem ao encontro das necessidades dos cooperados. Minhas inquietações como assistente social muitas vezes fizeram

questionar o sentido de minha atuação profissional, o que acabou por levar-me ao mestrado interdisciplinar.

Apesar de vários trabalhos desenvolvidos na Cooperativa sempre sentia uma distância entre ela e os cooperados. E, questões foram surgindo, justamente nesse aspecto: porque os cooperados não participam? Qual a imagem que os cooperados têm sobre a Cooperativa? Eles não se sentem donos da Cooperativa?

Centrei essa análise presente no estudo de uma cooperativa - Coasul Cooperativa Agroindustrial, motivada pela aproximação gerada pela minha prática profissional. O que, a princípio, pode parecer uma decisão cômoda por atuar e conhecer a Cooperativa, se tornou um trabalho complexo e delicado, pois, muitas vezes, quando se faz parte do processo e é encarregado de repassar uma representação dominante, ou “oficial”, o trabalho é penoso, envolvendo relações profissionais e pessoais.

A intenção sempre foi estudar o cooperativismo, a cooperativa e sua relação com os cooperados, uma vez que esse era o problema vivido na prática profissional. Entender algumas coisas, contextualizar outras, me parecia fundamental para o desenvolvimento do meu trabalho. Era isso que eu estava decidida a fazer, estudar o tema; mas como? Somente essa vontade inicial não era suficiente, era preciso aprimorar o projeto, desenvolver objetivos, referenciais teóricos e criar a problematização, que também atendesse aos anseios da prática.

Ainda no primeiro semestre, a pedido da disciplina de Metodologia de Pesquisa e Projetos de Dissertação, fui construindo o projeto com a finalidade de apresentá-lo a uma banca composta por três professores do mestrado que, além da orientadora, auxiliariam com suas sugestões e indicações. Esse foi o primeiro momento que o projeto ganhou uma estrutura e uma seqüência.

Muita coisa mudou desde a primeira versão do projeto. A proposta inicial foi de estudar o desenvolvimento sócio-cultural proporcionado pela Cooperativa a seus cooperados. Foi então, através das disciplinas e da orientação e com leituras e debates, que fui conduzida a reflexões teóricas que apresentaram um universo fascinante e desconhecido até então.

Aplicando no projeto esse novo universo, percebi que o contexto unia uma série de especificidades, além da amplitude do tema. Novamente o projeto foi revisado, redimensionado e reconstruído com a intenção de analisar, ainda que

parcialmente, as representações sociais que os cooperados têm sobre uma cooperativa tradicional, o caso Coasul Cooperativa Agroindustrial.

Em meio a esse processo, conheci através das orientações e da participação na Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL), um projeto de extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), coordenado pela Professora Doutora Andrea Paula dos Santos - a história oral, uma metodologia inovadora e envolvente que possibilitaria a identificação das representações dos colaboradores na pesquisa, o que seria fundamental para o trabalho. Para esse debate pode-se citar Montenegro que, em sua percepção:

A história enquanto narrativa opera de forma permanente com as representações. São elas que em princípio governam a sociedade. Em torno de acontecimentos passados e presentes, constantemente estão se estabelecendo representações que projetam um campo de ação. (2007, p. 35)

Acredito que na história oral as pessoas têm maior liberdade para falar e narrar suas experiências pessoais. Pois justamente:

[...] trata-se da narrativa do conjunto de experiências de vida de uma pessoa, esta inclui sonhos, expectativa e sentimentos que devem ser respeitados [...] não se busca a verdade e sim a versão sobre a moral existencial (MEIHY 2005, p.147).

A questão da verdade nesse ramo da história oral depende exclusivamente de quem dá o depoimento. Ainda em Meihy (2005, p. 148) encontra-se a seguinte idéia: “O caminho da narrativa não precisa necessariamente obedecer a continuidade material dos fatos”, portanto, não há uma seqüência rígida a ser seguida, apenas algumas perguntas de corte para auxiliar a fala do narrador.

As pessoas que fizeram parte dessa pesquisa, narrando suas vidas cotidianas, são comuns; mas, ao construir suas histórias de vida passam a ser as personalidades centrais dos acontecimentos, portanto, são tão importantes como qualquer agente histórico oficial. O que para Heller (2008, p. 30) se refere à dimensão do cotidiano:

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, idéias, ideologias.

Desta forma, a história oral permite o registro de histórias de vida de pessoas comuns – cooperados - que narram os acontecimentos e vivências sob seus pontos de vista, participando, ainda que silenciosamente, da construção da cooperativa que integram. Assim, entrei em contato com a riqueza de possibilidade de obtenção de informações e de pluralização das representações compartilhadas que essa metodologia me proporcionaria.

Somado a isso, a história oral proporciona o contato direto, mediado pelas práticas de pesquisa expostas neste trabalho, com a vida da pessoa, de suas influências, experiências, cultura, decisões e as conseqüências que emergiram delas no decorrer das suas vidas.

A pesquisa baseada na história oral tem a capacidade de responder à necessidade do preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura, e identificar as representações sociais, bem como aspectos relacionados à construção da identidade de uma pessoa. Ela é valorosa, pois se interessa pelas experiências cotidianas e as relações destas. Por meio dela os segmentos da população menos favorecidos têm encontrado lugar para abrigar suas palavras, dando significados às experiências sociais vividas sob diversas circunstâncias (MEIHY, 2002).

Esse processo possibilita o registro que vai além de um relato, e é uma forma de aproximar-se do conhecimento de fatos vividos. O que os documentos escritos não poderiam revelar por si só, pois as falas envolvem todos os sentidos circulantes num determinado meio social e as conseqüências provenientes do cotidiano, das práticas, das tomadas de decisões.

Durante o cursar das disciplinas do Mestrado continuei trabalhando como assistente social na Cooperativa, participando de todos os treinamentos, reuniões e eventos realizados para os cooperados, agora com um suporte teórico que me auxiliava nas observações. Desde as primeiras orientações, minha orientadora insistia no fato de anotar as observações e percepções em um “caderno de campo”, o que certamente somou na construção do trabalho.

Como requisito fundamental para a realização da história de oral, precisava definir os sujeitos da pesquisa, as pessoas que colaborariam com o trabalho. Analisei, participei de reuniões na Cooperativa e observei que os únicos grupos constituídos são os denominados de Comitês, os quais se reúnem a cada quatro meses para realização de reuniões. Nessa ocasião importante, a diretoria participa levando informações sobre o posicionamento da Coasul, balanços financeiros,

empréstimos, projetos e ações futuras, e onde são ouvidas sugestões ou reclamações dos cooperados.

Na Cooperativa são quatro Comitês, nas primeiras unidades fundadas (São João, Nova Lourdes, distrito de São João, Chopinzinho e Sulina). Cada grupo é composto por aproximadamente 40 cooperados; dentre esses é eleito um coordenador. O papel que esse indivíduo desenvolve dentro do grupo é de representação e liderança, diante da comunidade que representa; geralmente eles têm mais acesso à diretoria e, por este fato, podem levar com mais facilidade reivindicações dos cooperados e acompanhar os trabalhos da Cooperativa.

Pela representatividade, acreditei que tinha elegido os sujeitos da pesquisa, enfim, os colaboradores do trabalho - representantes dos Comitês Cooperativos da Coasul. Durante esse tempo fui me aproximando com cuidado dessas pessoas, prestando atenção nas suas falas, colocações e práticas, a fim de dispor as indagações.

O esforço foi tentar me aproximar e obter confiança, para mais tarde ser merecedora de suas confissões, pois eu estaria, de certa forma, conhecendo a vida, a história de cada um. Atentava para o fato de que o pesquisador tem que ter uma responsabilidade ética e moral ao cuidar do uso das histórias de vida desses sujeitos, que abririam sua intimidade e permitiriam que eu, como pesquisadora, compartilhasse de algumas de suas emoções.

Assim, o trabalho objetivou o estudo de cooperados – coordenadores que integram os Comitês da Coasul – e, por meio de suas histórias de vida, identificar as representações e apropriações que eles construíram sobre a Cooperativa. O objeto de estudo tinha uma frágil objetividade nos termos tradicionalmente evocados do que esta deveria ser, mas era repleto de subjetividade, com a valorização de aspectos compartilhados entre eu e os sujeitos de pesquisa, ponto importante da transformação das práticas científicas interdisciplinares, o que, segundo balanços recentes (SANTOS, 2007), modificou profundamente a antiga relação estabelecida entre o que se considerava objeto e sujeito em processos de pesquisa.

1.2 O TRABALHO DE CAMPO: DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA PARTICIPANTE

Pretendo descrever os procedimentos metodológicos que adotei para realizar a pesquisa. Mesmo sendo um processo contínuo, agrupei por etapas para facilitar a sistematização.

Como orientação metodológica foi realizado um estudo qualitativo do fenômeno, com o auxílio de alguns instrumentais como: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observações de campo e registro da história oral.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de publicações relacionadas ao tema, constituídas de livros, artigos de periódicos, enfim o material publicado disponível. A pesquisa documental foi realizada sobre as Atas de reunião de constituição da Cooperativa, uma vez que precisava reconstruir, ainda que resumidamente, o histórico da Coasul; as Atas seriam os registros mais viáveis para o momento. É claro que reconheço a existência de técnicas complementares para fazer esse trabalho – como a história oral realizada, por exemplo, com os pioneiros – mas, o trabalho sobre elas seria inviável devido o tempo disponível e a amplitude do estudo.

A história oral foi contemplada como o instrumento metodológico, que daria conta, juntamente com os demais citados do objeto estudado, pois, como queria compreender as representações sociais e práticas cooperativistas adotadas pelos cooperados da Coasul, avaliei que esse instrumento fosse o mais adequado porque o sujeito tem maior liberdade para falar e narrar suas experiências pessoais.

Apenas depois das escolhas e delimitações é que dei início às entrevistas. O ponto zero, ou a primeira entrevista, seria realizada com o cooperado há mais tempo associado. Dessa forma, foram feitas três entrevistas centrais para o trabalho, com representantes dos Comitês de São João, Nova Loures e Sulina, além de inúmeras conversas e visitas. Não foi possível a realização da quarta entrevista porque o coordenador do grupo não quis participar da pesquisa; nos primeiros contatos ele concordou, marcamos data e horário, mas, desmarcou os encontros, inúmeras vezes, no último momento; esse processo se repetiu por quatro vezes. Assim, optei por ficar com as outras entrevistas.

Acredito que as vivências do trabalho de campo, realizadas em cada encontro com vários cooperados da Coasul, foram bem maiores e ricas do que o texto aqui disponibilizado. Pois, onde o gravador não esteve ligado, o caderno de campo pôde ajudar a construir um testemunho de cada momento.

O caderno de campo acompanhou todo o trabalho, o dia-dia das atividades profissionais e nos momentos que estava presente como pesquisadora, embora isso seja indissociável. O objetivo era registrar as minhas impressões, nas reuniões, nos contatos com os colaboradores e durante as entrevistas. Isso porque as entrevistas não devem ser vistas como um ato isolado e, sim, como parte de um projeto.

Foi no projeto que todas as determinações foram colocadas; com isso não quero dizer que o projeto foi um instrumento estático, pelo contrário, ele orientou o trabalho e foi flexível aos novos desafios que foram surgindo ao longo de uma pesquisa.

Após vários contatos com os colaboradores da pesquisa, marquei uma visita à propriedade com data e hora escolhida por eles, pois sabia que minha visita a casa alteraria a rotina da família. Além, é claro de considerar as minhas dificuldades em ir até esses locais, pois todos os entrevistados residiam no interior, em locais onde as estradas são precárias. Qualquer chuva sabotaria o meu trabalho, pois não conseguiria ir até a propriedade.

No encontro com os entrevistados fazia uma apresentação da pesquisa, com a intenção de esclarecer minha presença e a importância da narrativa. Acerca da entrevista: “O início de toda entrevista deve ser marcado por uma conversa esclarecedora com o entrevistado para que este compreenda por que, para que e para quem ele está registrando suas memórias” (MONTENEGRO, 2007, p.149).

Tentei, ao longo do processo da entrevista, ser menos inconveniente possível, mas a presença de um gravador, apesar de fundamental, traz uma formalidade ao momento. Por isso foi fundamental o cuidado com as perguntas; as questões foram colocadas de forma bem ampla, dando opção à pessoa quanto a maneira de respondê-las.

Cabe destacar que deixar a entrevista acontecer livremente acarreta inevitavelmente em mais trabalho, principalmente no momento de organizar a narrativa, pois muitos assuntos são tratados sem sequência, se repetindo e até se contradizendo. Cabe aqui citar Montenegro (2007, p. 150), quanto à fala do entrevistado: “um dos postulados fundamentais, que deve balizar todo profissional que se disponha a trabalhar com memória, registrando-a através da entrevistas, é o fato de que a fala do entrevistado deve ser absolutamente respeitada”.

Para Thompson (1992, p. 254):

Há algumas qualidades essenciais que o entrevistado bem sucedido deve possuir: interesse e respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas relação em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir a tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias idéias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas.

O importante, ou a grande aprendizagem, foi ouvir o que o colaborador tinha a dizer, sem ter que interromper com um monte de perguntas; compartilhar palavra por palavra da vida de uma pessoa, conhecer suas experiências, suas vontades, seus anseios e suas expectativas. Com certeza, esse foi um exercício enriquecedor. Depois das entrevistas realizadas, com os resultados em mãos, foi difícil passar do oral para o escrito, pois o percurso é trabalhoso e exaustivo. Mas a transcrição é fundamental, até por ser um processo que exige do pesquisador atenção e várias idas e vindas; nesse caminho, muitas reflexões surgiram. Nessa etapa, as entrevistas foram escritas tentando ser fiéis à linguagem oral da gravação; todo o material se manteve com as características da oralidade.

Na sequência, aconteceu a etapa da textualização, onde retirei as perguntas e coloquei as falas em ordem cronológica, para facilitar a leitura. Esse foi o momento de conferência do colaborador, uma pausa para leituras, reflexões e negociações; além disso, pude resgatar algumas falas e completar alguns pensamentos. O colaborador acompanhou a criação do texto, até a versão final, autorizando o uso das mesmas para a realização desse estudo.

O uso do caderno de campo no acompanhamento das entrevistas foi fundamental, pois forneceu elementos importantíssimos, que me deram suporte para o desenvolvimento da pesquisa e a construção do texto. O caderno funcionou como um diário onde eram registrados todos os roteiros, contatos, entrevistas, impressões, dúvidas e reflexões teóricas.

Gostaria de destacar que, em meio a esse processo, continuei atuando na Cooperativa, me surpreendendo com as descobertas proporcionadas pelos estudos teóricos casados com as entrevistas e, é claro, com as reflexões fundamentais proporcionadas pelos momentos de orientação.

Outra ponderação importante é que, apesar de ter construído o texto acima fundado em uma sequência, até para facilitar a leitura e o entendimento do processo, ressalto que o tempo disponível para a realização dessas etapas

aconteceu paralelamente, isso porque disponha apenas dos finais de semana para visitar os colaboradores e construir o trabalho.

1.3 HISTÓRIAS DE VIDA: CONTEXTUALIZANDO OS COLABORADORES DA PESQUISA. QUEM SÃO E ONDE VIVEM AS PESSOAS QUE INTEGRAM A COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL

Antes de começar as análises e as reflexões teóricas, gostaria de apresentar uma breve passagem sobre a história e origem de cada um dos colaboradores do trabalho no sentido de localizá-los no tempo e espaço.

Seu Adelino morador da cidade de Sulina, sudoeste do Paraná, casado, pai de dois filhos e duas filhas, agricultor. A atividade agrícola da família concentra-se no plantio de cereais como o milho e a soja, além de se dedicar a atividades como a agropecuária com a criação de um rebanho leiteiro e a avicultura; todas as atividades são exercidas em uma propriedade de sete alqueires de terra.

Na propriedade do Senhor Adelino reside o filho mais velho Giovani, 24 anos casado e pai de uma filha, Rafael 21 anos, solteiro, e ambos os jovens são agricultores. Também reside na propriedade a filha mais nova, Grasieli, de 8 anos. A outra filha do casal saiu de casa para poder trabalhar e estudar na cidade.

No seu relato pode-se perceber melhor sua história, com trechos que ilustram passagens de sua infância:

Nasci em Passo Fundo no Rio Grande do Sul em 1959, tive uma infância sofrida, meus pais eram muito pobres. Quando tinha cinco anos, a minha família se mudou para o Paraná, no Município de Chopinzinho. Nós viemos com a esperança de mudar de poder aquisitivo e de saúde. Isso foram os fatos principais para mudarmos de cidade e de estado. Ao todo na nossa família são oito irmãos e, hoje, graças a Deus, todos são casados, têm seus lugares para morar, suas casas, seus bens e posso dizer que estão vivendo felizes.

Seu Adelino residiu em várias cidades do Paraná depois de casado, sempre trabalhando como agricultor. Associou-se na Coasul em 1981, mas como comprou uma pequena propriedade no interior de Guarapuava pediu demissão. Voltou a ser cooperado em 1997, quando veio com a família residir no interior do Município de Sulina.

O termo demissão é usado pelos cooperados e pela cooperativa quando um associado deixa o quadro social, demonstrando uma relação que vai além do cooperado e cooperado, pois o vínculo criado com o uso da palavra seria de empregados e patrões.

Seu Anaraci, morador da localidade de Linha Esperança, interior de São João, Sudoeste do Paraná, casado, pai de sete filhas e um filho, em sua história relata:

Nasci no Rio Grande do Sul em Gramadinho, no dia 04 de novembro 1945. Quando tinha aproximadamente quatro anos de idade, minha mãe separou-se meu pai e ficou com nós, dez filhos; mas, graças a Deus, tudo passou. Ficamos em Gramadinho mais alguns anos, depois vendemos a terra e nos mudamos para o Paraná.

Seu Anaraci chegou ao Estado do Paraná em 1956 com a família: mãe e nove irmãos, onde adquiriram uma propriedade no interior de São João, local onde hoje seu Anaraci reside com sua família; a propriedade é a mesma, e ele faz questão de ressaltar que faz 51 anos que mora no mesmo local. Tornou-se cooperado em 1980, pois, como relata, anteriormente trabalhava com a criação de suínos, e somente mais tarde começou com o cultivo da soja e do milho, foi quando iniciou sua participação mais efetiva na Cooperativa, participando das reuniões e do Comitê Cooperativo.

Seu Anaraci e Dona Maria têm uma propriedade com trinta alqueires de terra, onde reside uma filha e o esposo, com duas crianças. O genro de Seu Anaraci é quem o ajuda nas atividades agrícolas, como o plantio e a colheita, além de trabalhar com o gado leiteiro. O casal tem mais seis filhas que residem em cidades de Santa Catarina, e um único filho, que faleceu com 18 anos quando tomava banho em um rio, que passa na propriedade, Seu Anaraci fez questão de contar essa passagem em seu relato e deixar registrada a sua tristeza e “a dor que está viva até hoje”.

Dona Helena, moradora do município de São João, casada, agricultora, em seu próprio relato conta:

Sou natural do Rio Grande do Sul, vim para São João com dois anos e meio; faz cinquenta anos que moro aqui, estudei na infância no Colégio das Irmãs, depois fiz o ginásio na Escola Princesa Isabel, e o segundo grau, na época, era no Colégio Marsílio Dias, um colégio particular, onde fiz Técnico em Contabilidade, em 1974.

Com quatorze anos comecei a trabalhar com o meu pai no Moinho, eu fui “moinheira”, junto com o meu pai. Estive sempre perto dos agricultores, tendo acesso a eles. Com dezoito anos fui trabalhar no Banco Comercial, logo depois o Bamerindus comprou a rede do Comercial, trabalhei até 1977. Depois acabei voltando para a firma do meu pai, trabalhei mais uns anos com ele. Ainda solteira comprei uma terra com o Osmar; era pouco, mas já começamos fazer o caminho juntos, até hoje sou agricultora.

Dona Helena tem uma história distinta: filha de empresário da cidade de São João se tornou agricultora mais tarde. Veio a ser cooperada em 1980 e mais tarde começou a participar de reuniões e do comitê cooperativa; Dona Helena faz questão de ressaltar que seu esposo trabalhava na cidade de Medianeira, Oeste do Estado e foi ela quem tomou conta da propriedade no início; depois de quatro anos ele voltou para ajudá-la.

Dona Helena tem sua propriedade localizada no interior de São João, divisa com o município de Verê; a atividade desenvolvida é inteiramente voltada ao cultivo de milho, soja e trigo (cultura do inverno). Dona Helena, hoje com cinquenta anos, não teve filhos; atualmente o casal reside na cidade de São João e vai para a propriedade pela manhã e volta à tarde.

1.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM BREVE DEBATE TEÓRICO

Na busca por analisar e compreender, ainda que parcialmente, as representações que os cooperados têm sobre uma cooperativa, a discussão passará por algumas reflexões, advindas do trabalho de pesquisa das observações cotidianas e de minha prática profissional.

É nessa perspectiva que vou apresentar algumas idéias sobre o cooperativismo. Elas resultam do estudo do fenômeno acerca da cooperativa tradicional, em especial, com os cooperados da Coasul Cooperativa Agroindustrial. Quando me refiro à cooperativa tradicional, estou relacionando ao contexto de grandes cooperativas que integram milhares de cooperados, empregam milhares de pessoas e faturam milhões de reais anualmente.

Iniciarei a minha reflexão sobre o referencial teórico do trabalho destacando o fenômeno das representações sociais envolvidas no cooperativismo e como as

apropriações dessa filosofia acontecem, levando em consideração as práticas cotidianas.

Quero refletir com isso sobre como acontecem as apropriações dessa representação teórica comum do cooperativismo. Uma vez que, se observadas as definições dos conceitos, história, e princípios cooperativistas, tanto nos conceitos difundidos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que representa o cooperativismo tradicional e de autores conceituados como Paul Singer (2003); Rui Namorado (2006); Sidney Lianza e Felipe Addor (2005); Silvia Leser de Mello, Vanessa Moreira Sígilo, Estela Maria Barbieri (2007); João Roberto Lopes Pinto (2006); Rouille d'Orfeuil Henri (2002) que representam o cooperativismo alternativo, da economia solidária, percebe-se que não há uma distinção de grandes proporções.

Nessa discussão, pode-se citar a Organização das Cooperativas Brasileiras, que define cooperativa como:

Cooperativa é uma organização de pessoas que se baseia em valores de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Seus objetivos econômicos e sociais são comuns a todos. Os aspectos legais e doutrinários são distintivos de outras sociedades. Seus associados acreditam nos valores éticos da honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação pelo seu semelhante (OCB, 2008).

Ainda, para a Organização das Cooperativas Brasileiras o cooperativismo em sua definição teórica é:

O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia (OCB, 2008).

Seguindo por esta reflexão, Singer e Souza (2003) destacam que a economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir. Suas formas clássicas formadas por unidades produtivas autogestionárias datam do século passado. São as cooperativas de consumo, crédito e de produção.

Singer e Souza (2003) retraçam a origem do pensamento cooperativo nos grandes autores socialistas chamados “utópicos” da primeira metade do século XIX: Owen, Fourier, Buchez, entre outros:

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadoria. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado (SINGER e SOUZA, 2003, p.13).

Se o parecer teórico é semelhante, onde acontecem as distinções? No decorrer da pesquisa concluímos que isso acontece no momento das apropriações desses conceitos e das práticas dos cooperados; e é aí que as representações são diferentes.

O que difere é a forma como os sujeitos dão sentido às coisas, como se apropriam e como recriam e representam essa filosofia em suas práticas cotidianas. Por esse fato, julgo pertinente iniciar a discussão à luz das representações sociais e de suas várias interpretações dentro das ciências sociais.

Os fenômenos de representação social estão na cultura, nas instituições, nas comunicações, nas práticas sociais, nos pensamentos individuais e nas massas; estão em constante movimento e em inúmeras instâncias da interação social. Sendo assim, esses fenômenos não podem ser captados pela pesquisa ou reproduzidos, mas sim, permitem uma possível aproximação. Ou, quem sabe, a construção de novas representações a partir das práticas de pesquisa, caracterizadas pela criação documental que apresenta os resultados da mediação da relação entre cooperados e cooperativa.

A teoria das representações sociais não dá preferência a uma metodologia de pesquisa, mas solicita que o pesquisador se insira no campo de pesquisa estabelecendo relações com os entrevistados, aliado a uma observação minuciosa dos elementos da realidade apresentada, seguindo critérios metodológicos que levam a uma saturação do fenômeno estudado. Para isso, é importante que o pesquisador esgote suas possibilidades de aproximação e dessa forma produza algo novo, como na colocação de Chauí (2001, p. 151) “[...] seja pelo tema, seja pela

metodologia, seja pela descoberta de dificuldades novas seja por levar a uma reformulação do saber anterior sobre a questão.”

Em busca de produzir algo novo, ou na intenção de que esse trabalho traga alguma reflexão ao universo estudo é que a história oral foi realizada. Pois ela é construída dos fatos que as pessoas se lembram ou se esquecem e o valor do testemunho pode estar não no seu apego aos fatos, nos eventos ou nos padrões de comportamento, mas sobre como são vivenciados e lembrados os locais mediante os quais a imaginação deseja penetrar (THOMPSON, 1992).

De certa forma, o que me atraiu na história oral pode ser mais bem expressado em uma citação de De Certeau (1996, p.32):

O estudo, habitado pela narratividade, não procura, portanto, expulsar da casa dos autores os vivos e os mortos que a habitam, para fazer deles objeto de análise. O estudo se articula em torno da relação que a sua estranheza mantém com uma familiaridade.

Mas se, esse processo me proporcionou novas informações e possibilidades analíticas sobre o estudo, ele também me impôs comprometimentos e envolvimento com a comunidade estudada.

Por esses motivos é que entendo a importância do estudo das representações sociais no trabalho, para possibilitar um olhar diferente ao tema. Busco visualizar que não basta contextualizar, fazer um estudo histórico tradicional das dimensões do fenômeno, mas sim tenho que perceber quais representações que os sujeitos constroem sobre ele.

Para fundamentar o trabalho irei discorrer sobre Representações Sociais (RS) nos próximos parágrafos, apresentando brevemente o árduo debate teórico que envolve o tema. Isso com a intenção de trilhar caminhos aos quais sejam acrescentadas novas discussões.

A noção de representação social é trabalhada multidisciplinarmente, pois, além de ser estudada em várias disciplinas nas ciências sociais, é abordada de diversas formas. Justamente por estar na interface dos fenômenos individuais e coletivos, interessa a todas as ciências humanas. A diferença de interpretação está nas múltiplas dimensões do campo de estudo e no nível de análise.(SILVA;HALL;WOODWARD, 2000)

Inicialmente o conceito de representações foi estudado e discutido por Durkheim, que denominou de representações coletivas - entendido como fenômenos

psicológicos e sociais, que demandavam um entendimento coletivo e individual. Para Durkheim, as representações coletivas expressavam conceitos e normas através de símbolos e linguagem, enquanto as representações individuais eram frutos da consciência individual, mas, ao mesmo tempo, determinadas pelo coletivo.

Serge Moscovici, teórico defensor dessa noção, destaca que o conceito de representações sociais tem suas origens no diálogo teórico da Sociologia e Antropologia. O pensador estudava Durkheim: o que o motivou a desenvolver análises sobre representações sociais é a crítica que faz aos pressupostos positivistas e funcionalistas, que não davam conta de explicar e ilustrar as dimensões da realidade e sua complexidade.

Foi Moscovici quem contribuiu para a consolidação do conceito, valorizando o conhecimento do senso comum, embora reconhecesse a dificuldade de compreensão, porque as representações se cruzavam através de gestos e linguagens, lançados no universo cotidiano (PAULILO, 1999).

Representar uma coisa, como destaca Paulilo (1999, p. 64) na visão de Moscovici:

[...] não é simplesmente duplicá-la, repeti-la, ou reproduzi-la, mas reconstruí-la. As representações sociais fazem com que o mundo seja o que nós pensamos que ele é ou deva ser; elas nos mostram que a cada instante qualquer coisa do ausente se acrescenta e qualquer coisa do presente se modifica.

Dentro desta perspectiva, as representações são criadas para tornar o desconhecido em algo familiar e conhecido, para que o ser humano possa denominar e classificar o fenômeno intrigante, tornando-o conhecido e familiar.

Na busca por acrescentar dimensões as Representações Sociais, somam-se outras concepções de estudiosos que contribuíram decisivamente para o avanço nas discussões do tema.

Existe um consenso entre elementos da noção, mas há nas ciências sociais uma diversidade de estudos e “[...] esta diversidade tem suas raízes no debate epistemológico que se trava ao redor da noção de Representações Sociais.” (JODELET, 1995, p. 87). Nesse debate, vários autores apontam para lacunas conceituais e ambiguidades frente aos conceitos apresentados. Uma das críticas está na falta de critérios metodológicos para abordagens que trabalham com o tema.

Para Jodelet, as representações:

[...] são fenômenos complexos cujos conteúdos devem ser cuidadosamente destrinchados e referidos aos diferentes aspectos do objeto representado de modo a poder depreender os múltiplos processos que concorrem para a sua elaboração e consolidação como sistemas de pensamentos que sustentam as práticas sociais (1995, p. 88).

Nessa perspectiva, as representações são formas de conhecimento prático orientado para a compreensão do mundo e para a comunicação; emergem como elaboração de sujeitos sociais a respeito de objetos socialmente valorizados.

Os fenômenos têm em si uma complexidade que não basta somente perceber a construção em nível individual ou coletivo, mas sim, como o pensamento individual se enraíza no social e como ambos se reconstroem e se modificam.

Jodelet enfatiza as duas faces das representações, enquanto produto e enquanto processo. Na primeira fase, a estudiosa destaca que as “Representações sociais emergem como pensamento constituído ou campo estruturado.” (JODELET, 1995, p. 90). Nessa visão, visa-se compreender os elementos da representação – informações, imagens, crenças, etc. No enfoque – os processos são pesquisados como compreensão e transformação das representações dentro de forças sociais e sua eficácia na interação social.

Outros cientistas, como Sá, destacado por Paulilo (1999) colocam as diferenças entre representações sociais e coletivas, sinteticamente; as representações coletivas são muito abrangentes e com uma concepção estática; os fenômenos não demandavam uma explicação, mas as próprias representações coletivas já são entidades explicativas.

Paulilo (1999) cita Sá relatando que as representações então presentes em gestos, palavras e outras ações do cotidiano, as quais não são repetidas ou reproduzidas, mas sim reconstruídas.

Pode-se dizer que a principal razão pela qual as representações são formadas, como coloca Paulilo (1999, p.64-65) é:

[...] elas se devem à necessidade que o homem tem de transformar algo não familiar, intrigante, ameaçador em algo familiar, conhecido, controlável. O não conhecido torna-se nominável, classificável, previsível, e desta forma menos atemorizante.

As representações sociais apresentam três funções que se complementam, são elas: função social – são as relações dos homens entre si; a função afetiva –

proteger as identidades; a função cognitiva – permitir conhecer o novo e torná-lo próximo. Neste momento do processo de formação das representações sociais, encontra-se a ancoragem, a qual significa classificar, nomear, dar um significado para o novo, ao que antes não fazia parte da realidade social daquele grupo ou indivíduo.

Na abordagem de Spink (1995) sobre representação social são elencadas algumas interpretações do tema, estudadas por pesquisadores, com a visão da psicologia cognitiva que “[...] enfatiza as propriedades estruturais das representações. Focaliza o que é conhecido e como é conhecido, mas ignora quem conhece e de onde conhece.” (SPINK, 1995, p. 86).

Nessa abordagem das representações não é levado em conta o lado emocional, a subjetividade dos sujeitos; parece que o processo mostra uma representação social não social, que não se envolve com o lado afetivo.

Outra interpretação vem da psicologia social, que busca entender as representações como “[...] marcas sociais do cognitivo e as condições cognitivas do funcionamento ideológico” (SÁ, 1998, p. 86). Este debate sobre as representações sociais, na psicologia, a coloca como uma forma de conhecimento prático que interpreta novidades e orientações.

No campo da Psicologia Social, as representações ocupam grande espaço teórico, que perpassam formas diferentes de olhar, entender e interpretar os fenômenos sociais, ajudando a entender a complexidade dos indivíduos e da sociedade que os compõem.

Discorrer sobre Representações Sociais não é uma tarefa fácil: o conceito nunca chega a um limite; pelo contrário, cada estudioso do tema tem aspectos a contribuir, que complexificam a discussão.

Para Oliveira e Werba (1998, p.105):

As Representações Sociais são ‘teorias’ sobre saberes populares e do senso comum, elaboradas e compartilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Por serem dinâmicas, levam os indivíduos a produzir comportamentos e interações com o meio, ações que, sem dúvida, modificam os dois.

Esta citação ilustra um pouco do entendimento sobre as representações e suas relações de construção.

Oliveira e Werba (1998, p.115) destacam as dificuldades que o pesquisador terá ao longo do seu trabalho, para identificar as Representações Sociais: “A teoria das RS certamente nos obriga a pensar, exige muito trabalho de interpretação e re- interpretação, coloca-nos frente a dicotomias, conflitos, deixa-nos diante do desconhecido, ela desconcerta!”

Este discurso se justifica quando se percebe que as teorias das representações sociais não parecem ser teorias fechadas; pelo contrário, são amplas. Talvez isso seja pelo fato de trazerem saberes do senso comum para a categoria científica, valorizando o conhecimento popular tornando possível a sua investigação.

Como citado, outros autores do campo das ciências sociais se dedicam ao estudo do fenômeno, como Roger Chartier (historiador), que busca afastar da noção de representação as heranças reducionistas, eliminando a forma de definir os fenômenos com uma só dimensão.

É a partir dessa visão que, na concepção do autor, se deve fazer uma releitura das representações, vindas dos clássicos das ciências sociais como Durkheim.

Essa noção permite, com efeito, ligar estreitamente as posições e relações sociais com o modo como indivíduos e grupos se concebem e concebem os outros. As representações coletivas, definidas a maneira da sociologia durkeheimiana, incorporam nos indivíduos, sob a forma de esquemas de classificação e juízo, as próprias divisões do mundo social. São elas que suportam as diferentes modalidades de exibição de identidades sociais ou de força política, tal como os signos, os comportamentos e os ritos os dão a ver e crer. Enfim as representações coletivas e simbólicas encontram na existência de representantes, individuais ou coletivos, concretos ou abstratos, a garantia de sua estabilidade e da sua continuidade (CHARTIER, 2006, p. 39).

Com a crise das ciências sociais se dá o abandono do sistema global de interpretação e abre-se a visão da pluralidade das compreensões dos sujeitos no mundo. É nesse sentido que o estudioso discute o fenômeno, permitindo o entendimento da complexidade humana.

Meu ponto de vista é diferente, mas não contraditório, pois focaliza não as exclusões por confisco, mas as diferenças no âmbito do uso comum, como aquelas indicadas por Pierre Bourdieu: “O gosto, a tendência para a apropriação (material e/ou simbólica) de uma classe específica de objetos, ou de práticas classificadas ou classificadoras, é a fórmula geradora que se encontra por trás do estilo de vida. É um conjunto unitário de preferências

distintas que expressam a mesma intenção na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos (CHARTIER, 1992, p. 235-236).

Com isso, as ideias e os pensamentos universais não estão fora das vivências das pessoas e nem são categorias dadas como invariáveis, e sim devem ser construídas na descontinuidade das “trajetórias históricas” (CHARTIER, 2002, p.68)

Nesse momento, há outra interpretação, na forma dos recortes sociais e das práticas culturais. Num primeiro passo, elimina os falsos debates em torno das divisões dadas como universais; num segundo, reconhece a subjetividade das representações. Essa visão se opõe a abordagem estruturalista e procedimentos fenomenológicos que muitas vezes consideram o comportamento e uma determinada comunidade como homogêneas. Para Chartier (1991, p. 8):

Partir assim dos objetos, das formas, dos códigos, e não dos grupos, leva a considerar que a história sócio-cultural repousou demasiadamente sobre uma concepção mutilada do social. Ao privilegiar apenas a classificação sócio-profissional, esqueceu-se de que outros princípios de diferenciação, igualmente sociais, podiam dar conta, com maior pertinência, dos desvios culturais. Assim sendo, as pertenças sexuais ou geracionais, as adesões religiosas, as tradições educativas, as solidariedades territoriais, os hábitos de ofício.

Dessa forma, a história oral é um meio privilegiado para o estudo da vida cotidiana, tendo em vista que os fatos vividos ficam registrados na memória, podendo sofrer alterações ao longo da existência de um indivíduo, conforme suas experiências. Sendo assim, não se pode pensar que alguns fatos são mais importantes que outros, porque essa importância depende inteiramente do critério de quem narra; não há uma grandeza absoluta. (DERRIDA, 2001)

É nessa perspectiva que desenvolvi este trabalho, respeitando e dando a devida importância a cada história que foi registrada. É a luz dessa visão que verei este fenômeno, entendendo o seu universo fragmentado, conflituoso e contraditório.

1.5 REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES COMO CONCEITOS CONSTRUÍDOS PARA ANÁLISE DO TEMA

Quando se trabalha com representações sociais, subteme-se a importância de várias questões que perpassam o tema como apropriação, cotidiano e subjetividade, pois são nesses espaços que elas acontecem e interagem, onde são compartilhadas coletivamente e interpretam o real.

A intenção não é desenvolver no trabalho um pensamento estável, sem contradições, mas sim, iniciar um movimento que rearticule a questão do cooperativismo e as representações que o envolvem na contemporaneidade.

Não é pretensão deste trabalho apresentar um estudo profundo sobre as categorias: apropriação, subjetividade e representações sociais, mas sim, tentar articular ao longo do texto essas categorias com o tema cooperativismo/cooperativa.

Em torno dos temas cooperativismo, cooperação e cooperativa paira em muitos estudos uma visão tradicional, que procura a aplicação dessa filosofia em um determinado grupo, sem refletir a conjuntura em que esses indivíduos encontram os seus interesses, políticos, sociais e culturais.

Buscamos, neste trabalho, a valorização de uma história do cooperativismo onde prevalecem representações das relações sociais entre os grupos envolvidos em que os jogos de interesse sejam considerados na análise, entendendo a complexidade de relações que são construídas numa instituição como essa. Tentamos trabalhar na linha proposta por Chartier, que:

[...] pretende construir, a partir de uma situação particular, normal porque excepcional, a maneira como os indivíduos produzem o mundo social, por meio de suas alianças e seus confrontos, através das dependências que os ligam ou dos conflitos que os opõem. O objeto da história, portanto, não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos (CHARTIER, 1994, p.02).

Nesse contexto, é importante perceber como as pessoas dão sentido às coisas, como apropriam e recriam no cotidiano as práticas cooperativistas e o que eles entendem por cooperativa. A apropriação, na abordagem de Chartier (1996, p. 06), é explicada nos seguintes termos:

A apropriação, a nosso ver, visa uma história social dos usos e das interpretações, referidas as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem. Assim, voltar a atenção para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido (na relação de leitura, mas em tantos outros também) é reconhecer, contra a antiga história intelectual, que nem

as inteligências nem as idéias são desencarnadas, e, contra os pensamentos do universal, que as categorias dadas como invariantes, sejam elas filosóficas ou fenomenológicas, devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.

Destaca-se, dessa forma, que as percepções e as práticas dos sujeitos, dos cooperados não são inatas, mas sim, construídas nas relações sociais, no cotidiano.

Outra categoria que auxilia para a compreensão dos aspectos criativos dos indivíduos é a de subjetividade. E, através da formulação de Fernando González Rey, estudioso do tema, pode-se ter uma percepção melhor de subjetividade e sua presença no cotidiano, além de reconhecer a importância da cultura:

[...] não apenas no caráter social dos fenômenos e processos naturalizados na história da humanidade, fato esse que a psicologia tradicional cooperou ao se subordinar as representações sociais dominantes (...) na definição de subjetividade é desenvolvida uma concepção de mente que, apesar de inseparável da cultura, não se dilui nos espaços simbólicos dessa cultura (REY, 2005, p.02).

Ainda dentro dessa análise, Rey (2005, p.03) destaca:

A subjetividade, nessa perspectiva, não se reduz aos indivíduos; os diferentes espaços sociais em que as pessoas atuam estão carregados de uma subjetividade social que tem existência supra-individual e se perpetua nas produções simbólicas compartilhadas sobre as quais se organizam as relações dos indivíduos dentro desse espaço. Essas produções simbólicas, por sua vez, se alimentam de sentidos subjetivos configurados no percurso das experiências diferenciadas dos sujeitos que vivem em tais espaços.

Mesmo um indivíduo vivendo dentro de uma mesma comunidade, compartilhando das mesmas instituições, como um cooperado, pode construir uma concepção diferente, valendo-se da sua subjetividade.

São muitas as concepções teóricas construídas para definir os temas cooperativismo/cooperativa/cooperação, divulgados por instituições de representação do cooperativismo e também por alguns estudiosos do tema. Para usar de paralelo cita-se a concepção da Organização das Cooperativas Brasileiras sobre cooperação:

Cooperação – método de ação pelo qual indivíduos ou familiares com interesses comuns constituem um empreendimento. Os direitos são todos iguais e o resultado alcançado é repartido somente entre os integrantes, na proporção da participação de cada um (OCB, 2008).

Nesse aspecto, parece que a constituição de um empreendimento faz com que a cooperação flua entre as pessoas, priorizando a igualdade e a democracia. Mas, sabe-se que questões como a pluralidade do sujeito e a complexidade do fenômeno não podem ser anuladas nas práticas cotidianas.

Na concepção de Oliveira:

[...] a existência das cooperativas e a sobrevivência das pessoas dependem do mercado, no qual as relações são, essencialmente, de competição; espaço em que a cooperação tem amplitude bastante reduzida. Experimenta-se a ambigüidade de criar um horizonte promissor, mas cujo futuro é incerto; e também a de promover a solidariedade em seu interior e, fora dele, atirar-se a competição junto as forças do mercado (OLIVEIRA, 2006, p.138).

Vivenciar esse desafio é enriquecedor porque compete aos indivíduos a visão de iguais em direitos e conquistas, dividindo espaços e bens. Mas, em relação ao mundo competitivo, ao mundo que está externo a essa filosofia, as práticas cotidianas se tornam contraditórias e difíceis de serem vivenciadas. A solidariedade e a vivência dessas experiências são defendidas principalmente no interior das cooperativas de economia solidária, enquanto nas experiências das cooperativas tradicionais parecem prevalecer as relações econômicas.

Conforme já citado, a partir de 1990, há uma ruptura nas relações que envolvem as cooperativas, onde estão as cooperativas tradicionais, foco do estudo deste trabalho, e as cooperativas de economia solidária. Este fenômeno acontece principalmente pelas características que cada uma agrega, sendo que as primeiras se incorporaram ao capitalismo e se tornaram grandes “empresas”. As segundas voltam-se às relações de solidariedade, às relações democráticas e sociais, preocupando-se com a vida das pessoas como um todo e, dessa forma, tentando incorporar mais de perto princípios do cooperativismo.

Com isto não quero dizer que as cooperativas de economia solidária exerçam fielmente todas as funções do cooperativismo; acredito que há uma tentativa, nesse sentido, de se exercer práticas para o desenvolvimento social, cultural e democrático desse grupo. Há inúmeras especificidades sobre como o cooperativismo se desenvolve nelas, assim como no caso das cooperativas tradicionais, como a que estudei. Além do que não podemos deixar de enfatizar que as organizações cooperativas tomam muitas formas diferentes, e que não podem ser apenas classificadas como tradicionais ou de economia solidária. Neste trabalho

usamos essa classificação, mas reconhecemos que as cooperativas podem apresentar-se de outras formas e com características distintas.

Para Giddens (1997), em suas reflexões teóricas sobre o contexto contemporâneo, o estágio atual da modernidade é marcado pela incerteza, dúvidas, e a globalização, com um discurso que desencaixa as relações sociais dos contextos locais. O ambiente produzido pela globalização é de incerteza, mas também de possibilidades, porque tudo se abre a decisões e negociações que serão travadas no cotidiano pelos sujeitos dos grupos sociais.

Na visão de Giddens (1997), em geral as mudanças estruturais que repercutem sobre a divisão do trabalho e estratificação social, são fontes de dinamismo para a modernidade: como o distanciamento do tempo e espaço, o desencaixe e a reflexividade.

A modernidade produz sistemas abstratos:

Todas as convenções e tradições estão sujeitas a revisões em relação à consciência de que existe uma variedade de outras formas de fazer as coisas. A identidade pessoal anteriormente conferida *a priori* pela tradição torna-se um empreendimento reflexivamente organizado, ou melhor, o eu se torna um projeto reflexivo (PINTO, 2006, p.65).

Num período que alguns intelectuais, como Stuart Hall, autor da obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, denominam como pós-modernidade, parece haver uma descontextualização da identidade. No entanto, como uma construção cultural, as identidades às vezes aparecem como sinônimo de subjetividades.

A noção de identidade que nos propomos a abordar está relacionada em partes a processos em que, a noção de pertencimento e de continuidade histórica dos grupos sociais é construída por meio de memórias e das subjetividades, que também estão em construção a partir das lutas sociais, políticas e econômicas e suas contradições e ambigüidades. (BAUMAN; HALL, 2006)

Para o sociólogo Zygmunt Bauman, autor do livro *Identidade* (2005), o tema é ambivalente no mundo onde tudo é precário e provisório. A dissolução dos valores humanos colocou homens e mulheres na permanente inconstância, sem condições de estabelecer uma conexão entre si e o mundo, envolvido numa velocidade de mudanças, resultantes do processo de globalização. (BAUMAN, 2005).

A globalização trouxe [...] grandes transformações que afetou as estruturas estatais, as condições de trabalho, as relações entre os Estados, a subjetividade

coletiva, a produção cultural, a vida cotidiana e as relações entre o eu e o outro (BAUMAN, 2005, p.11)

Stuart Hall parece caminhar na mesma direção de Bauman. Para Hall, na pós-modernidade “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não por uma única, mas de várias identidades. Onde podemos perceber que [...] o próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2005, p.12)

No entanto, para Bauman (2005) a grande crítica está contida no contexto da globalização capitalista, com um discurso mais político do que filosófico ou sociológico. Destaca esse panorama da globalização, como radical e irreversível, a qual afeta todas as estruturas sociais, assim como, as relações que correspondem a elas. Considerando esses aspectos, as identidades parecem cada vez mais em permanente movimento, o que destaca a emergência das comunidades e das políticas de identidades como fenômenos de resistência, conservadora ou progressista, às consequências das transformações da globalização.

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. “Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura de identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. É discutível se essas “comunidades-cabide” oferecem o que se espera que ofereçam – um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas -; mas sem dúvida marchar ombro a ombro ao longo de uma ou duas ruas, montar barricadas na companhia de outros ou roçar os cotovelos em trincheiras isoladas, isso pode fornecer um momento de alívio da solidão. (BAUMAN, 2003, p. 21)

Define um sentido para a construção de identidades com o reconhecimento da existência de comunidades de destino e de vida, que se fundem por vários princípios e idéias, e são através destes que o sentimento de pertença e de identidade são negociáveis e renováveis, onde as escolhas dos indivíduos são essências para definir sua identidade ou pertencimentos (SANTOS; BAUMAN 2007)

O fato é que um ambiente de incertezas e riscos acompanha a situação de múltiplas escolhas para construção de identidades e subjetividades nos grupos sociais, como o que estudei:

As possibilidades de 'reencaixe' ou de construção de novas solidariedades sociais e identidades pessoais estão, por sua vez, relacionadas a confiança nos conhecimentos especializados mediada pelas relações pessoais em que o indivíduo atua reflexivamente. As relações globais impessoais que transpassam as práticas locais não anulam as relações pessoais situadas, na verdade as transformam ao mesmo tempo em que são por elas transformadas (PINTO, 2006, p.66).

Num mundo de incertezas, as restaurações da solidariedade social e identidades pessoais dependem da confiança no outro, nas instituições. Na modernidade, a reflexividade social, nessa lógica, significa que os indivíduos não têm escolha a não ser escolher, e essas escolhas definem quem somos.

As práticas cooperativas que envolvem a solidariedade requerem dos indivíduos mais respeito e compreensão das diferenças. Tal situação implica em responsabilidade e reciprocidade, de compromisso e comunicação entre os diferentes sujeitos.

Se, de um lado, essas instituições atuam no mercado, estando sujeitas a lógica de trocas, bens e serviços, o trabalho do cooperado é passível de consumo, que permite a continuidade do empreendimento. Com a retração dos direitos trabalhistas, a precarização da mão-de-obra, o desemprego e as mudanças nas relações de trabalho, entretanto, muitas pessoas aderem ao cooperativismo como uma forma de sobrevivência.

Esses fatores somados contribuem para o crescimento de cooperativas no país. O trabalho por conta própria cresce, mas cresce também o associado por conta própria, mais ou menos engajado no trabalho. Ou seja, os indivíduos se envolvem nessa alternativa para dar conta da sobrevivência.

Muitas vezes os trabalhadores, apesar de trabalharem em cooperativas, parecem estar marcados pelo padrão institucional de serem empregados. Participam de uma dinâmica de subordinação, a qual ainda lhes confere nessa nova dinâmica, maior ou menor grau de participação, interferindo no seu comportamento.

Por estes aspectos, qualificar o cooperado para que ele aprenda a participar da autogestão do seu empreendimento é fundamental. Muitos acreditam que quando o trabalhador adere a essas instituições, ele já sabe fazer isso, pois é o que se espera dele. Mas, pesquisas, como a desenvolvida para este trabalho, têm mostrado que essa percepção trata-se de uma ilusão.

Nessa perspectiva, uma contribuição que pode ser dada é no sentido de se avançar nas investigações sobre as cooperativas como um espaço de construção da sociabilidade e da democracia:

Ou seja, reafirma-se o ideal pelo qual o trabalhador, através do seu trabalho, satisfaz suas necessidades ou alcança o desenvolvimento de suas capacidades, o florescimento de sua individualidade. Explica-se que a possibilidade de autonomia é mediada pela relação como o outro e não algo dado ou intrínseco a própria ação racional do indivíduo. Daí tal possibilidade ser tão maior, ou o campo de referências e escolhas ser tão mais ampliado, quanto mais tal relação estiver voltada para a mútua exposição das diferenças (PINHO, 2000, p.183).

Nas colocações de Santos (2002), a atualidade é um tempo paradoxal. Esse paradoxo está em que se, por um lado, hoje mais do que nunca, parecem reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental – como a promessa da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz –, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de ser cumpridas como hoje.

As cooperativas tradicionais parecem que são organizações econômicas mais democráticas, e tentam se representar enquanto tal. Elas vêm se fortalecendo economicamente ao longo dos tempos, com uma prática que se encaixou ao sistema capitalista, se tornando no Paraná, por exemplo, as maiores empresas capitalistas do Estado.

E são essas práticas que, na visão tradicional, deram certo, e revalidam as cooperativas como instituições de sucesso dentro do capital, sem levar em consideração o desenvolvimento e a promoção social dos indivíduos que integram esses grupos, unificando relações e camuflando as diferenças.

Na visão da Organização das Cooperativas Brasileira, a definição de cooperativa está baseada não somente na função econômica, mas sim na sua missão social, democrática, educacional, como pode ser percebido:

Cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. [...] É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (OCB, 2008).

Essa é a visão divulgada pela OCB. Mas, nesta pesquisa, questionamos até que ponto há relação entre esses conceitos e as práticas dos cooperados: eles realmente são vivenciados nas práticas cotidianas? Os cooperados vivenciam a solidariedade, a independência, a democracia e a participação nas instituições a que integram?

Um ponto que não se pode negar são as dificuldades que cercam o pleno funcionamento de uma cooperativa, com a aplicação e a vivência de sua filosofia, pois isso implica em várias questões com dimensões cultural, individual e econômica:

Se estamos, neste momento, salientando o que nos parece construir traços comuns a emergência do fenômeno, é preciso reconhecer as dificuldades que se impõem a esta tarefa ou quase impossibilidade. Isto porque, as diferenças entre os distintos contextos de realidade, sejam elas entre países ou entre regiões de um mesmo país, são consideráveis e pesam, de modo acentuado, sobre a configuração das iniciativas na realidade. (FRANÇA FILHO, 2004, p. 19).

Todavia, acredita-se na existência e na possibilidade do crescimento de cooperativas que exerçam em suas práticas cotidianas princípios e valores cooperativistas. Entretanto, pesquisas realizadas e em andamento apontam que parte dessas organizações precisa passar por um processo de mudanças na cultura, nos valores e padrões, uma “reeducação” que requer uma análise das contradições internas para que ocorra um movimento de transição.

1.6 COOPERATIVISMO NO BRASIL: MULTIPLAS REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES POSSÍVEIS

Procurarei, num breve percurso, ir até as raízes do cooperativismo, com sua história, a qual está presente até os dias de hoje no seu código genético. É nela que se firmam os eixos de uma identidade cooperativista que tem um valor “universal”, mas que ganha uma série de sentidos, muitos utópicos, que se projetam no horizonte.

Utópico no sentido de que, não basta um grupo de indivíduos resolverem aderir ao sistema cooperativista, e as práticas se concretizarão de forma natural, não considerando o ambiente do grupo, sua realidade específica, sua história, conflitos e

subjetividades. Por isso, pretendo construir no trabalho uma perspectiva histórica do cooperativismo, numa visão não linear.

Em vários trabalhos teóricos acerca do tema, há uma visão tradicional e dominante sobre o cooperativismo, como algo nobre, capaz de modificar o grupo e proporcionar a esses indivíduos educação, cultura, práticas democráticas, igualdade e superação econômica.

Para autores como Paul Singer, na construção histórica do cooperativismo registra-se a iniciativa de Saint Simon, o francês Charles Fourier, o britânico Robert Owen, Louis Blanc, os quais desenvolveram uma filosofia de trabalho baseada na igualdade, na autogestão, na democracia e na ajuda mútua.

Robert Owen (1770-1858) foi um grande industrial que se tornou conhecido por toda a região por sua habilidade empresarial e filantrópica. Proprietário de um complexo têxtil em New Lanark, Inglaterra, seus operários recebiam assistência; mesmo em períodos de crise, mantinha seus empregados nas fábricas e pagava integralmente (SINGER, 1998).

Acreditava que investir nos trabalhadores era o caminho para a industrialização. Logo na primeira década do século XIX, Owen limitou a jornada de trabalho e proibiu crianças de trabalhar, construindo escolas. O resultado foi maior produtividade e maior lucro dentro das empresas (NAMORADO, 2006).

Em 1817, Owen apresentou um plano para o governo britânico com o objetivo de solucionar a pobreza e a recessão econômica da época. A proposta era que os fundos utilizados para o sustento dos pobres fossem revertidos na compra de terra e construção de Aldeias Cooperativas, nas quais viveriam cerca de um mil e duzentas pessoas, trabalhando na terra e em indústrias, produzindo sua própria subsistência. O excedente seria trocado entre as aldeias e as pessoas seriam reinseridas na produção, o que em pouco tempo permitiria a devolução do investimento aos cofres públicos (NAMORADO, 2006).

Como sua idéia não foi aceita, Owen partiu para os Estados Unidos e se estabeleceu no Estado de Indiana, onde montou, em 1825, uma aldeia cooperativa, que seria o modelo para o futuro. Ficou até 1829 e voltou para a Inglaterra após o empreendimento falhar (NAMORADO, 2006).

De acordo com Singer (2003), esses socialistas procuraram nessas organizações sociais um instrumento capaz de defender os trabalhadores que viviam as grandes dificuldades da Revolução Industrial e mudar suas vidas.

Numa observação histórica mais profunda, o exemplo das aldeias cooperativistas de Owen, nos Estados Unidos, não foi o único a dar errado, muitos ainda tiveram dificuldades, por fatores como falta de qualificação dos produtores/trabalhadores, dificuldades com administração e com a própria prática dos ideais cooperativistas no cotidiano.

Para alguns autores, foi do fracasso do owenismo que surgiu a primeira cooperativa, em uma cidade industrial. Nos registros históricos pode-se considerar que de fato a primeira cooperativa aconteceu em 1844, em Rochdale, no distrito de Lancashire, na Inglaterra, através da iniciativa de vinte e oito tecelões pobres, a chamada Sociedade dos Pioneiros de Rochdale.

Na abordagem histórica de Pinho (1978, p. 40) a experiência é descrita com o seguinte olhar: “A sociedade tem por fim realizar uma vantagem peculiar e melhorar as condições domésticas e sociais de seus membros, mediante a economia de um capital formado por ações de uma libra esterlina”.

A cooperativa de consumo opunha-se às misérias e às condições subumanas vividas pelos trabalhadores, buscando bens de consumo possíveis a todos, onde todos pudessem ter acesso.

Para Singer (1998, p.100):

[...] os pioneiros sócios tinham por objetivo fundar um armazém para abastecer os sócios, construir casas para os mesmos, manufaturar artigos para dar ocupação a desempregados ou com salários reduzidos, comprar ou arrendar terras com a mesma finalidade e criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros.

Para Namorado (1995, p.11), no que se refere ao histórico do cooperativismo: “O movimento cooperativo moderno emergiu, em conjunção com o capitalismo, no início do século XIX, para lhe resistir, atenuando os seus efeitos mais penalizantes para os trabalhadores.”

Nestas condições, como destacam Saudeco e Nicolazzi (2001, p.87): “o movimento cooperativista foi uma alternativa encontrada pelos trabalhadores de várias regiões do mundo, principalmente na Inglaterra no auge da Revolução Industrial.”

A criação da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale se deu num momento de insatisfação dos trabalhadores, eles procuravam uma organização que suprisse de alguma forma suas necessidades na nova ordem imposta, que determinou

alterações estruturais nas relações de produção até então vivenciadas (MESQUITA, 1998).

Singer (2003) acentua que o projeto cooperativo foi uma alternativa socialista ao capital industrial, a mais importante naquele momento histórico.

Em muitos estudos sobre o tema, percebo que em torno da experiência de Rochdale foi desenvolvido um véu de heroísmo, destacando uma visão nobre e positiva, deixando em segundo plano, ou camuflados, os conflitos internos e as dificuldades desse grupo de pessoas, que certamente existiram e não eram poucas.

A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale com suas convicções associativistas começou a evoluir. Quatro anos após sua criação, a sociedade contava com cento e quarenta membros. Quatorze anos depois eram mais de três mil quatrocentos e cinquenta associados. (OCB, 2007)

Nessa história onde os conflitos não aparecem, não é mencionado que, com o crescimento de Rochdale, aconteceram mudanças não apenas estruturais, mas também o distanciamento dos princípios cooperativistas originais.

Para Singer (1998), essas regras ou princípios adotados pela Cooperativa de Rochdale diminuíram a fragilidade, que levou ao fracasso das organizações anteriores.

No cooperativismo, esses princípios cooperativistas são como ponto de partida fundamental. São as linhas orientadoras através das quais as cooperativas deveriam levar a praticar os seus valores (PINHO, 1978).

Por entender a importância de cada princípio para a formação do cooperativismo no mundo, não se pode deixar de citá-los:

- A Cooperativa seria governada democraticamente e cada sócio teria direito a um voto, independente do capital investido - Controle democrático, um sócio, um voto. Este princípio distingue as cooperativas das empresas capitalistas;
- Adesão aberta para novos sócios. A Cooperativa seria aberta a qualquer pessoa que quisesse se associar desde que integrasse uma cota mínima, igual para todos;
- O capital investido, chamado de cota parte, teria retorno com uma taxa de juro fixo. O excedente seria repartido segundo outros critérios;

- A distribuição da parte excedente entre os sócios. O capital excedente seria distribuído entre os sócios conforme o valor de suas compras. Isso incentivaria os associados a usar mais os serviços da sociedade;
- A Cooperativa só poderia vender à vista, mesmo em momentos de crise. Mas em caso de necessidade a sociedade poderia permitir a retirada do capital investido, exceto a cota mínima;
- Venda de produtos de qualidade e puros. Esse princípio acabou excluindo alguns cooperados que não tinham condição de pagar pela qualidade dos produtos;
- A Cooperativa desenvolveria a educação dos cooperados;
- A Cooperativa deveria ser neutra política e religiosamente, para não excluir cooperados com posições diferentes.

Estes princípios deveriam ser o cerne na condução do cooperativismo, porém, segundo Pinho (1978), com o crescimento da Cooperativa de Rochdale, os associados demonstravam-se descontentes pela não repartição equivalente dos ganhos, como prega o quarto princípio.

Mas, ao longo dessa história, pouco se fala a respeito das contradições existentes entre o grupo. Ao predominar essa leitura, representa-se que a construção da primeira cooperativa foi um momento onde todos estavam em comum acordo com as normas e a forma como ela seria gerida e administrada. Os jogos de interesse e as subjetividades humanas existentes dentro do grupo são apagados ou anulados por uma história que valoriza uma relação social harmônica, sem conflitos.

Neste contexto, Mesquita (1998) acrescenta à reflexão a idéia de que a doutrina cooperativista, que parecia ser capaz de promover mudanças estruturais na sociedade e na libertação do proletariado dos ditames capitalistas, dá seus primeiros sinais de incorporação à dinâmica do capital.

Com isto, as cooperativas apresentam-se como instituições que, embora permaneçam sob o domínio da força de trabalho, são regidas pela dinâmica do capital. Em meio a essa conturbada atmosfera, o movimento cooperativista chamou a atenção de vários países do mundo, que também passavam pelas precárias condições de trabalho.

A idéia da proposta cooperativista ganhou o mundo, cada vez mais fundado no sistema capitalista. Mas, deve-se levar em consideração na análise que a

evolução no espaço do cooperativismo varia no contexto onde estão inseridas suas práticas, pois os grupos humanos têm em si vários interesses e disputas. Estes ressignificam suas práticas cooperativistas de acordo com seus interesses, ficando longe do modelo idealizado nos princípios.

Em termos teóricos, no Brasil foi transmitida e recriada a mesma história do cooperativismo no mundo, com uma perspectiva que, independentemente do grupo e de suas condições sociais e econômicas, os princípios de Rochdale poderiam ser aplicados, sendo capazes de serem transportados mecanicamente em qualquer contexto, gerando uma afinidade e uma solidariedade incomuns. (PINTO, 2006)

Outra situação que não se pode negar é que muitas dessas cooperativas foram implantadas com a intenção real, embora ingênua, de proporcionar ao grupo uma melhora na qualidade de vida, como uma fórmula que, se aplicada, só traria sucesso, sem um caráter transformador que possibilitasse, de fato, uma mudança social na vida do grupo.

Para Pinho (2004), as informações disponíveis sobre a história do cooperativismo formal no Brasil mostram que ele começa a se organizar em 1889 com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, sendo a primeira iniciativa dos trabalhadores livres após a extinção do escravismo. A Cooperativa atuava na mesma linha dos princípios de Rochdale.

Outras iniciativas, ainda no século XIX, foram a criação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica em 1891, na cidade de Limeira, São Paulo, e da Cooperativa do Proletariado Industrial de Camaragibe - Estado de Pernambuco, em 1894. A partir de 1902, surgem as primeiras experiências das Caixas Rurais (OCB, 1996).

Mas, foi somente em 1907 que o cooperativismo mereceu a atenção dos governantes com a elaboração do Decreto nº 1.637 de 05 de janeiro de 1907, o qual dava alguma legalidade ao cooperativismo brasileiro.

Pinho (1978, p. 76), ao tratar deste momento do cooperativismo destaca:

Foi somente a partir de 1932, entretanto que se verificou um surto relativamente apreciável do cooperativismo em nosso país devido principalmente a dois fatos: em primeiro lugar, o Poder Público viu nas cooperativas uma das mais eficientes soluções para os graves problemas resultantes da conjuntura econômica mundial (e oriundos sobretudo da Primeira Grande Guerra e da crise de 1929) e da própria estrutura econômica tão fragilmente assentada sobre a monocultura extensiva e enfrentando graves crises do café: em segundo lugar a promulgação da lei

básica do cooperativismo brasileiro, com o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, desfez as confusões até então freqüentemente entre cooperativas e outras sociedades, em virtude da incorporação de vagos e imprecisos artigos sobre o cooperativismo em decretos sobre outros assuntos.

Até 1930 o cooperativismo no Brasil caminhava muito lentamente. A crise econômica mundial estimulou a emergência de cooperativas, especialmente no sul do país, como destaca a citação, por acreditar que esse sistema seria capaz de superar as dificuldades.

A depressão de 1929 fez o governo se interessar pelo cooperativismo, especialmente como instrumento de política agrícola. Foi a partir de 1932, com o governo de Getúlio Vargas, que se regulamentou a organização e funcionamento das cooperativas, verificando-se nesta época, um aumento de cooperativas no Brasil. (SINGER, 2002)

O interesse do Estado pelas práticas cooperativistas estava intimamente ligado às necessidades de se solucionar graves problemas, resultantes da conjuntura econômica.

Para Singer (1987, p. 70) naquele momento histórico:

O Estado deixou de depender do latifúndio e portanto deixou de lhe dar apoio irrestrito, isso não quer dizer que o governo instaurado pela Revolução e presidido por Getúlio Vargas se empenhasse em alguma reforma agrária que ameaçasse a própria existência do latifúndio ou que praticasse economias adversas aos interesses da oligarquia agroexportadora.

Na avaliação de Loureiro (1991), as cooperativas brasileiras, com algumas exceções, sempre estiveram atreladas ao Estado, que além de regulamentar suas normas de criação e funcionamento, também fiscalizavam. Observa-se que boa parte do movimento cooperativista brasileiro, diferente do europeu, quase sempre teve um caráter corporativo e autoritário, ou seja, imposto de cima para baixo por meio das leis produzidas pelo Estado.

Nesse sentido, muitas cooperativas foram historicamente incentivadas pelo Estado para promover a expansão da produção agrícola, destinada principalmente a abastecer os grandes centros urbanos em processo de crescimento, após a década de 1930.

A partir de 1945, o governo passa a oferecer incentivos materiais e fiscais às cooperativas e, em 1951, foi criado o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), extinto pelo governo Collor (OCB, 2007).

Em 1966, através do Decreto Lei nº 59 de 21 de novembro e regulamentado pelo Decreto nº 60.597 de 19 de abril de 1967, o cooperativismo é submetido ao centralismo estatal, perdendo incentivos fiscais e liberdades já adquiridas.

Neste período havia no Brasil, por um lado, com o governo de Goulart, a ascensão das lutas populares. Por outro lado, o governo sofria grande repressão da classe dominante, que pretendia livrar-se do popularismo, ou ameaçava romper com o Estado.

Como era previsto, com o golpe de 1964 aconteceu a derrota das forças populares e a implantação da ditadura militar (com o governo de Castelo Branco). Houve a implantação de uma política severa, que só vinha trazer facilidades para o processo de concentração e centralização do capital e represaria qualquer iniciativa de organização popular (ALMEIDA, 1997).

No decorrer dos anos de 1960 e 1970 as cooperativas agropecuárias receberam os maiores estímulos para se consolidar. Este processo ocorreu com o apoio governamental, já que as cooperativas passaram a ser entendidas como peças importantes dentro das estratégias da modernização da agricultura brasileira, em discussão no período. O processo de expansão do cooperativismo agropecuário ocorreu, com forte apoio do Estado, que atuou como agente político, jurídico e financeiro (BENETTI, 1982).

Para Cazella e Turnes (1993) as cooperativas agropecuárias seguiram um padrão de modernização rural que foi incapaz de beneficiar as unidades de produção familiar, pois o modelo pressupunha a adoção de um nível de tecnologia incompatível com as condições da maioria destes produtores.

O sistema cooperativista incentivado pelo governo era em muitos casos, um mecanismo para aumentar a produção agrícola; atrelada ao capital e distante de todos os outros princípios: essa é a origem das cooperativas tradicionais do país.

Com a perspectiva de se fortalecer um sistema cooperativista ligado ao Estado e vinculado hegemonicamente ao setor rural, foi criada, em 1969, a Organização das Cooperativas Brasileiras, unificando as centrais cooperativistas até então existentes, como um instrumento de fiscalização e controle das cooperativas.

No mesmo ano de 1969 começa a mobilização na cidade de São João, sudoeste do Paraná, para formar uma cooperativa agropecuária. Mobilização essa atrelada a órgãos governamentais, que tinham a modernização da agricultura como prioridade. Em junho foi formalmente fundada a Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda – Coasul que, mais tarde, foi denominada de Coasul Cooperativa Agroindustrial.

Quase ao mesmo tempo foi formulada uma nova Lei do Cooperativismo, Lei nº 5.764, promulgada em 1971. Esta Lei atendeu às aspirações de setores do cooperativismo agropecuário, principalmente em relação aos aspectos comerciais, pois seus preceitos estavam em consonância com o processo de modernização empresarial da agricultura em curso no país (PINHO; PINHO, 1980).

A Lei nº 5.764, ainda em vigor, define o regime jurídico das cooperativas, sua constituição e funcionamento, sistema de representação e órgão de apoio, como a OCB.

Ainda neste período, com a ditadura militar, no governo Médici havia repressão a qualquer manifestação popular; foi um período de grande concentração de riqueza e abandono total das classes baixas, com um número cada vez maior de pessoas sem trabalho (ALMEIDA, 1997).

O cenário melancólico da realidade, que buscava a modernização da agricultura a qualquer custo, sem um planejamento que efetivamente garantisse ao menos a permanência do agricultor no campo, colocou novos desafios aos agricultores. Isso pode ser observado nas histórias de vida realizadas, que são um meio privilegiado para o estudo da vida cotidiana, tendo em vista que essa se mantém firme na memória. Para Montenegro (2007, p.16):

Vale destacar que o trabalho da história oral junto aos segmentos populares resgata um nível de historicidade que comumente era conhecida através da versão produzida pelos meios oficiais. À medida que os depoimentos populares são gravados, transcritos e publicados, torna-se possível conhecer a própria visão que os segmentos populares têm das suas vidas e do mundo ao redor.

As cooperativas dificilmente dariam conta da complexidade vivida por essas pessoas. No relato de Dona Helena pude perceber a fragilidade dessa modernização pretendida pelo Estado com a formação de cooperativas, que certamente não atingiu a todos:

Atualmente as coisas são diferentes do que antigamente. Nós tínhamos trator e outros maquinários, formando o que precisava, mas não tinha tecnologia. Nós sempre pensamos em comprar terra, e trabalhamos para isso. Por isso diminuiu a população de São João; os pequenos agricultores foram vendendo porque não sobreviviam e tinham que ir embora. Na nossa região tinham agricultores, que nós compramos a terra; pedaços pequenos, era mais fácil de comprar, com um carro velho comprava uma colônia de terra, que são dez alqueires. Tinha que aproveitar a oportunidade e nós economizávamos e a cooperativa ajudou bastante também.

Na experiência de Seu Anaraci pude perceber as dificuldades vividas por muitos agricultores da época:

Eu quero voltar a falar da minha vida de solteiro. Era difícil, nós dormíamos em camas de tarimba; é uma cama de quatro estacas com esteira de palmeira, ou dormia no chão; a vida era muito sofrida. A vida de um agricultor era sofrida e ganhava pouco. Lembro que antes de clarear o dia nós levantávamos, tomávamos chimarrão e saíamos para o serviço. Com a foice ou machado, tinha dias que tomávamos somente uma cuia de chimarrão no almoço, tinham vezes que não dava tempo e já voltávamos para afiar as ferramentas, trabalhávamos até a noite e ainda dormíamos no chão; era muito sofrido!

Nas falas pude perceber a complexidade da realidade que envolvia a agricultura em um território tão próximo, dentro da mesma região, o que me levou a refletir sobre uma política nacional que colocava todos os agricultores dentro do mesmo contexto, sem se dar conta das especificidades existente nesse universo.

Mais tarde, já na década de 1980, em nível nacional, a economia quase não cresceu. Esta foi até denominada como década perdida por autores como Singer (2003). Mas, no campo social deu-se início a um novo movimento de Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos e movimentos sociais comprometidos com a construção da cidadania e, conseqüentemente, uma nova visão sobre o cooperativismo. Essa nova visão trouxe vários questionamentos sobre a validade social das práticas cooperativistas tradicionais. E, como conseqüência desse processo, começa a vir à tona novas experiências cooperativistas, que assumiram formas diferentes principalmente nas práticas cotidianas.

Como conseqüência da crise estatal, em 1988, houve uma proibição constitucional de intervenção do Estado em cooperativas e associações. As conseqüências foram a forte descapitalização das cooperativas agrícolas e de consumo, as quais ficaram quase sem condições de enfrentar a espoliação inflacionária. Nesse processo, contudo, houve outro lado, com a emergência de tipos especiais de cooperativas urbanas: educacional, de trabalho e de crédito.

Como já citado, o cooperativismo tem princípios e valores que, com o passar do tempo foram discutidos, analisados e, conseqüentemente, sofreram algumas alterações. A última reformulação aconteceu em 1995, no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), ocorrido na cidade de Manchester, na Inglaterra.

Os princípios reformulados são:

- Adesão livre e voluntária;
- Gestão democrática e livre;
- Participação econômica dos membros;
- Autonomia e independência;
- Educação, formação e informação;
- Intercooperação;
- Interesse pela comunidade.

Pode-se agregar a esta reflexão, Sales (1998), que traz uma discussão sobre a reformulação dos princípios, destacando que o Congresso Internacional do Cooperativismo foi um exemplo das diferenças dos vários entendimentos do papel social das cooperativas. Neste Congresso foram debatidos a filosofia e os princípios cooperativistas.

Para Sales (1998), na ocasião, o princípio do controle democrático das cooperativas (segundo princípio - gestão democrática e livre), baseado na idéia de “um sócio, um voto” foi bastante questionado por aqueles que desejavam aumentar o poder dos cooperados que detêm maior peso econômico dentro da sociedade cooperativista.

Entretanto, apesar das pressões por mudanças, as principais diretrizes, oriundas dos pioneiros de Rochdale do século XIX, foram preservadas. Nesse momento não foram consideradas as grandes transformações em curso, como a globalização, que inevitavelmente refletiu nas relações existentes entre os grupos. (SINGER, 2002)

Ainda que as práticas cooperativistas não sejam, muitas vezes, visualizadas na maioria das cooperativas, os princípios ainda são conservados.

Na visão de Sales (1998), a “doutrina cooperativista” permanece fiel aos pioneiros, muito embora as suas experiências práticas possam mostrar uma complexidade maior.

No Brasil, a partir de 1996, o cooperativismo tradicional começou a fortalecer sua atuação internacional com a participação na Aliança do Cooperativismo Internacional. Outro fator relevante foi a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) junto à Organização das Cooperativas Brasileiras, órgãos que agregam as grandes organizações cooperativistas.

Para Singer (2003), no Brasil a cooperativa foi reinventada na década de 1990, principalmente pelo crescente aumento do trabalho não assalariado. Além disso, nessa década assistiu-se ao domínio do cooperativismo agroindustrial com o apoio estatal. É no ambiente de desemprego e subemprego que trabalhadores se unem na geração de recursos para a própria vida. Outros autores como Pinto (2006), concordam com a posição de Singer (2003), destacando que a crise do trabalho assalariado fez proliferar a força do associativismo, como uma prática produtora de engajamentos voluntários e solidariedades sociais ativas.

Para o desenvolvimento do trabalho, reconheço que as instituições cooperativistas assumem formas de organização, gestão e estruturação distintas, apesar da mesma filosofia. O foco do trabalho é o estudo das apropriações e representações sociais do cooperativismo, tendo como sujeitos de pesquisa cooperados que integram uma cooperativa tradicional. Mas, não posso deixar de destacar a presença de organizações cooperativistas que assumem um caráter diferente: as cooperativas de economia solidária, ou ainda as que não podem ser classificadas em ambos os grupos.

Para tanto, julgo importante fazer uma breve apresentação das cooperativas de economia solidária. O termo economia solidária será entendido no trabalho como práticas econômicas que reúnem cooperativas baseadas na autogestão e cooperação. No entanto, outros segmentos a incorporam, como qualquer iniciativa empreendedora desenvolvida por desempregados, como associações.

Em termos descritivos, as unidades de economia solidária no Brasil são de pequeno porte, tendo um número reduzido de trabalhadores e produção. Até por isso se justifica a sua organização, muitas vezes, pouco complexa na organização do trabalho e hierarquia, com relações familiares inclusas.

Isso parece apresentar traços de uma nova cultura em torno do trabalho, onde o trabalhador desenvolve sua atividade solidariamente e com prazer de desenvolvê-la (SILVA, 2006).

Esses traços parecem ilustrar um pouco da experiência vivida por várias cooperativas, como as de catadores de papel reciclado, artesões, segmentos de alimentos e outras espalhadas pelo Brasil.

Em contrapartida a essas práticas com suas complexidades, apresenta-se a perversidade de um mercado que exclui e que, ao mesmo tempo, é contrabalançado por um sistema de solidariedade que surge da produção associada, que é capaz de estabelecer laços sociais entre desempregados e “formar” novas identidades.

Diante de um Estado que desampara essa população de desempregados, o sistema de economia solidária faz renascer nessas pessoas o sentido de amparo e o desenvolvimento de potencialidades, num espaço onde possam prover suas vidas, diante de tantas circunstâncias que provocam frustrações e fracassos (SILVA, 2006).

As políticas públicas de economia solidária foram implantadas para suprir a crise de emprego, desenvolvida a partir de 1990. Essas políticas foram pensadas por conta de um cenário desolador de desemprego, vulnerabilidade social e instabilidade, principalmente para os grupos que viviam a margem do sistema.

Para Silva (2006, p.91) a questão do desemprego no Brasil é consequência de um cenário externo:

Em termos mundiais, sabe-se que a financeirização e a mundialização do capital associadamente a reestruturação produtiva – organizacional e tecnológica – penalizaram o trabalho, diminuindo ou extinguindo conquistas sociais de controle público sobre o uso do trabalho pelo capital e, ainda, diminuindo os próprios postos de trabalho por força da modernização tecnológica. Daí decorreu a forte desestruturação do mercado de trabalho, alavancadas pela precarização do emprego e ascensão das taxas de desemprego.

Este cenário mostra a necessidade de se estabelecer políticas que amenizem essas mazelas, de forma que a economia solidária se apresenta como uma alternativa viável e plenamente prática.

Com a precarização do trabalho surge a hegemonia social baseada no trabalho terceirizado, parcial, temporário ou coletivo com uma rede de solidariedade e a formação de identidades coletivas entre os trabalhadores. Esse processo fica mais visível na década de 1990, onde “[...] firmam o processo de aprofundamento do desemprego prolongado e da inserção do país no campo das estratégias de liberação política e econômica que já marcavam os países centrais.” (SILVA, 2006, p.94).

Há um esvaziamento do Estado e o emprego corre pela livre ação do mercado. Para Silva (2006, p.94), nesse momento:

[...] recuperar crescimento e produtividade para o capital nacional e internacional significava desregulamentação social para transferência de renda ao capital e competitividade, diminuindo os custos salariais, diminuindo a ação do Estado na proteção social, no investimento produtivo direto e sua maior atuação na flexibilização organizacional, produtiva e trabalhista, desconstruindo as práticas e institutos públicos criados até então no país.

Com a crise do mercado de trabalho assalariado, há um resgate do associativismo e de sua dimensão política, como um mecanismo capaz de formar um engajamento voluntário.

A adoção do cooperativismo não é somente uma solução para o problema do trabalho e da renda, mas implica em toda a vida da pessoa (PINTO, 2006). E os questionamentos surgem embasados nessas reflexões: como acontece na prática a aplicação da fórmula do cooperativismo de Rochdale nas cooperativas tradicionais? Essas organizações são capazes de exercer esses princípios e desenvolver um caráter contestatório e transformador?

Para Giddens, a associação é um espaço de autofundação do sujeito ou liberação das potências individuais como do reconhecimento de interdependências e do público. Nessa interpretação de associação, ela é tomada como ambiente de reconstrução dos liames sociais, mas agora em diálogo com a perspectiva de liberdade individual (PINTO, 2006).

A associação na modernidade torna-se um espaço reflexivo, criando sentidos individuais e coletivos (GIDDENS, 1991). Mas, as associações não estão livres de se tornarem rígidas hierarquicamente e estabelecer papéis fechados, ou de serem dominadas pela lógica da competitividade. é o que parece ter acontecido com as cooperativas tradicionais, entre as quais podemos situar a que é tema deste estudo.

Ainda para Guiddens (1991, p.14) [...] os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social de uma maneira que não têm precedentes. Nas colocações do autor são destacadas que as mudanças ocorridas nesse período são mais profundas do que das ocorridas em períodos anteriores. O que estabelece um plano de conexão social que atingem todo o planeta.

CAPITULO 2

TRAJETÓRIA DA COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL NO CONTEXTO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ: REPRESENTAÇÕES OFICIAIS E APROPRIAÇÕES DOS COOPERADOS

2.1 O PARANÁ E A REGIÃO SUDOESTE: UM BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO AGRÍCOLA

O objetivo dessa abordagem é contextualizar brevemente a história do Paraná e da região sudoeste, levantando alguns pontos que julgo necessários para o desenvolvimento desse trabalho, como o desenvolvimento agrícola, uma vez que a Coasul Cooperativa Agroindustrial localiza-se no Estado do Paraná, região sudoeste. E, por essa razão, julga-se necessário igualmente uma construção histórica acerca dessa região, para compreender em que contexto se dão as práticas representadas pelos cooperados.

Encontram-se, desde a segunda metade do século XVI, registros da ocupação do Estado do Paraná por espanhóis. Essa ocupação ocorreu vinda do Paraguai, com a finalidade de subordinar indígenas que habitavam a região e de deter a penetração portuguesa que não obedecia ao Tratado de Tordesilhas. E, finalmente, porque os paraguaios queriam uma saída marítima pelo atlântico (MAGALHÃES, 2006).

A invasão foi detida pelos bandeirantes paulistas que estavam em busca de indígenas, com a intenção de escravizá-los, pois a atividade era bastante lucrativa para os bandeirantes.

Nos registros históricos observa-se que, por volta de 1650, houve a ocupação e formação da primeira vila no Estado, Paranaguá, que foi fundada para a exploração do ouro, onde os rios com o metal desaguavam na baía de Paranaguá. Essa procura pelo ouro se estendeu para o interior do território, formando Curitiba e outras comunidades que serviam de base para a exploração do metal (MAGALHÃES, 2006).

Foi com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1800, que se iniciaram expedições com homens e mulheres para povoarem Guarapuava, centro do Estado e, mais tarde, com a abertura de caminhos para transportar o gado, aconteceram os

primeiros povoamentos em direção ao norte do Estado. O gado vinha do Rio Grande do Sul e precisava chegar aos consumidores, em São Paulo e Sorocaba; foi daí que iniciaram os povoamentos como Ponta Grossa, Lapa, Castro e Jaguariaíva (IPARDES, 2006).

Por iniciativa governamental foram criados 18 núcleos populacionais, por volta de 1878, em áreas próximas a Guarapuava, todos com a função de povoar as regiões. Mas os planos não deram certo: em pouco tempo a população já tinha voltado a Ponta Grossa.

Ainda por ordem governamental foram criadas várias colônias em torno do Rio Chopim, como a cidade de Pato Branco. Esses núcleos tinham como finalidade abrigar pessoas vindas da guerra camponesa do Contestado. Mas a subsistência econômica nesses espaços era muito difícil, isto porque eram isoladas de centros consumidores e os acessos por estradas eram quase inexistentes (MAGALHÃES, 2006).

Com a criação do Ministério da Agricultura em 1922, a atribuição de fundar novos núcleos coube a esse órgão, o qual fundou a Colônia Pato Branco, que mais tarde recebeu pessoas vindas do Rio Grande do Sul a procura de terras de boa qualidade. Mas, poucos se arriscavam a vir para um lugar onde não havia o mínimo de infra-estrutura e a economia era de subsistência.

O insucesso das iniciativas levou o governo a ceder terras a quem quer que fosse, pessoas ou companhias. Mesmo assim, áreas cedidas a companhias ficaram décadas sem ser povoadas. O resultado foi negativo, pois não houve a formação de povoados e, o que é mais grave, grandes regiões de araucária foram destruídas pelas companhias (MAGALHÃES, 2006).

A colonização dessas terras aconteceu depois da década de 1950 com fluxos migratórios vindos do norte, com o fim do ciclo do café, que liberou um contingente de mão-de-obra, o qual foi em busca de um novo lugar para viver, uma área de terra para trabalhar e estabelecer a família.

Embora muito antes se tenha observado o fluxo de gaúchos na região sudoeste, a partir de 1952 é que houve um número considerável de migrações para a região. É difícil identificar quais foram os motivos para essa invasão gaúcha, mas podem-se apontar alguns fenômenos que contribuíram para o acontecido, como o aumento da população e de pequenas propriedades no Rio Grande do Sul,

concluindo-se que muitas dessas pessoas vieram em busca de terras que, em seu Estado de origem, já estavam esgotadas.

Outro fator que influenciou esse fluxo de pessoas foi o término da Segunda Guerra Mundial que ocasionou, entre outras coisas, o aumento em grande escala do comércio e a internacionalização das relações econômicas. A complexidade e a dinâmica pós-guerra solicitava do mundo um aumento de produção e a tecnificação da agricultura. Para isto, a exploração de novas terras era fundamental, como as disponíveis no sudoeste do Paraná:

O âmago desse novo período encontra-se na aplicação dos procedimentos e métodos científicos para a realização da produção, desenvolvendo a tecnologia – ciência da produção. A originalidade do período está em que, com a tecnologia, o homem passa a poder produzir os progressos técnicos e imprimir grande velocidade de renovação as forças produtivas com o desenvolvimento tecnológico, o homem pode reestruturar os tradicionais sistemas de produção, aumentando a produtividade e reduzindo os custos, e, assim organizar um novo modelo econômico, o qual intensificou e expandiu o modo de produção capitalista, provocando inúmeras metamorfoses na sociedade e no espaço (ELIAS, 2003, p.32).

Outra questão a levantar, que influenciou a mudança do cenário na agricultura, como a ocupação de novas terras, a aplicação de tecnologia e o aumento de produção, entre outros, foi o papel assumido pela indústria com a posição dominante na economia do país, fato que ocorre em qualquer economia que se industrializa, pois a demanda por produtos agrícolas não é tão relevante quanto a demanda por produtos industriais, como era até então.

Até os anos de 1940, a ocupação do Estado aconteceu através de colônias européias dedicadas a pecuária. A partir daí começam fluxos migratórios dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que vão ocupando o Paraná em direção ao Sul, Sudoeste e Oeste. E outros migrantes com origem de São Paulo e Minas Gerais povoaram o Norte e o Noroeste do Estado; esse processo também incluía colonos e meeiros, todos em busca de terras produtivas e disponíveis.

Em meio a esse contexto, na década de 1960, mais precisamente em 25 de julho de 1960, o município de São João, localizado no Sudoeste do Paraná teve sua emancipação política. A importância dessa descrição, embora breve, faz-se necessária não apenas para ter contato com a história, mas também para melhor entender o universo onde se formou a Cooperativa estudada.

A colonização do município de São João foi realizada especialmente por colonos vindos de regiões do Rio Grande do Sul, os quais se instalaram

basicamente em pequenas propriedades e colônias. Na cidade, era predominante o setor agrícola, quase não existia trabalho assalariado. O trabalho na agricultura era braçal, os agricultores cultivavam especialmente produtos para o consumo das famílias, comercializando o excedente; outra atividade que garantia o sustento das famílias era a suinocultura.

Ao longo do processo de industrialização a agricultura vai perdendo a importância política e a relação de compra e venda de produtos primários favorece a indústria. A agricultura passa a estreitar suas relações com a indústria nos anos de 1960 e, mais fortemente, em 1970; isto se deve ao fato dos produtos agrícolas serem cada vez mais industrializados antes de atingir o consumidor e também porque a agricultura consome cada vez mais insumos e máquinas produzidas pela indústria. E, nesta briga, o comércio também perde força, pois a indústria costuma comprar direto do produtor e vender seus produtos por meio de representantes.

De forma geral, no Estado, esse quadro vai sofrer alterações a partir da década de 1970 quando a mecanização e a modernização da agricultura começam dar seus primeiros passos e, nesse processo, não cabem mais os meeiros e colonos. Se a agricultura paranaense atraiu agricultores, após 1970 muitos desses não tinham mais condições de permanecer no trabalho do campo; essa população saiu em busca de novas oportunidades nas cidades e em outros estados e, é claro que esse êxodo rural causou graves problemas sociais.

Já no Brasil, nos anos de 1970, a agricultura passou a caracterizar-se pelo dinamismo. É dinâmica, porque ao longo de anos sustenta taxas de crescimento e produtividade (NAVARRO, 2001). Nas palavras de Navarro:

[...] a possibilidade do desenvolvimento alimentou esperanças e estimulou iniciativas diversas em todas as sociedades. Seria assim apenas inevitável que o desenvolvimento rural, como subtema imediatamente derivado, fosse igualmente um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais, igualmente inspirando um crescente conjunto de debates teóricos. Na época, muitas das sociedades atualmente avançadas ainda mantinham parcelas significativas de sua população envolvidas em atividades agrícolas e/ou habitando áreas rurais (embora gradativamente menores); nos demais países, tais parcelas alcançavam muitas vezes proporções elevadas. Da mesma forma, era ainda significativo o peso econômico da agricultura nas contas nacionais, mesmo em países que então formavam o bloco mais avançado (NAVARRO, 2001, p.10).

A modernização na agricultura equivale à crescente utilização de máquinas, equipamentos e insumos industriais. Esses aspectos afetam toda a economia

agrícola do Estado e podem ser explicados por dois fatores básicos: no primeiro, o setor industrial investe na produção de máquinas, padronização de sementes, na qualidade de rações e em frigoríficos, apoiados pela liberação de crédito rural. Outro indicador é o consumo de fertilizantes que aumenta a produtividade por área cultivada além de implicar, junto com a mecanização, na diminuição da mão de obra empregada para a produção (SOUZA, 2000).

Incluídos nesse contexto de modernização da agricultura brasileira, no final da década de 1960, um grupo de quarenta e três produtores fundaram a Coasul Cooperativa Agroindustrial. Os produtores, naquele momento, enfrentavam dificuldades, tanto na comercialização do trigo, cereal mais produzido na época e na compra de insumos, como na das sementes para a formação da lavoura.

Em especial, nesse momento histórico acontecia um interesse governamental para que cooperativas se estabelecessem no interior do Paraná, com a intenção de desenvolver a agricultura.

No entanto, as transformações mais importantes que ocorrem na agricultura paranaense se deram no final da década de 1980, com o esgotamento da área cultivável no Estado e com o surto de industrialização dos produtos agrícolas estimulados pelas cooperativas do Estado.

A partir dos anos de 1980, há no setor uma mudança significativa: a cultura da soja é um elemento transformador da agricultura que, somada a modernização, resulta em um processo de concentração fundiária. Tudo porque a mecanização não atinge a todos os agricultores, e o sistema não permite que esses vivam com a exploração primária:

A rentabilidade do capital almejada pela economia globalizada tornou necessária a existência de formas mais eficazes de produção, alterando radicalmente as forças produtivas da agropecuária, visto que seus conjuntos técnicos anteriormente hegemônicos não condiziam com a racionalidade vigente no período tecnológico (ELIAS, 2003, p.06).

Nos anos de 1990 esse processo continua, agravando a condição dos pequenos agricultores, pois 80% da terra cultivável no Estado estão direcionados para o cultivo de culturas como soja, trigo e milho (Organização das Cooperativas Paranaenses - OCEPAR, 2007). Esse processo permite concluir que, nessa década, aprofundou-se o processo de desigualdade social, com a redução do número de

pequenas propriedades e a diminuição de oferta de trabalho, pois a mecanização diminui sensivelmente o uso de mão-de-obra na agricultura (SOUZA, 2000).

A agricultura paranaense teve, nessa década, uma reorganização produtiva, aumentando a competitividade, assentada em uma base econômica que alimenta a concorrência e a busca desenfreada pelo aumento da produção, com uso descontrolado de insumos agrícolas que prejudicam diretamente o meio ambiente e, conseqüentemente, o solo, bem maior da agricultura. Segundo Elias:

A mudança da base técnica da produção agropecuária: a expansão dos complexos agroindustriais; o acirramento da concentração fundiária; a predominância de novas relações sociais de produção, com relevo para o trabalho agrícola assalariado temporário; a expansão do meio técnico-científico-informacional, no campo e nas cidades, entre outros, sobressaem como resultados do processo de transformações pelas quais passaram os setores econômicos dinamizados pela expansão do capitalismo no campo, que se acompanhou de significativas metamorfoses na sociedade como um todo, assim como no território, culminando com intenso processo de urbanização e crescimento urbano (ELIAS, 2003, p.366).

O que também chama atenção nesse contexto é o número cada vez maior de famílias que sobrevivem de outras atividades que não só a agrícola: um exemplo é que um dos membros da família, geralmente as mulheres, vai trabalhar nas cidades, em outras ocupações, na maioria das vezes precária, pela falta de qualificação, para garantir um recurso extra (SOUZA, 2000).

E, com essa transformação, o meio rural aproxima-se do modo de vida urbano, com o emprego de tecnologias, comunicação, etc. Mas essas transformações não dão conta da totalidade da população; várias pessoas estão excluídas desse processo e a margem da tecnologia (SOUZA, 2000).

A tecnologia no campo aliada às políticas de incentivo a produção criou alguns tipos de agricultores: alguns conseguiram trabalhar na agricultura de uma forma empresarial, transformando sua propriedade em uma empresa, agregando valores, explorando mão de obra; enquanto outros não conseguiram ingressar nesse processo, esses são os pequenos agricultores, que não tiveram acesso aos insumos mais modernos, aos maquinários mais eficientes. Esses conseguem complementar sua renda com pensões, aposentadorias de familiares ou ainda destinando membros da família para trabalhar em outras atividades, nas cidades (SOUZA, 2000).

Nos últimos anos, a implantação do projeto neoliberal, reforçado pela crise financeira do Estado brasileiro, resulta na exclusão econômica e social. Se, por um

lado, esse novo cenário exclui pequenos agricultores e forma mão de obra excedente, por outro lado o Estado não toma providência eficiente para amenizar a situação; pelo contrário, implanta políticas públicas que timidamente agem, mas que não combatem a desigualdade e a exclusão social (OLIVEIRA, 2006).

Para Navarro (2001), o cenário da região sul do país, proporciona uma atividade agrícola com resultados econômicos positivos, mas isso se o produtor conseguir se integrar nesse novo modelo de produção capitalista, onde o uso da tecnologia e informação é fundamental.

Não se estendendo sobre as outras regiões, mencione-se por fim o caso singular dos três estados do Sul onde a produção agrícola alcança relevante significação econômica e onde, com relação ao restante do país, predomina expressivo contingente de agricultores familiares. Tais famílias, em função dos processos de modernização agrícola típicos do desenvolvimento agrário recente, integraram-se fortemente aos diferentes mercados e exercitaram a transformação tecnológica em suas propriedades. As gerações mais jovens de agricultores, inclusive, encontram-se atualmente imbuídas de uma racionalidade de gestão da propriedade que as aproxima muito mais do modelo do *farmer* norte-americano, que simboliza o pleno desenvolvimento do capitalismo agrário (ELIAS, 2003, p.378).

Essa breve reflexão sobre a agricultura no Estado do Paraná é para fornecer uma base para o ponto que buscarei abordar, que se refere ao cooperativismo no Estado, e mais especificamente sua relação com o sudoeste, onde se localiza a Cooperativa, objeto desse estudo. Observamos, em nossa pesquisa, que os principais traços apontados pelos estudiosos, referentes às transformações na agricultura são decorrentes dos processos de globalização e modernização tecnológica e produtiva das atividades agrícolas (SANTOS, 2003).

Assim, também buscamos realizar uma breve contextualização histórica e social do sudoeste do Paraná, a relevância dessa contextualização para o trabalho se dá pelo fato da Coasul Cooperativa Agroindustrial ter sido fundada por agricultores da região, e é nos municípios dessa região que a Cooperativa tem mais relevância econômica. Daí a contribuição do debate que envolve o processo histórico de formação e colonização dessa região.

Na formação econômica do sudoeste do Paraná há dois momentos distintos: no primeiro, a ocupação precária com a intenção de desenvolver a economia madeireira e, posteriormente, o surgimento da pecuária de caráter extensivo. Tanto uma como a outra, não proporcionaram uma ocupação efetiva, com a formação de cidades e povoamentos, como se esperava.

O movimento de migração de gaúchos trouxe para a região uma característica distinta de grande parte do país, que é justamente a formação de pequenas propriedades, espaços de terras que podiam ser explorados por uma família, trabalhando basicamente com a agricultura e a pecuária. As atividades desenvolvidas eram de subsistência, como o cultivo do milho, trigo, mandioca, batata, frutas. Com isso não quero negar a existência de latifúndios na região, mas apenas citar a predominância das pequenas propriedades (MAGALHÃES, 2006).

Com a realização da história de vida, surgiram elementos que interpretam o momento vivido por aqueles agricultores. Momento esse vivenciado pela família de Seu Anaraci que, com sua experiência, faz uma análise interpretativa do movimento de migração dos gaúchos, por meio do seguinte relato:

Vimos para o Paraná em 1956, foi difícil a vida, trabalhamos muito, sem o pai; os filhos da falecida mãe todos pequenos, mas nós conseguimos superar, eu era o mais novo.

A terra ainda não era legalizada, era terra de sítio, do Estado. Somente em 1962 foi medida a terra e acertada a situação, conseguimos a escritura do terreno. Os meus irmãos mais velhos começaram a casar, uns foram para o exército. O terreno que nós ocupamos, é onde hoje fica minha propriedade, em Bela Vista; faz 51 anos que moro aqui.

No início nosso trabalho era manual, nossa casa muito humilde, não tínhamos luz elétrica; para iluminar usávamos o lampião. Quando nós chegamos em São João não tinha escola, a Igreja era longe. O começo da nossa vida no Paraná foi um sacrifício.

A fala ilustra as dificuldades encontradas por essas pessoas, quando chegavam ao Estado; em especial, a fala se refere ao Município de São João, onde fica localizada a sua propriedade, na comunidade de Bela Vista.

Na década de 1960 começou, também por conta de uma infra-estrutura mínima, como estrada, a se estabelecer um excedente de produção que poderia ser comercializado e transportando para centros consumidores. Assim, houve um aumento de estabelecimentos comerciais que se dedicavam a isso (MAGALHÃES, 2006).

E é dentro desse contexto, como já citado que, em 1969, a Coasul foi fundada, em meio a dificuldades e falta de infra-estrutura, que iam desde estradas para o escoamento da produção até a ausência de armazéns para estocar os produtos colhidos.

Nessa perspectiva, no tópico posterior, abordarei a história da Coasul, contextualizado até o cenário atual.

Atualmente, o cenário econômico da região sudoeste é baseado na agricultura e na pecuária. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), a região é formada pela união de 37 municípios agrupados, com uma área total de 11.651,833 km² e uma população de 476.020 habitantes, o que representa uma densidade de 40,9 habitantes por quilômetros quadrados.

2.2 COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

Nas décadas de 1960 e 1970 vinha acontecendo um processo de mobilização em todo o Estado do Paraná, incentivado pelo poder estatal, que procurava difundir o cooperativismo, principalmente agrícola, no interior do Estado. O governo tinha interesse na organização de cooperativas, porque acreditava que esse mecanismo poderia levar os agricultores ao desenvolvimento, considerado como a mecanização dos meios de produção e, conseqüentemente, o aumento desta e de renda. Navarro nos fala desse contexto:

No Brasil, por exemplo, já nos anos 70, sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foram implementados nas regiões mais pobres, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da 'modernização agrícola'). Em tal contexto, a transformação social e econômica - e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres - foi entendida como o resultado 'natural' do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, 'desenvolvimento rural' (NAVARRO, 2001, p. 6).

Na região sudoeste do Paraná, para ser mais exata, no município de São João onde a Coasul foi fundada, também ocorreu essa difusão do sistema do cooperativismo como uma saída para as dificuldades que os produtores enfrentavam, principalmente porque a base econômica era a agricultura, suinocultura e a extração de madeira.

Nas décadas de 1950-1960 a extração de madeira estava se esgotando na região, mas mesmo assim havia propostas de compradores de madeiras, para que os agricultores fundassem uma cooperativa, para a venda da madeira.

Pois, para esses comerciantes, seria mais viável que a matéria prima estivesse toda reunida. Assim, quando viessem comprá-las, evitaria fretes até as propriedades, diminuindo consideravelmente seu trabalho e seus custos.

No entanto, no final da década de 1960, a extração da madeira dava sinais de escassez e os agricultores começaram a utilizar-se das vantagens do solo e passaram a cultivar cereais, como o milho, feijão e, em especial, o trigo.

A maior parte dessa produção era destinada à subsistência das famílias, mas os moinhos, chamados coloniais, instalados nas propriedades, e que atendiam vizinhos e as comunidades próximas, começaram a se destacar, pois os agricultores colhiam o trigo, levavam aos moinhos, faziam a farinha e, quando disponível, comercializavam um pouco desse produto.

Das informações da época, sabe-se que o governo do Estado, informado dessa expansão dos moinhos, os quais não davam retornos financeiros ao governo através dos impostos, decidiu proibi-los de realizar esse trabalho. O Estado passou a autorizar somente a entrega dos produtos em moinhos credenciados ao governo, o que garantiria o recolhimento de impostos.

O fato dificultou a vida dos agricultores, pois os dois únicos estabelecimentos aptos a receber o produto ficavam na cidade de Pato Branco (Companhia Paranaense de Silos e Armazéns - Copasa) e na cidade de Francisco Beltrão (Companhia Brasileira de Armazenagem de Francisco Beltrão - Cibrazem); ambas as cidades localizadas a mais de sessenta quilômetros de São João, ligadas por estradas precárias, sem contar com a escassez de transporte para esses produtos.

Com essas dificuldades, que praticamente impediam a comercialização do trigo e de outros cereais, somados à grande divulgação e incentivo dos governos para a fundação de cooperativas; alguns agricultores começaram a perceber que a cooperativa seria a única forma de amenizar os problemas. A intenção era juntar todo o cereal colhido e levar até os moinhos credenciados, já que individualmente era inviável, devido ao custo no transporte e também ao fato de que a produtividade era pequena, o que tornaria inviável um produtor contratar os serviços de transporte para um armazém.

Estes parecem não serem os principais obstáculos dos agricultores, pois além da dificuldade na hora da comercialização e no transporte, eles ainda não

contavam com armazéns locais, assistência técnica e insumos necessários para o plantio.

Após uma mobilização difundindo a intenção dos agricultores sanjoanenses e com o apoio de órgãos públicos, como a Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Paraná (ACARPA), alguns agricultores foram convidados por esse órgão a se reunirem para discutir a fundação de uma cooperativa agropecuária.

Foram feitas três reuniões registradas em atas no ano de 1969, antes da fundação da cooperativa; todas discutiam o sistema cooperativista e a forma como esses produtores poderiam trabalhar em cooperativismo, com poucos recursos e sem um espaço físico apropriado.

Segundo as Atas daquele ano, consta que mesmo diante das dificuldades, decidiram formalizar a cooperativa diante da possibilidade de cada produtor integrar uma cota-capital que viabilizasse a compra de alguns equipamentos e insumos que possibilitaria o mínimo para o funcionamento da cooperativa.

Dessa forma, os produtores rurais marcaram uma assembléia para legalizar a formação da sociedade. Processo esse acompanhado, na maioria das vezes pelos órgãos estatais, que auxiliaram nas discussões dos produtores e tomadas de decisões.

No dia 21 de junho de 1969, com a presença de quarenta e três produtores rurais, aconteceu a Assembléia de fundação no centro Comunitário da Igreja Matriz São João Batista, com o objetivo de legalizar a cooperativa agropecuária no município de São João – Paraná, denominada de Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda - Coasul. O senhor José Antônio Scholtz conduziu a reunião; na oportunidade foi eleito o primeiro presidente.

Cada cooperado subscreveu quotas partes de capital, no valor equivalente a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros). Esse capital significava o início dos trabalhos da Cooperativa, que na ocasião foi denominada de Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda - Coasul.

Como constam nas Atas, os recursos investidos pelos sócios na Cooperativa seriam utilizados para a construção de um pequeno espaço onde seria feito o recebimento dos produtos agrícolas e a venda de insumos e, de fato, isso se concretizou.

No ano de 1971 foi construído o primeiro armazém, com o auxílio dos cooperados, que doaram materiais e auxiliaram com a mão de obra. Os primeiros

equipamentos, para beneficiamento e secagem da produção, foram adquiridos através de financiamentos bancários avalizados e garantidos, com hipoteca de bens particulares, dos cooperados.

Os primeiros serviços prestados ao quadro social foram na área de distribuição de insumos, principalmente sementes e fertilizantes, na recepção da produção, que era ensacada. A assistência técnica era prestada através de convênio com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e, mais tarde, com a participação da Associação de Crédito e Assistência Técnica Rural do Paraná.

Desde o nascimento da cooperativa, até a assistência técnica, tinham o auxílio do Estado. Pois a modernização da agricultura era objetivo governamental:

Seus ideólogos defendiam a tese de que a introdução de novas tecnologias a produção agrícola e pecuária, além de promover o aumento da produção e da produtividade, traria igualdade social para o campo. Muito ao contrário disso, mesmo que não devamos desprezar as imensas possibilidades abertas com as inovações científico-técnicas, que devem ser utilizadas para libertar o homem de inúmeras tarefas, fica claro que os avanços ajudaram a acirrar as desigualdades econômicas, sociais e territoriais entre e dentro do Brasil agrícola moderno, assim como em todo o país. Se a tecnologia consegue diminuir as limitações impostas pela natureza a produção agropecuária, isso deve ser utilizado em benefício de todos os trabalhadores (ELIAS, 2003, p.378).

As políticas de modernização agrícola não atingiram e nem poderiam atingir de forma uniforme todos os agricultores.

Na leitura das Atas de formação da cooperativa que realizei com a intenção de construir um histórico, observei em quase todas as reuniões tinha a presença de representantes de órgãos estatais. Outro fator interessante é que, se abordavam basicamente as questões econômicas do sistema cooperativista, mas pouco se falava de outras questões como democracia, igualdade, educação, aspectos que também fazem parte de uma cooperativa, o que revela a peculiaridade da construção do cooperativismo tradicional no período da ditadura militar.

As Atas não trazem toda a complexidade de estruturação da cooperativa, mas em uma passagem da fala de Dona Helena (2007), pude observar que:

Da cooperativa que eu lembro, era criança, trabalhava no moinho. Criança é maneira de dizer, era adolescente. Lembro que quando trabalhava no moinho, a cooperativa passava por dificuldades. Sei que deu uns problemas e meu pai foi um dos fundadores. Depois, lembro que entrou o primeiro presidente eleito, o Seu Izaltino. E, na época, deu uns problemas financeiros. Eu tirava dinheiro do cofre do moinho, porque nós estávamos bem na firma. Meu pai emprestava o dinheiro para cobrir os cheques da

cooperativa, que tinham problemas. Não tinham saldo nos bancos. E o pai e eles, os outros fundadores, não queriam deixar a cooperativa cair porque foi criada para dar seguimento à agricultura. Eu acho uma coisa muito importante para o agricultor.

As Atas consultadas não traziam à tona as problemáticas vividas, mas a representação produzida como fonte oral, a partir da fala de uma cooperada que foi entrevistada, expõe os percalços da época, principalmente nesse primeiro momento.

Com o passar do tempo a Cooperativa no Município de São João começou a ser conhecida por outros agricultores da região, localizados nos municípios vizinhos, que enfrentavam dificuldades parecidas.

E, na Assembléia Geral de 1973, foi discutida a possibilidade de ampliação, e a atuação em outros municípios, mas os recursos financeiros eram escassos. Mais tarde, no ano de 1975, foi construído o entreposto no município de Chopinzinho e no ano seguinte, em 1976, o entreposto de São Jorge D'Oeste, ambos em municípios vizinhos.

Embora as Atas não sejam instrumentos ricos em informações, pois eram extremamente sucintas, a abertura de um entreposto foi um momento que causou conflitos, pois há relatos de cooperados que acreditavam que, com isso, eles teriam vantagem econômica e apoiavam a idéia, enquanto alguns acreditavam que seria inviável, e que a Cooperativa iria à falência.

Mais tarde, com o aumento gradativo de cooperados, produtores que iam se associando e, conseqüentemente, de produção recebida, foram implantados novos entrepostos, nos municípios de: Sulina, em 1982; Mato Branco (distrito de Chopinzinho), em 1983; Nova Lurdes (distrito de São João), em 1984; Renascença e Saudade do Iguaçu, em 1999; Itapejara D'Oeste, Bom Sucesso do Sul, Rio Bonito do Iguaçu e Francisco Beltrão, em 2000; Porto Barreiro e Marmeleiro, em 2003; Verê, Salto do Lontra, Dois Vizinhos, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu e Sede de Progresso (Município de Verê), em 2007; Palma Sola (Santa Catarina) e Enéas Marques, em 2008.

As sete unidades que foram abertas em 2007 faziam parte da área de ação da Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense (Camdul), com sede no município de Dois Vizinhos, sudoeste do Paraná. A Camdul, com mais de trinta anos de atuação, vinha enfrentando vários problemas, dentre eles financeiros e administrativos, além de conflitos internos, o que em 2007 inviabilizou o seu funcionamento.

Através da mediação da Ocepar, a Coasul assinou um convênio operacional com a Camdul. Nesse documento a Coasul assumiu as unidades da Cooperativa e começou a desempenhar serviços nos antigos entrepostos (COASUL, 2007). Toda a estrutura física da Camdul foi alugada para Coasul, para que com esses recursos gerados com o aluguel, a Camdul começasse a saldar suas obrigações com fornecedores, funcionários e cooperados

Quanto aos produtores rurais, antigos cooperados da Camdul, começaram a se associar a Coasul e os funcionários, em sua maioria, foram admitidos pela Coasul.

Realizando uma pesquisa com as instituições envolvidas nesse processo, foram poucas as informações levantadas, e até mesmo divulgadas, pois certamente a falência de uma cooperativa agrícola pode prejudicar a imagem de todas, comprometendo a credibilidade do sistema.

Nas Atas consultadas, procurei reconstruir, ainda que parcialmente o histórico da Coasul; mas nas minhas percepções, como pesquisadora, pude perceber que os conflitos dentro do grupo e as dificuldades são, na maioria das vezes, camufladas. Muitos fatos são apenas citados, mas não constam como aconteceu, as circunstâncias e as soluções adotadas para enfrentar tais dificuldades.

Em 2008, a Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda - Coasul teve sua razão social modificada em assembléia geral extraordinária para atender um pedido legal, pois começará o processo de industrialização com um frigorífico de frango e, para tanto, passa a ser denominada de Coasul Cooperativa Agroindustrial.

A exigência legal solicita que o nome da cooperativa tenha relação com sua atividade, por isso a mudança, embora a Cooperativa trabalhe desde 2006 com a fabricação de rações e concentrados, produtos destinados principalmente ao gado leiteiro e comercializado em todo o Paraná e Santa Catarina.

Atualmente, a Coasul Cooperativa Agroindustrial atua em 20 municípios da região sudoeste e centro sul do Estado do Paraná e Oeste de Santa Catarina. A sua principal atividade é a agricultura, concentrada nos cereais como: milho, trigo, soja e feijão. Isso inclui a venda de insumos (semente, defensivos, fertilizantes) para o cultivo dos produtos, venda de implementos agrícolas, recepção e compra dos cereais.

Na figura a seguir estão destacados os municípios da área de ação da Coasul:



FIGURA 1 - Municípios da área de ação da Coasul

Fonte: Elaboração da autora, 2008.

Os municípios destacados acima fazem parte da região sudoeste e centro-oeste do Paraná e Santa Catarina. Em todos os municípios a Coasul tem um entreposto, ou seja, uma unidade de venda de produtos agrícolas. A sede da cooperativa fica localizada no município de São João.

Nos municípios de São João, Chopinzinho e Verê, a Cooperativa mantém dois entrepostos, um na cidade e outro no interior, respectivamente: Nova Lourdes, Mato Branco e Sede Progresso. A disposição dos entrepostos foi estabelecida para facilitar a entrega da produção pelos cooperados devido à distância das lavouras até a cidade.

Atuando em todos esses municípios, agregando mais de três mil cooperados, empregando mais de 900 pessoas divididas por seus entrepostos é inegável que a Coasul tem importância econômica na região.

A Cooperativa atualmente é considerada a maior empresa da região sudoeste do Paraná por seus 23 entrepostos em 20 municípios com um faturamento anual em 2007 de mais de 262 milhões de reais.

No quadro a seguir apresentamos alguns números da Cooperativa, referentes aos últimos dez anos, a fim de ilustrar o crescimento gradativo: crescimento econômico, do quadro social, do número de funcionário e recepção de cereais.

Ano	Cooperados	Unidades	Faturamento total	Recebimento de grãos (T)	Empregos diretos
1997	2687	12	54.880.797,09	142.663,92	334
1998	2260	14	54.605.468,17	135.032,98	320
1999	2174	15	60.158.759,65	120.230,12	334
2000	2357	16	80.546.075,70	180.443,02	379
2001	2614	17	98.605.572,42	265.433,88	424
2002	2838	18	156.827.754,13	238.527,04	536
2003	2768	19	207.047.677,15	335.519,82	759
2004	3084	20	256.250.586,78	313.916,18	704
2005	3337	19	165.273.637,89	245.053,10	606
2006	3334	26	167.237.319,98	232.617,16	667
2007	3558	26	265.594.573,52	374.604,28	880
2008	3920	28	*	*	900

*Os números referentes ao faturamento e a recepção de cereais, ainda não foram divulgados, só serão depois da Assembléia Geral a ser realizada em fevereiro de 2009.

QUADRO 1 - Demonstrativo da evolução do crescimento econômico, quadro social, número de funcionários e recepção de cereais da Coasul, de 1997 a 2007

Fonte: Relatório de Atividades da COASUL, 2008.

Nos dados apresentados, pode-se perceber que em 2003 e 2004 foram dois anos de alto faturamento e recepção de cereais; esses fatores se devem às boas condições climáticas registradas na região, com safras recorde, pois como se sabe na agricultura o clima é determinante. Nos anos de 2005 e 2006, tanto a recepção de cereais e, conseqüentemente, o faturamento, amarguraram uma queda considerável; o responsável por esse resultado foi uma estiagem que assolou grande parte da região, prejudicando tanto as plantações de soja como de milho.

Outro número que chama a atenção, em 2006, foi o aumento de unidades da Cooperativa que passou de 19 para 26. Isso se deve à incorporação da área de ação da Cooperativa Agrícola Mista Duovizinhense, que deixou de atuar por várias questões, entre elas, problemas financeiros e conflitos internos, que se arrastaram por anos, conforme já referido.

Com o estudo de viabilidade das unidades da Camdul, a Coasul alugou as sete unidades que pertenciam à Cooperativa. O objetivo era ampliar a área de ação, neutralizando concorrentes, além de entender essa possibilidade como fundamental para seu crescimento econômico. Em 2007, percebeu-se que a estratégia de ampliação começou a apresentar resultados, tanto no número de cooperados como no faturamento que registrou um aumento próximo a 100%. Neste mesmo ano a agricultura da região bateu recordes de produção, auxiliado por boas condições climáticas.

Há aproximadamente dois anos a Coasul vem realizando estudos de viabilidade econômica para a implantação de mais uma indústria, dedicada à área avícola, com a implantação de um abatedor de aves e, conseqüentemente, aviários para abastecer a indústria com a matéria prima.

Em relação ao projeto, a Cooperativa tem a expectativa de iniciar o funcionamento em 2011, abatendo aves e industrializando o produto. O planejamento responde por um investimento de mais de 80 milhões de reais que se localizará no município de São João e gerará mais de um mil empregos diretos. Do total da produção, 100 mil aves abatidas dia, 70% já estão comprometidas com a exportação, somente 30% ficará no mercado interno.

2.3 ESTRUTURA E CULTURA ORGANIZATIVA COOPERATIVISTA NA COASUL

A Coasul Cooperativa Agroindustrial é formada por agricultores de classes sociais diferentes, com histórias de vidas bem distintas entre si, além de pertencerem a realidades diferentes; isso se deve em parte a grande extensão territorial que ocupa, já que ela atua em 20 municípios do Paraná.

Dentre esses municípios há condições diferenciadas de produção, ou seja, cada qual tem seu potencial: em alguns, as condições de solo e clima favorecem mais a produção de milho; enquanto em outro, da soja, ou trigo. E ainda nesse contexto tem municípios que, por condições de solo, são essencialmente agropecuários, voltados especialmente à produção de leite, onde as poucas lavouras são direcionadas ao plantio de milho e sorgo para a silagem (alimentação para o gado leiteiro). Nesses locais, a comercialização principal da Cooperativa são as rações.

A Cooperativa é administrada por uma diretoria composta por nove diretores, onde destes são eleitos o Presidente, o Vice-presidente e um Secretário. As eleições são realizadas a cada dois anos no momento da assembléia geral ordinária, a qual acontece anualmente. E ainda, tem a atuação de seis Conselheiros Fiscais, cooperados, eleitos anualmente com a função de fiscalizar as ações da diretoria.

Baseada nas normas do Estatuto Social, é organizada uma chapa com nove nomes, todos cooperados; destes, um para o cargo de Presidente, um para Vice-presidente e um para Diretor Secretário; e seis cooperados para os cargos de

Diretores os quais têm a função de, juntamente com a diretoria, administrar a cooperativa, mas com um diferencial: esses não têm expediente para cumprir na cooperativa, como o Presidente, o Vice e o Secretário.

Toda a Diretoria encontra-se mensalmente para uma reunião com a função de discutir questões relacionadas à Cooperativa, tanto administrativas quanto financeiras.

Quanto ao Conselho Fiscal, composto por seis integrantes, este tem a função de fiscalizar os entrepostos e as ações da Cooperativa, tanto a parte financeira como administrativa, levantando problemas e dificuldades encontradas em suas visitas mensais aos entrepostos. Toda a Diretoria e o Conselho Fiscal reúnem-se mensalmente para apresentar as questões levantadas e procurar apontar soluções.

A Cooperativa é regida por um Estatuto Social, no qual constam questões como eleição, administração, finanças, ações sociais, educacionais e pareceres legais. Neste Estatuto Social consta que qualquer cooperado pode ser candidato a um cargo de diretor, ou está apto a formar uma chapa para concorrer à diretoria, desde que esteja com suas obrigações econômicas cumpridas. Mas, na Coasul não há registros de atitudes como essa. Os diretores são sempre cooperados indicados pelos Comitês, composto por um grupo de cooperados formado por líderes de comunidades, dos quais escolhi os sujeitos de pesquisa.

Ou seja, na história da Coasul nunca foi registrada a inscrição de duas chapas para concorrer aos cargos da Cooperativa; isso significa que um grupo de pessoas ocupa esses lugares na diretoria há mais de vinte anos, onde o poder concentra-se num pequeno grupo, que vai se revezando nos cargos.

Para entender esse processo, vale destacar a reflexão de Michael Foucault, um grande teórico que estuda o tema poder, o que acredito que, em parte, possa auxiliar na construção do entendimento desse fenômeno.

Foucault (1984) estabelece que não existe uma teoria geral do poder. Ele não considera o poder como uma realidade que possua uma essência, características universais. O que significa dizer que não há algo unitário que pode ser chamado de poder, mas sim formas díspares e em constante transformação. O poder não é um objeto natural e sim uma prática social construída historicamente. Como as práticas são diferenciadas, não existe um conceito universal.

Suas análises elaboradas sobre o poder produziram um importante deslocamento com relação à ciência política que limita ao Estado a fundamental investigação sobre o poder. Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através do nascimento das instituições, Foucault (1984) evidenciou a não sintonia entre Estado e poder, ou seja, existem formas de exercício do poder diferente e fora do Estado. Poder esse que atinge o cotidiano das pessoas e que se situa no corpo social, nas relações e não acima e, por isso, pode ser caracterizado como micro-poder ou sub-poder.

Foi essa caracterização que Foucault (1984, p. 6) chamou de microfísica do poder:

[...] significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção as suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discurso.

As análises demonstram que os poderes periféricos e moleculares não foram absorvidos pelo Estado, e nem são criados pelo Estado; dessa forma, os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social.

A percepção da existência e do exercício do poder em vários níveis na sociedade e, conseqüentemente, em instituições como a Cooperativa, faz perceber o motivo que leva as mesmas pessoas a permanecerem por tantos anos no comando da mesma.

Outra relação importante que ilustra essa longa permanência de um grupo de pessoas na direção é que o saber e o poder se implicam mutuamente, ou seja, não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo “lugar” de exercício de poder é ao mesmo tempo um lugar de formação do saber. Foucault cita um exemplo, em *Microfísica do Poder* (1984), destacando um hospital, que não é somente um local de cura, mas também instrumento de produção, acúmulo e transmissão do saber.

Para Machado (1984), a relação é ainda mais complexa e intrínseca: é o saber que se encontra dotado institucionalmente de determinado poder, o saber funciona na sociedade dotado de poder. É enquanto saber que se tem poder.

A fim de ilustrar, ainda que parcialmente, apresento o organograma da Coasul com sua estrutura organizativa, o que demonstra as relações hierárquicas:

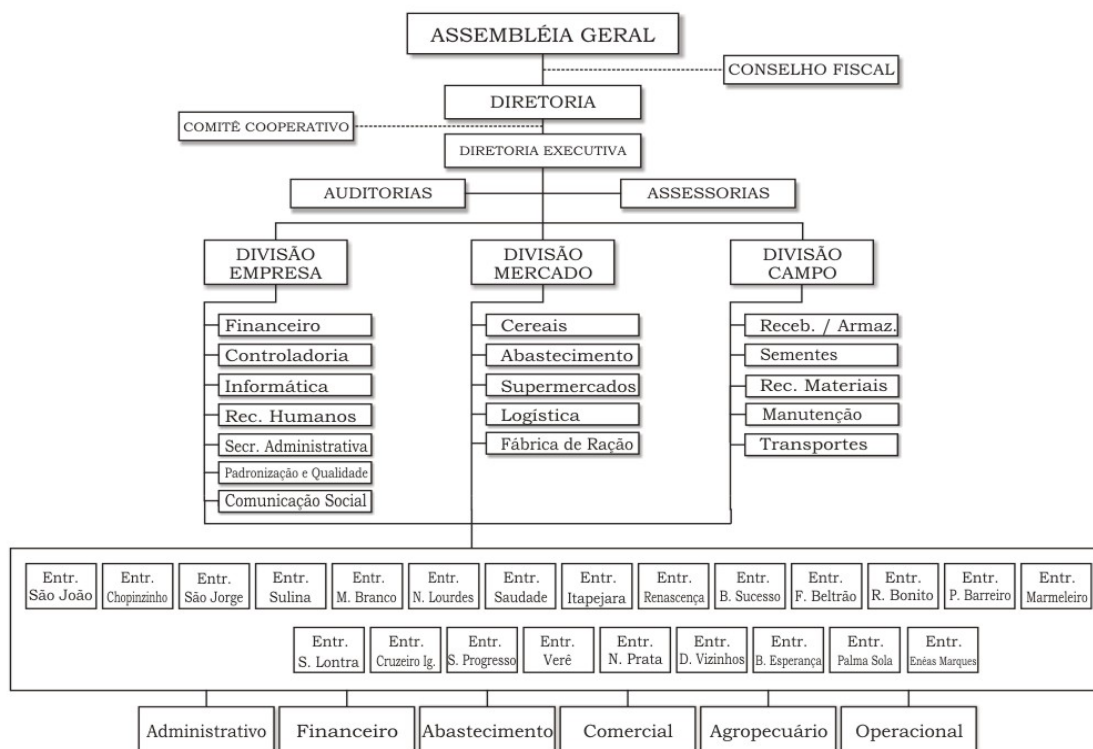


FIGURA 2 – Organograma Hierárquico Funcional da Coasul

Fonte: Coasul, 2008.

No organograma verifica-se que a Assembléia Geral é o órgão máximo na Cooperativa, onde as tomadas de decisões propostas pela diretoria são aprovadas pelos cooperados. O Conselho Fiscal, por sua vez, com a função de aprovar ou desaprovar as contas da Diretoria e fiscalizar todas as suas ações exerce um papel fundamental.

Na ilustração pode-se perceber a importância dos comitês cooperativos, onde foram eleitos os sujeitos da pesquisa. No organograma, ainda não consta um setor de industrialização.

A Coasul tem em seu organograma os cooperados eleitos nos cargos de comando. A sede da Cooperativa localizada no município de São João abriga seus dirigentes, embora vários deles pertençam a outros municípios de sua área de ação.

Para facilitar na tomada de decisões a Diretoria da Cooperativa realiza, mensalmente, reuniões. E como a Diretoria fica na sede, cada entreposto tem um gerente o qual tem a função de administrar compras e vendas aos cooperados, bem como recebimento, armazenagens e secagem de produtos.

A fim de ilustrar um pouco do universo das Cooperativas agropecuárias do Paraná, usarei alguns dados da Organização das Cooperativas Paranaenses. Isso

para demonstrar a grandiosidade dessas organizações que representam cerca de 55% da economia agrícola do Estado, participando de todo o processo de produção, armazenagem, beneficiamento, industrialização e comercialização.

Isso significa, em números, divulgados pela Ocepar, que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais registradas no órgão, totalizam 80, somando 121.670 cooperados, gerando uma receita bruta de R\$ 18,5 bilhões em 2007 (OCEPAR, 2007).

Para ter uma dimensão ampliada, pensarei esses números em termos de Brasil, a partir de dados divulgados pela Organização das Cooperativas Brasileiras em 2007, que ilustram a importância do cooperativismo para a economia do país. As cooperativas brasileiras estão presentes em todos os Estados e atuam em diversos ramos: agropecuário, agroindustrial, transporte, turismo, habitação e outros. Em 2007, os números registrados de faturamento dessas organizações chegaram a R\$ 126,6 bilhões, o que representa 6,5% PIB nacional. O montante é o resultado somado de 7.672 cooperativas, inscritas na Organização das Cooperativas Brasileiras, que congregam 7.687.568 associados, além de empregar diretamente 250.961 funcionários (OCB, 2007).

Especificamente no ramo agropecuário e agroindustrial no Brasil somam-se 1.544 cooperativas, as quais são formadas por 879.649 cooperados, que geram 139.608 empregos diretos. Juntas essas cooperativas geram 38,4% do PIB agropecuário do país e a participação de 47,5% do PIB das cooperativas. (IBGE/MDIC/SECEX; Base: Dez/2007).

É nesse contexto de grande importância econômica das cooperativas agrícolas que podemos entender o papel da Coasul, sua relevância na economia local e estadual, afetando a vida dos cooperados de grande parte dos habitantes das cidades que abrange.

CAPÍTULO 3

PRÁTICAS, REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DOS COOPERADOS DA COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL: CONTRADIÇÕES E LIMITES DO COOPERATIVISMO CONTEMPORÂNEO

3.1 HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA: UM CAMINHO PARA A INTERPRETAÇÃO DAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS COOPERADOS

Por meio do trabalho realizado, pude observar a visão que as pessoas comuns têm sobre o cooperativismo, além, é claro, da representação que são construídas em torno do tema: como apropriam e dão sentido as suas práticas. O trabalho indica mais que um caminho, o que considero normal, pois, quando trabalhamos com representações, obtemos um leque de possibilidades infinitas para abordar. (DE CERTEAU, 1995)

Um primeiro caminho pode indicar que as cooperativas tradicionais estão inteiramente integradas ao sistema capitalista e muitas vezes exercem um papel meramente comercial, aliado ao mercado (compra, venda de insumos e cereais).

Um segundo caminho aponta que, embora a realidade mostre o envolvimento direto e a integração com o capitalismo, a cooperativa tradicional auxilia o agricultor, pois é um mecanismo que integra e colabora para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. Por mais perversa que essa lógica possa parecer, uma coisa é clara: se não fosse a contribuição dessas cooperativas, essa população estaria em condições mais precárias, com dificuldades no acesso a insumos, crédito, transporte e venda da produção.

Talvez, por essa visão, não me proponho a oferecer uma conclusão para o trabalho, mas sim analisar e, sobretudo, levantar algumas idéias e problemáticas apontadas pelos próprios colaboradores da pesquisa no que se refere às perspectivas e aos limites das práticas cooperativistas estudadas. As questões a seguir foram levantadas nesse intuito, durante as discussões nas orientações e nas reflexões realizadas quando na leitura de alguns autores e estudiosos do tema.

Por fatores como estes a história oral foi usada para ouvir e analisar a visão das pessoas que vivenciam o cotidiano do cooperativismo tradicional, apresentando

elementos, que permitem aos colaboradores se entender melhor a partir de suas trajetórias de vida, pois essas pessoas são protagonistas dessa história, são homens e mulheres, sujeitos que construíram seus caminhos e, através de suas falas, interpretaram suas vivências, seu cotidiano, sua história.

Pois, como coloca De Certeau (1996, p.31):

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada.

Através das informações dos colaboradores é que foi se construindo o estudo e, justamente, por ter como metodologia a história oral, pude, a partir dos depoimentos, compreender um pouco a relação que cada um construiu ao longo de sua história com o cooperativismo e a Cooperativa em questão. E, dentro desse contexto, senti a necessidade de abordar, ainda que de forma parcial, o tema memória, pois entendi que somaria no trabalho, pois a representação do passado, distante ou próximo está na memória, coletiva ou individual.

A problemática da memória vem se transformando nos últimos anos, por influência de várias ciências, como a Sociologia, História, Neurofisiologia e outras. Mas há muito campo de estudo ainda descoberto que precisa ser investigado e estudado. A memória está em voga não somente como tema de estudo entre especialistas, mas também a memória como suporte dos processos de identidade e reivindicações respectivas está na ordem do dia (MENESES, 1999).

Pollak (1992), teórico do tema, destacou que a memória é um fenômeno construído social e individualmente, onde o modo de produção pode ser consciente ou inconsciente, essas características Bauman (2005) atribuí a identidade. A memória tem um trabalho de organização que exclui, grava e relembra. Com nossos trabalhos de pesquisa, nos colocamos como mediadores dessa organização, ajudando os grupos a organizar sua própria memória, como coletividade de um projeto ligado aos princípios de um movimento social, político, cultural ou econômico. (SANTOS, 2007)

Para Pollak (1992) existe uma ligação entre memória e o sentido de identidade, já que acredita que a imagem que um indivíduo constrói ao longo da

vida, referente tanto a ele e como se apresenta para os outros, a faz por acreditar na sua própria representação; mas também para ser visto de maneira como quer ser vista pelos outros. Mesmo que ninguém consiga construir uma imagem ou uma auto-imagem sem negociações, mudanças e transformações em função dos outros. O que se faz por meio da negociação com os outros.

Assim a memória é um elemento constituinte do sentido de identidade, tanto individual, quanto coletiva, na medida em que ela se torna importante no sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si. Mesmo considerando as colocações de Bauman (2005) de uma modernidade líquida e fragmentada.

Ainda para Pollak (1992) há o trabalho da própria memória em si, assim cada vez que uma memória está construída, ela efetua um trabalho de manutenção, coerência, unidade e continuidade da organização. Sendo que cada vez que a memória muda, as identidades também se transformam.

Assim, em um mundo fragmento, dos sujeitos pós-moderno, como é colocado por Hall (2005) as pessoas estão às voltas com um grande número de identidades, sem conseguir distinguir quais realmente importam para si, e quais são as apresentadas pelas pessoas que convivem em nossa volta. Sendo assim, a negociação entre as identidades será permanente, ou em (des)construção continua.

Para tanto, Meneses (1992) aborda algumas dimensões que acredita importante para compor um estudo sobre o tema como epistemológica, técnica existencial, política e socioeconômica.

A dimensão epistemológica aborda a relação do passado e as noções com ele tecida. O passado fica sendo como uma relação de “antes” como se não tivesse ligação com o presente.

A dimensão técnica da crise diz respeito a um progressivo processo de externalização da memória, que começa a operar já na transformação das sociedades orais em quirográficas e se acentua com a difusão da alfabetização e da escrita, reforça-se poderosamente com a invenção da imprensa e chega ao seu cume com os registros eletrônicos (MENESES, 1992, p.15).

Um exemplo é a informática, que opera uma memória artificial e fora dos sujeitos; a crítica não é exatamente à tecnologia, mas sim, a forma dos homens se relacionarem, que os pode deixar como seres anti-sociais, com uma sensibilidade menos aguçada, apesar de viverem em uma rede de comunicação fabulosa.

A modernidade estimula a constante substituição de coisa, a todo o momento o novo é mais atrativo e procurado.

Para complementar esse pensamento, Meneses cita Carvalho (1992, p.23):

É um elemento definido dessa indústria (cultural) ser essencialmente amnésica: oferece a ilusão da possibilidade de participação total e instantânea entre produto e consumidor (neste sentido, realizando tecnologicamente um dos ideais da cultura *folk*..., mas sem a possibilidade de acumulação. Não enfatiza a dimensão hermenêutica, mas o puro impacto semiológico ou a pura vivência... Se quero resumir o que está por trás de toda essa promessa de felicidade da indústria cultural (a moda, a TV, os brinquedos eletrônicos, os adornos plastificados, os fetiches do consumo industrial) é basicamente a experiência do transitório: ajuda as pessoas, numa vida cada dia mais acelerada e cambiante, tal como é o caso na moderna urbe industrial, a livrarem do peso e da responsabilidade da memória.

As variáveis da informação da economia interferem diretamente no campo da memória: “Basta apontar que a tecnologia eletrônica não apenas ampliou quantitativamente as condições de produção, circulação e consumo da informação, mas introduziu novos padrões perceptivos e ontológicos.” (MENESES, 1992, p.20).

A memória, ainda segundo Meneses, não pode ser resumida como um pacote de recordações: “Ao inverso ela é um processo permanente de construção e reconstrução de um trabalho” (1992, p. 35).

Baseado nessas colocações, Meneses (1992, p.36) considera que:

[...] os praticantes da História Oral e outras disciplinas que privilegiam as histórias de vida, estão atentos ao fato que uma autobiografia nunca é estática, nem se desenvolve para simples adoção de elementos novos, na sequência do tempo, mas comporta contínuas reestruturações de eventos passados.

Para ele, as memórias coletivas dos grupos se organizam num processo constante. A elaboração da memória se dá no presente para responder as necessidades desse presente, e é desse presente que ela recebe incentivo para se constituir.

Para Montenegro (2007), a história é construída pelo que é dito, narrado por uma pessoa, um grupo ou pela sociedade, e é desses elementos que o historiador constrói a história, baseado no resgate da realidade e de histórias já produzidas.

E foi dentro desse contexto que esse trabalho procurou se desenvolver, resgatando a história dos cooperados através de seus depoimentos e buscando o respaldo de teorias já alicerçadas:

O processo de construção ou de produção opera em uma dimensão em que, partindo do real, do acontecido, a memória – como um elemento permanente do vivido - atende a um processo de mudança ou de conservação. A reação ou a resultante do impacto da realidade sobre o indivíduo ou o grupo constituirá a marca que a caracteriza. Dessa maneira, a memória tem como característica fundante o processo reativo que a realidade provoca no sujeito. Ela se forma e opera a partir da reação, dos efeitos, do impacto sobre o grupo ou indivíduo, formando todo um imaginário que se constitui em uma referência permanente do futuro (MONTENEGRO, 2007, p.20).

E são esses fatores que observei nas narrativas dos colaboradores da pesquisa, através de suas experiências cotidianas: cada um foi construindo sua visão sobre o cooperativismo e sobre a cooperativa que são cooperados. O que é interessante é a riqueza que cada história apresenta, até porque, como Chartier (2006) coloca, não há uma única forma de pensar e interpretar o mundo que seja cabível a uma sociedade ou a um grupo e muito menos aos indivíduos; em uma mesma sociedade existem diversas maneiras de pensar e ver o mundo, e não se ignora que em um mesmo indivíduo coexistem várias formas de pensar distintas ou contraditórias.

Dentro da mesma perspectiva de Chartier (2006, p.32):

Os historiadores eram assim convidados a privilegiar as apropriações individuais, mas do que as distribuições estatísticas, a compreender como um indivíduo ou comunidade interpretavam, em função da sua própria cultura, as idéias e as crenças, os textos e os livros que circulavam na sociedade que era a sua.

E, no momento que o pesquisador tem contato com seus colaboradores e com o grupo de estudo, seja através das histórias de vida, observações ou assim como eu, através da experiência profissional, trabalhando com essas pessoas, se depara com um universo que se apresenta muito superior ao que imaginava. Além de ser fascinante um relato de uma pessoa sobre suas memórias, pois é muito valioso compartilhar o que a pessoa tem de mais importante para “contar”, o que é único – as apropriações que ela constrói das vivências e as representações que ela tem.

Compartilho da citação de Montenegro (2007, p.21), quando destaca:

O campo da memória se construiria, dessa maneira, a partir dos acontecimentos e dos fatos que também se transformam em elementos fundantes da história. Mas, enquanto a memória resgata as reações, ou o que está submerso no desejo e na vontade individual e da sociedade,

recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador. Os diversos órgãos formadores de opinião – rádio, televisão, jornais, revistas ou instituições como o Estado, a Igreja, os sindicatos -, caracterizam-se como produtores de todo um conjunto de explicações/representações acerca da realidade.

Assim como outras instituições, a Cooperativa também reproduz representações e explicações sobre si própria, sua atuação e sua conduta: são escolhidos fatos e situações para serem repassadas a seus cooperados, conforme o interesse da instituição. Construir uma visão hegemônica dominante garante uma segurança e uma tranquilidade a muitas instituições e, quando essa representação é apropriada e representada pelo público pretendido, garante a visão dominante. É claro que, por conta disso, as tensões divergentes e as contradições não se anulam.

3.2 HISTÓRIAS DE VIDA E A BUSCA PELA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DOS COOPERADOS

Ao longo desse capítulo procuro fazer uma análise de questões que foram levantadas durante as entrevistas, mas muitas vezes os temas tratados se cruzam de maneira que não se percebe fronteiras claras. De qualquer forma, pretendo realizar uma tematização que obedeça a uma lógica, abordando os assuntos: cooperativa e cooperado.

A tematização presente no trabalho não significa a anulação da importância da história oral da vida familiar. Pelo contrário, a história de vida me possibilitou enxergar esses temas e analisá-los dentro da lógica dos colaboradores da pesquisa. Os recortes que destaco no decorrer do trabalho são para que, talvez, venham a responder mais objetivamente algumas questões levantadas pelo projeto, e não para deixar em segundo plano toda a história de vida de uma pessoa.

Durante todo o processo de construção do trabalho, observei os indivíduos e suas famílias inseridas no cooperativismo. O trabalho profissional proporcionou esse contato, assim como as reflexões que tive ao longo da construção do trabalho de pesquisa. Ouvi durante várias reuniões que presenciei posições e visões diferentes dos cooperados. Enquanto alguns tratavam a Cooperativa como uma empresa onde eles confiavam no momento de comprar os produtos e fazer a entrega dos cereais, também notei outros que falavam da Cooperativa não como um processo alheio, um

agente externo. E em alguns casos os percebi engajados com a luta e cientes das suas participação nas conquistas, sendo a Cooperativa algo que envolve sentimentos, subjetividades.

Justamente por se tratar da vida das pessoas é que procurei devolver a história de vida transcrita de cada um, onde trechos foram acrescentados e outros, a pedidos do colaborador, subtraídos; o respeito com a história de cada um foi fundamental para construir o trabalho.

A pesquisa com as pessoas lança luz aos indivíduos, mas também pode gerar conseqüências para seu círculo de convívio, como familiares e comunidade. Alguns pontos podem ser positivos para o entrevistado, como o reconhecimento de sua história de vida e de suas experiências, além de participar de um trabalho científico, contribuindo com este. Mas, prejuízos podem ser lançados sobre essas pessoas quando o pesquisador divulga informações que podem comprometer a pessoa no trabalho, nas relações familiares ou ainda judicialmente, alterando suas rotinas. Por isso, o cuidado com as entrevistas é fundamental:

De forma analógica à do entrevistado, o historiador muitas vezes deixa-se envolver pelo ambiente das entrevistas, pelas histórias ali contadas, pela emoção das evocações, esquecendo-se de representar o papel profissional normalmente atribuído a ele e criando fortes laços pessoais com os informantes, tanto de admiração, amizade e amor, quanto de antipatia, rejeição e ódio (AMADO, 1997, p. 148).

As emoções podem repercutir sobre o trabalho do entrevistador; um exemplo é citar trechos da entrevista que enaltecem e embelezam a pesquisa, enquanto negam-se informações contrárias ou simplesmente as ignoramos.

A história oral é uma metodologia que permite colocar o entrevistado frente ao entrevistador e, no elaborar do trabalho, sabe-se que o sujeito que colaborou lerá o trabalho e terá sua opinião. E isso desperta um profundo sentimento de responsabilidade no entrevistador:

O cumprimento da longa lista não livra necessariamente o historiador de problemas, pois a História Oral, calcada não em interpretações de documentos, mas em relações humanas, mostram-se mais vulneráveis a litígios, problemas e má compreensão, em parte advindos da decepção do informante com seu próprio depoimento ou com o uso que dele fez o historiador, mesmo quando este age de forma ética. A própria existência da lista, porém, reafirma o ponto para o qual vimos chamando a atenção: a indissociabilidade entre ética e História Oral (AMADO, 1997, p. 149).

Dessa forma, há de repensar a ética não pelo grau de influência do entrevistador, ou pelo fato da devolução do trabalho ser concretizada. Mas, como coloca Amado (1997), a partir de outros pontos que precisam ser observados como:

O trabalho do historiador oral será aceito, valorizado e perpetuado não pelo nível de identificação política com o grupo entrevistado ou pelo nível de influência sobre os destinos desse grupo, mas pelas qualidades acadêmicas do trabalho, pela sua capacidade de desvendar relações humanas e pelo grau de comprometimento profissional demonstrado, o qual poderá ser medido pelo respeito aos procedimentos metodológicos e técnicos da disciplina, anteriormente apontadas. A ética do historiador oral reside nesses pontos, e deve ater-se a eles (AMADO, 1997, p. 155).

No transcorrer desse processo, construído de idas e vindas, pude elencar algumas passagens que serão destacadas no transcorrer do trabalho que ilustram as apropriações e representações que os cooperados que colaboraram com a pesquisa construíram, através de suas vivências e experiências sobre cooperativismo e cooperativa. Assim, construí diversos quadros onde a fala do entrevistado – transcrita, é inserida no texto, o que possibilita estudar de forma detalhada as representações, embora muitas vezes elas se cruzem e se fundam.

3.3 COOPERADO E COOPERATIVA NAS PRÁTICAS DO COOPERATIVISMO TRADICIONAL: CONTRADIÇÕES E LIMITES DO COOPERATIVISMO CONTEMPORANEO

A proposta é descrever e construir um quadro narrativo a partir das extensas memórias registradas através das falas dos colaboradores na pesquisa. Nessa trilha, a pesquisa tenta desvendar a forma como os sujeitos dão sentido às coisas e como apropriam e recriam o que é ser cooperado, em suas práticas cotidianas.

Nas entrevistas pude perceber a concepção que os cooperados têm sobre a Cooperativa e, em especial, sobre a Coasul. No contato com as entrevistas, algumas representações começaram a surgir sobre cooperado ou, como alguns citam, associado. Vejamos um trecho da fala de Seu Adelino:

O Associado com letra maiúscula é aquele que compra e vende com a cooperativa; porque comprando e vendendo, todos juntos, conseguimos um preço melhor. Se o cooperado for fiel tem crédito e um nome. Fora da cooperativa, não é qualquer comércio que vende a prazo, e nem sempre

temos dinheiro. Nem sempre tenho dinheiro, mas na cooperativa tenho um nome, e quando preciso comprar ou vender sei que na Coasul tem os melhores preços.

A função econômica da Cooperativa é algo muito presente nos cooperados, não apenas nas entrevistas, mas também nas conversas que tive durante o período de observação. Na fala destaca-se a parte econômica, como uma representação que possibilita concretizar a emancipação econômica do agricultor, do trabalhador rural. E essa inclusão é fundamental, pois, possibilita o acesso à cidadania e uma vida digna para toda a família. Mas a função da Cooperativa não se limita a parte econômica do cooperado, e sim a todo um processo que vai desde a parte cultural até educacional.

A apropriação que muitos cooperados constroem e representam sobre ser um cooperado ilustra uma trajetória construída em seu cotidiano, e que é ligada às práticas econômicas, como a facilidade a crédito e o acesso a insumos, equipamentos e implementos agrícolas.

Outro ponto importante na fala é a questão da fidelidade cooperativista, que se refere ao fato do agricultor realizar todas as suas transações comerciais na cooperativa. Objetivamente, a Coasul possui um cadastro do cooperado com todas as informações da propriedade, constando quantos alqueires o produtor planta, as atividades complementares (avicultura, gado leiteiro ou de corte, entre outras) as benfeitorias, maquinários. Enfim, todos os bens do cooperado são de conhecimento da cooperativa. Isso significa que, através do planejamento do departamento técnico, a Cooperativa saberá quanto o produtor deverá comprar e entregar de produto e, se esse processo não se concretizar conforme o previsto, obviamente ele estará mantendo relações comerciais com outra empresa.

Para o cooperado, manter-se fiel significa crédito na Cooperativa, geralmente com prazo para quitar as dívidas no período pós-safra. Essa relação de confiança é muito valorizada pelos cooperados. Essa atitude também pode ser avaliada como uma maneira de “prender” o cooperado a negociar unicamente com a cooperativa, não por ele entender seu papel como cooperado, onde interpreta o empreendimento como seu, mas sim para manter vantagens econômicas.

A reflexão de Dona Helena traz igualmente a preocupação econômica:

Para mim, como cooperada, a cooperativa é muito importante, porque tem um trabalho em parceria; o cooperado consegue comprar melhor e tem

segurança estando dentro. Muitas vezes as empresas dão algumas vantagens para os produtores, para atraí-los, só que não confio.

As palavras de Dona Helena percorrem um caminho parecido às colocações de Seu Adelino. Porém, ressalto que, com isso, não tenho a intenção de colocar que todos os cooperados destacam a função econômica como única ou a mais importante, mas sim a representação que essas pessoas fazem ao longo de suas vivências e experiência do que é ser um cooperado.

Na mesma narrativa podemos perceber questões como “trabalho em parceria”, “segurança”, “confio”; termos que vão além da função econômica, o que denotam uma representação do cooperativismo com outros aspectos. Onde o cooperado realiza suas transações comerciais com a cooperativa por confiar e sentir-se seguro dentro da instituição.

Talvez esse cenário possa ser refletido na fala de Seu Anaraci:

Ser um cooperado de uma cooperativa é uma pessoa que integra na sociedade, e começa a aprender novas coisas, especialmente a tecnologia; começa a fazer melhor os seus negócios, desde a compra de insumos até na hora de comercializar os cereais. Com a cooperativa ficamos livres de ser perseguido pelo comércio; além de vender o nosso produto melhor.

As formas de compreensão estão ligadas, inevitavelmente, às experiências vivenciadas por cada um. O que pude visualizar é que a experiência da luta pela sobrevivência na terra acumulou uma importância muito grande nas suas vidas, e essa luta está transpassada por questões econômicas.

Nessa perspectiva é essencial perceber como uma mesma filosofia pode ser diversamente apreendida, manipulada e compreendida e, nesse contexto, é preciso considerar a subjetividade das representações que diferem dentro de um mesmo grupo.

No discurso de Seu Anaraci, podemos perceber a importância que teve em sua vida participar da Cooperativa, como um membro do Conselho Fiscal:

Fui três anos conselheiro fiscal da Coasul; foi aí que mudou da noite para o dia: voltei a estudar, hoje tenho o primeiro grau completo, fiz em 1998 da quinta a oitava série, aprendi bastante, muitas coisas mudaram na minha propriedade após essa fase...

Nessa representação, pude perceber que a inclusão do cooperado participando efetivamente das decisões da Cooperativa o torna parte do processo.

Na visão deste cooperado, o sentimento das conquistas obtidas está relacionado à libertação. Para Seu Anaraci o aprendizado em outras instituições da sociedade, a cooperativa e a escola, possibilitou estabelecer outras formas de inserção e participação social e política.

Visualizando as reflexões do Capítulo 1, onde a filosofia cooperativista é rodeada por uma visão nobre, isenta de conflitos, divulgada por entidades de representação como a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), a Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) e Organização das Cooperativas Paranaenses (OCEPAR), além de alguns estudiosos que abordam o tema cooperativismo sob essa perspectiva. Nessa trilha de pensamento, o comportamento dos indivíduos é homogeneizado e a instituição cooperativa, se apresenta, pelo menos teoricamente, como uma solução para os problemas econômicos e sociais de um determinado grupo. A análise do universo fragmentado, conflituoso e contraditório em que os grupos sociais vivem é relegada a um segundo plano. Porém, acredito que “[...] as diferenças entre os distintos contextos de realidade, sejam elas entre países ou entre regiões de um mesmo país, são consideráveis e pesam, de modo acentuado, sobre a configuração das iniciativas na realidade” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 19).

Embora o cooperativismo tenha seus princípios teóricos e filosóficos, que pressupõem inicialmente a garantia da sua função econômica, social, democrática, cultural e educacional, isso não acontece no cotidiano de muitas cooperativas.

Se pensada a Coasul com um universo de mais de três mil famílias de cooperados, tem-se uma noção das diferentes comunidades que a compõem. São milhares de pessoas que vivenciam diferentes realidades; daí a importância de considerar as particularidades de cada grupo, e reconhecer a subjetividade das representações dentro de um mesmo grupo.

Nos depoimentos, observei a presença das representações oficiais construídas sobre a cooperativa, especialmente quando fiz uma pergunta de corte para Seu Adelino, questionando o que ele entende por cooperativa; a resposta é:

Cooperativa é um grupo de pessoas associadas que trabalham visando um bem comum. Todos na mesma direção, comprado e vendendo em maior quantidade, conseguimos negociar melhor. A Cooperativa faz parte da minha vida, aprendi com o meu pai que também participou a valorizá-las; sempre defendi e tenho um propósito comigo, de defender sempre, me sinto bem em dizer que sou cooperativista.

O depoimento mostra passos e contrapassos da luta vivida cotidianamente, com a apropriação de uma filosofia cooperativista que une a todos num bem comum. Mas, embora se tenha uma visão de unidade, “todos numa mesma direção”, fica estabelecido o confronto: o reconhecimento das dificuldades que se impõe a possibilidade de um cooperativismo tradicional exercer no cotidiano a sua função social. Na continuação da fala de Seu Adelino, registra-se a seguinte passagem:

A parte social é muito importante nos dias de hoje. Meus filhos participaram de palestras, a minha nora também participou. Nós aqui em casa somos muito dispostos, quando tiver e nós pudermos participar não vamos deixar de ir. Acho que o trabalho com a juventude é muito importante, principalmente treinamentos de dias de campo; para que eles vejam que a produção está sempre aumentando com novas técnicas. Acho importante a realização de eventos com orientação para a própria vida, como: a maneira de se comunicar. Porque nossos filhos têm que se preocupar com isso nos dias de hoje. Tem muita coisa que a Coasul já está fazendo, mas pelo porte que tem, deveria se comunicar mais e realizar treinamentos para preparar os jovens.

Seu Adelino tem preocupação com as outras funções da cooperativa, como a social. A preocupação com a família e a sobrevivência de todos na propriedade encontra-se no depoimento. Até porque a propriedade vai além do vínculo econômico, ela parece ser um espaço capaz de guardar a memória da família, suas conquistas e reproduzi-las para as gerações posteriores. O projeto de vida é compartilhado pelos membros da família que, desde cedo, parecem buscar alternativas para sua concretização.

Na colocação de Seu Adelino, a permanência dos jovens no campo passa pela educação, pelo repasse de informações, onde essas pessoas podem ter uma transformação de valores em nível pessoal, profissional e comunitário. Ampliar e aprofundar as competências técnicas, comerciais e administrativas desses jovens e, ao mesmo tempo, sua integração social e educacional, possibilita sua permanência no campo.

Na sequência, pode-se visualizar a representação Seu Anaraci sobre cooperativa:

Até onde eu entendo cooperativa é um agrupamento de pessoas, uma sociedade que trabalha unida; por isso se chama cooperado, um cooperando com o outro. A cooperativa é uma sociedade que ajuda o cooperado, ajuda a controlar melhor a sua renda, no conhecimento da atividade agrícola, e faz com que o associado tenha mais renda em sua lavoura.

É importante atentar para o fato de que a representação que ambos fazem sobre cooperativa vai além da função econômica, o que significa, como para Montenegro (2007), que muitos entrevistados unem o saber cotidiano de experiências vivenciadas intensamente a uma compreensão da vida e do mundo que transcende as determinações imediatas.

Seu Anaraci demonstra que tem noção do que está falando quando, em seguida, argumenta a respeito da necessidade do envolvimento cooperativa-cooperado, indicando possíveis soluções:

A Cooperativa deveria dar mais incentivo para os agricultores não sair do campo. Porque nós, os mais velhos, vamos continuar vivendo na agricultura, gostamos de ficar no campo; mas os jovens vão para a cidade, daqui a alguns anos vão ficar poucos agricultores trabalhando com a terra. Então, a Cooperativa poderia ajudar não só nos insumos e na comercialização, mas também ver o lado social, incentivando os jovens a ficar no campo. Porque dentro de alguns anos quem ficar na lavoura vai ficar melhor do que os empregados nas cidades. As cidades vão inchando e não vai ter emprego para todas essas pessoas e quem ficar na agricultura vai ficar melhor. Aqui na minha propriedade eu tenho uma filha e um genro e os netos, mas ao todo são doze netos. Tenho mais uma filha separada que mora aqui também, mas ela não trabalha na agricultura. A Cooperativa deveria incentivar mais a permanência das pessoas no campo, porque se hoje 18% são agricultores, daqui uns dez anos 10% serão. Vejam as minhas outras filhas, moram todas em Santa Catarina, na cidade de Joinville.

A família apresentou-se como uma preocupação nas narrativas dos colaboradores da pesquisa. Ela aparece como uma estruturadora da vida cotidiana. Quero destacar que nem todas as famílias de cooperados são iguais ou mantêm as mesmas preocupações e costumes; reconheço que há estruturas diferentes, baseada em valores e culturas diferentes, e é claro com preocupações diversas.

O que permanece é a preocupação com a propriedade e a permanência dos jovens no campo. Embora a opção pela saída do jovem do campo também possa ser relacionada com a atração que a cidade exerce, demonstrando a possibilidade de um trabalho individualizado e livre, que não depende das decisões dos pais que, em muitos casos, exercem o papel de mando, como chefes da família e da propriedade.

O que parece claro na fala do Seu Anaraci é a necessidade da Cooperativa estar mais presente na vida do cooperado e sua família, desenvolvendo ações e programas educacionais e sociais, como o exemplo citado por ele, de qualificação

profissional voltado ao agricultor jovem para incentivar sua permanência junto a propriedade e a família.

Alguns treinamentos e eventos são realizados pela Cooperativa, mas como os depoimentos destacam, estes ainda são insuficientes para atender a todos, ou pelo menos uma grande parte dos cooperados. Na figura 3, a seguir, podem ser visualizados dois eventos realizados pela Coasul: (A) direcionado a jovens; (B) direcionado a casais.



FIGURA 3 – Evento realizado pela Coasul: (A) direcionado a jovens; (B) direcionado a casais

Fonte – Departamento de Comunicação Social da Coasul Cooperativa Agroindustrial, 2008

Na figura (A) pudemos perceber um treinamento realizado para jovens, filhos de cooperados. No centro da primeira imagem há o *banner* do Serviço Nacional de Cooperativismo, órgão este responsável pelo financiamento de treinamentos e eventos nas cooperativas cadastradas a Ocepar, ou seja, as cooperativas repassam recursos a este órgão o qual retorna para essa finalidade.

A figura (B) mostra um momento de outro treinamento, agora para casais. O evento aconteceu na unidade de Chopinzinho com o tema: “Cooperativismo e a família”. Ambos os eventos foram financiados pelo SESCOOP, que auxilia as cooperativas na construção desses eventos.

Na fala de Dona Helena, pode-se observar a sua visão sobre cooperativa, onde resumiu em uma única frase: “[...] a cooperativa é uma parceira muito importante para o agricultor”.

Quando, na entrevista, peço para que ela fale um pouco mais sobre essa importância, ela responde dizendo: “[...] isso é tudo”.

Na sua fala é possível perceber as dificuldades que se impõem ao cooperativismo tradicional, entre elas a dificuldade de reconhecer a cooperativa como uma comunidade humana e não uma empresa comum. Tomando como linha de análise os princípios cooperativistas e sua função de desenvolvimento e bem estar sustentável de cada cooperado:

As cooperativas têm problemas e muitas vezes têm porque fugiram do sistema cooperativista, mas na nossa cooperativa vale a pena trabalhar, porque você compra e entrega a safra; acho que tem sido feito o melhor para atender o associado. E como associada acho que somos donos da empresa e devemos estar sempre junto com ela.

Ainda na fala de Dona Helena, percebo a preocupação com os jovens e com a continuidade do cooperativismo nas gerações futuras; o que transparece é a falta de preparação para que os jovens, além de assumir a propriedade, possam também assumir a cooperativa, como futuros diretores e conselheiros, lideranças que levariam em frente a Cooperativa.

O que tenho sentido é que deveria preparar os jovens, não que tenham que assumir hoje a direção da cooperativa. Mas temos os jovens para que saibam o que é o cooperativismo e o que a cooperativa tem a oferecer para os seus associados. Também acho que a cooperativa deveria mostrar e pregar o cooperativismo. Por que muitos pensam somente neles, às vezes os preços estão um pouco diferenciados, e muitos cooperados vão correndo

nos concorrentes para ganhar um preço melhor. Não sei por que às vezes a nossa Cooperativa tem preços maiores que outras empresas. Achemos que os impostos podem ser desviados nas empresas, e da forma como está a declaração de bens, o agricultor tem que ter notas de tudo que compra e vende. A Cooperativa tem que fazer encontros para os jovens, para mostrar a fundo o sistema cooperativista, porque a nossa Cooperativa está crescendo bastante e muitos não acreditam nesse crescimento. [...]

O crescimento enfatizado pela colaboradora se refere ao processo de industrialização. Com a intenção de fazer um paralelo ilustrativo, apresento imagens da Assembléia Geral Ordinária que aconteceu no início de 2008, para aprovar as decisões referentes à industrialização, que vão desde investimentos até a contratação de uma equipe técnica especializada na área de avicultura.

As figuras 4 e 5, a seguir, mostram dois momentos dessa Assembléia:



FIGURA 4 – Visão do público de cooperados presentes na Assembléia Geral Ordinária no ano de 2008

Fonte: Arquivos da Autora, 2008.



FIGURA 5 – Momento de aprovação de proposta na Assembléia Geral ordinária dos cooperados da Coasul

Fonte: Arquivos da Autora, 2008.

Ambos as figuras se referem a registros da Assembléia Geral Ordinária, que aconteceu em fevereiro de 2008 no Centro Comunitário do município de São João. Na figura 4 percebi, ao fundo, no palco, a presença dos dirigentes apresentando o Balanço do Exercício de 2007.

Na figura 5, o registro é de quanto aos cooperados levantando um cartão branco, que significa que aprovaram a proposta apresentada, ou seja, cada questão que é apresentada, o Presidente pede a aprovação dos cooperados, que se dá com o levantamento do cartão. Nesta Assembléia, estavam presentes mais de duas mil pessoas, entre convidados, cooperados, cooperadas e seus cônjuges ou filhos. Ainda na figura 5, muitas pessoas não estão com o cartão levantado; isso pode demonstrar que eles não aprovaram a proposta ou simplesmente não estão aptos a votar, pois, no caso de uma família, com o casal cooperado, apenas um vota, ou seja, o voto do homem vale pelos dois, o que é muito comum. Apesar da presença das mulheres; se elas não forem as titulares no cadastro da cooperativa, elas não têm direito a votar, apenas a serem ouvintes.

Nos últimos anos todas as assembléias da Coasul contam com um número elevado de pessoas, pois, nessas ocasiões são distribuídos lanches, refrigerantes, e brindes como camisetas com a logomarca da Cooperativa. O que de alguma forma, colabora para a presença do grande número de pessoas, mas não quero dizer que é o fator determinante. Para se ter uma noção das proporções, neste evento foram distribuídos mais de seis mil lanches e refrigerantes e três mil camisetas. Esta assembléia em especial chamou a atenção de vários cooperados porque, na ocasião, foi votada a aprovação do projeto de industrialização, com a instalação do frigorífico de aves, o que gerou curiosidade e especulações.

Descrevo as imagens com alguns detalhes, pois estava presente nesta ocasião, assim como estive presente e participei da organização das últimas cinco assembléias da Coasul.

Também é necessário reconhecer que, para as cooperativas é complexo se afirmar diante das contradições que estão presentes em nossa sociedade, como o

interesse individual e o bem-estar coletivo, entre o local e a mundialização, entre o imediato e a necessidade de projetos de longo prazo. Por isso, a importância da cooperativa como espaço de construção da socialização e da democracia, onde todos cultivam direitos iguais e uma demanda de esforços incessantes para trabalhar as diferenças.

Na fala de Dona Helena parece estar presente sua percepção da falta de comprometimento do cooperado com a própria cooperativa, quando o cooperado somente procura quando acredita agregar alguma vantagem econômica. O que não é difícil de entender, levando em consideração que muitos desconhecem o que é uma cooperativa, e o que é ser um cooperado.

Ainda na sua fala, percebi elementos conflitantes entre os próprios cooperados no que se refere aos rumos seguidos pela Coasul, quando cita: “[...] nossa Cooperativa está crescendo bastante e muitos não acreditam nesse crescimento. Elementos que apontam o descontentamento do cooperado com as ações e decisões da cooperativa, o que se refere exatamente a industrialização, o investimento de milhões de reais na construção de um frigorífico de aves”.

Apesar desse processo de industrialização ser divulgado pela Cooperativa como um investimento “seguro” e que trará para o cooperado mais uma alternativa de fonte de renda, com a criação de frangos, além de gerar empregos e renda para os municípios da região, isso não implica que no quadro de cooperados essa decisão não venha comportar conflitos, divergências, discordâncias e até mesmo outras formas de competição, veladas ou não.

Algumas questões presentes na cooperativa são observadas pelos cooperados, que questionam sua função econômica e social e também sua capacidade de exercê-la no cotidiano. Ainda na fala de Dona Helena, pude observar a indicação para amenizar os alguns problemas:

A cooperativa, indo nas comunidades e explicando o que é o sistema cooperativista, começa a mudar um pouco a cabeça da pessoas; porque sinto que como cooperado da Coasul gostaria que outros produtores também fossem, porque o associado sabendo que a cooperativa é dele, tem mais responsabilidade. Mas tem alguns agricultores que não são associados e só buscar as vantagens, comprando com os melhores preços, isso acho errado. Mas assim, a base da cooperativa são as comunidades, porque se os líderes forem treinados para pregarem o cooperativismo, mostrando porque vale a pena ser sócio, a Cooperativa sempre irá bem.

No relato, a busca pela divulgação do sistema cooperativista seria uma saída que, conseqüentemente, incentivaria a adesão de mais agricultores no sistema. Mas, pretendo aqui levantar apenas uma ponderação apresentada na fala da colaboradora: onde se encontram as vantagens de ser um cooperado, se no próprio discurso anunciam que não cooperados conseguem ter acesso as vantagens do sistema cooperativista?

Nas colocações de Chartier (1994, p.64) podemos observar que:

Assim também a reconstituição dos processos dinâmicos (negociações, transações, trocas, conflitos etc.) que desenham de maneira móvel, instável, as relações sociais, ao mesmo tempo em que recortam os espaços abertos às estratégias individuais. Jaime Contreras diz isso muito bem em seu recente livro *Sotos contra Riquelmes*: 'Os grupos não anulavam os indivíduos, e a objetividade de suas forças não impedia a estes de trilhar uma trajetória pessoal. As famílias [...] desenvolveram suas estratégias para ampliar suas esferas de solidariedade e de influência, mas seus homens, individualmente, também exerceram seu papel. Se o chamado do sangue e o peso das linhagens eram intensos, também o eram o desejo e as possibilidades de criar espaços pessoais. No drama que criou o fantasma da heresia - uma criação pessoal de um inquisidor ambicioso defrontaram-se, em duro jogo, interesses coletivos e concepções diferentes do próprio mundo, mas também cada indivíduo pôde reagir pessoalmente a partir de sua própria *tramazon* original.'

Sem dúvida os problemas e contradições que cercam uma cooperativa não são poucos: concorrência, mercado competitivo e globalizado, gestão de negócio, por fim, uma instituição complexa e plural. De qualquer forma é inegável que ao longo dos tempos demonstraram uma grande capacidade de resistência, de adaptação e de renovação, que possibilitou sua sobrevivência, multiplicando-se e inovando.

Embora o capitalismo não tenha conseguido extingui-las, certamente em muitos casos colocou-as em sua lógica, embora o aparato filosófico tenha permanecido intacto. Nesse contexto, a valorização das finalidades sociais, educacionais e relacionais, deveria estar no centro da atividade econômica, pois aí estaria a própria essência do cooperativismo. Isso implicaria em priorizar a construção de uma estabilidade econômica em outros termos que não os estabelecidos pela lógica capitalista em que o cooperativismo tradicional se insere, e tecer relações de confiança e segurança que extrapolam a dimensão econômica.

Para Oliveira (2006, p.21):

O cooperativismo tem em seus princípios metas de justiça, democracia, igualdade e autogestão, mas no cotidiano isso esbarra em contradições inerentes a condição humana e a vida social. [...] não é fácil 'assimilar e rapidamente incorporar novas formas de pensar e de agir' [...] A multiplicidade de obstáculos para uma vida cooperante é frágil e difícil de enraizar no cotidiano das pessoas.

É importante destacar que apesar de toda a fragmentação do mundo em que vivemos, o cooperativismo tradicional não deixa de ser uma experiência coletiva, uma prática vivida em comum com os outros. Mas, não é pautada pela uniformidade e sim por muitas alternativas, interesses opostos e contrastes.

Por isso também levantamos a necessidade de trabalhar a questão de gênero, que não é o foco da pesquisa, mas que não podemos deixar de reconhecer a necessidade dessa abordagem, nem que seja de forma rápida. Isto porque na sociedade, e também na Cooperativa estudada, as mulheres estão em situação de maior desigualdade, exercendo diversas atividades como: cuidar dos filhos, família e ainda participar do trabalho produtivo na agricultura. Observei que a incorporação das mulheres nas atividades de gestão e tomada de decisões ainda é um empecilho, o que de certa forma potencializa as desigualdades sociais, principalmente no meio rural.

Mesmo em espaços organizados como uma cooperativa, que deveria primar pela igualdade, contraditoriamente existem muitas atitudes machistas e as lideranças são majoritariamente masculinas. Dona Helena relata como conseguiu participar do comitê, sendo a única mulher que integra esses grupos:

Um dia falei para o Carazinho, que gostaria de participar; estar mais perto da empresa que é nossa, e ele me disse: bom, uma hora vamos ver! Até que um dia ele me trouxe o convite, fiquei feliz. Não sabia como funcionava ao certo a Cooperativa, tem que participar para saber, se integrar no sistema cooperativista.

Sua experiência representa sua iniciativa de buscar sua participação, indo até um profissional da área técnica, na função de Engenheiro Agrônomo e solicitando um convite para integrar no grupo e participar das tomadas de decisões da Cooperativa.

Nas práticas cotidianas, verifico que as relações de gênero são desiguais, dentro dos vários níveis da sociedade e no cooperativismo, em especial na Cooperativa aqui estudada, onde estas não são diferentes dessa situação geral. Na

continuação da fala de Dona Helena, ela relata como se sentiu participando do grupo:

Quanto à questão de estar sozinha dentro do comitê, como mulher, acho que fui bem aceita. Sempre reivindiquei que outras mulheres participassem, ou mesmo ocupassem um lugar no Conselho Fiscal ou na Diretoria porque nós temos muitas associadas que poderiam. Às vezes me sinto discriminada, porque existe o machismo, que discrimina as mulheres.

Através da prática profissional, pude observar que muitas mulheres desconhecem como acontece a administração da propriedade rural pelos seus companheiros, não tendo acesso a informações, como: os lucros da produção, os custos do plantio, enfim, a tudo que se refere a propriedade. Ou seja, o papel estabelecido e desempenhado por elas é o de trabalhar, o que certamente não se constitui em igualdade dos gêneros.

Nas ciências sociais, a questão de gênero se distingue do conceito biológico; vai além deste, inclui cultura, ideologia e mais, sendo que a relação de gênero assume formas diferentes conforme as condições de classe, de vida cotidiana, de relações étnicas. No caso aqui abordado, a desigualdade de gênero está presente na vida das mulheres que trabalham na agricultura e são cooperadas da Coasul.

A reflexão de Paulson (2002, p.25) traz uma contribuição para o debate sobre gênero:

É muito importante ver que embora o sexo biológico atinja aos corpos sexuais, o sexo social, o que chamamos de 'gênero' atinge tudo. Linguagem, cosmologia, ciência arquitetura paisagens, estruturas universitárias, leis, economia, mercados de trabalho: todos esses campos incorporam o gênero, na organização dos espaços e atividades, assim como no valor simbólico e na distribuição do poder.

Existem várias perspectivas para interpretar a relação entre gêneros, como as análises de Foucault, sobre poder, que já utilizei no Capítulo 2, e que nesse momento trazem uma contribuição interessante para a compreensão dessas relações, já que o poder não é um objeto natural e sim uma prática social construído historicamente. Dentro dessa perspectiva, o poder, o micro poder, aquele que atinge as relações do cotidiano das pessoas, como a vida em conjunto, na família e em uma cooperativa, está fortemente enraizado nas práticas machistas. As relações de poder se reproduzem ao longo de anos, mesmo que inconscientes. E, dentro destas

relações de poder, não cabe a muitas destas mulheres participarem ativamente das decisões, mesmo que seja em sua propriedade e em sua cooperativa.

Nesse contexto, compreendo que o universo vivido por essas mulheres é complexo e repleto de desigualdade, reafirmado por ações “cooperativistas” que percebem a participação das mulheres num plano inferior .

Entendemos que as contradições, ambigüidades, conflitos e afinidades estão presentes em qualquer grupo social, pois nos deparamos com a pluralidade dos sujeitos e a complexidade do fenômeno.

No decorrer da pesquisa encontrei muitas contradições, inclusive teóricas, como a formulação e divulgação de uma filosofia cooperativista que prega uma identidade universal, com uma visão nobre, que desconsidera os conflitos, jogos de interesse e subjetividades dos grupos. Como se o simples fato da formação de uma cooperativa pudesse submeter todos os indivíduos a exercer e vivenciar os princípios cooperativistas.

No caso das cooperativas tradicionais, dentre elas a Coasul, foram fundadas e formadas com o incentivo do Estado, quando órgãos governamentais fomentaram todo o processo com auxílio nas áreas jurídicas e administrativas, justamente por serem percebidas como peças importantes na modernização da agricultura brasileira, nas décadas de 1960 e 1970.

Outra questão importante que venho observando, não apenas ao longo da pesquisa, mas na prática profissional, é que o sistema cooperativista tradicional, vivido, apropriado e representado por esses sujeitos, mesmo que seja falho ao promover o seu amplo desenvolvimento social, cultura e econômico, ainda é descrito e relatado como fundamental, dentro do contexto vivido por esses indivíduos.

Esse sistema, que é incapaz de responder a uma lógica mais ampla, se torna necessário para o pequeno produtor que não possui condições técnicas nem econômicas de barganhar melhores preços pelos seus produtos, assim como adotar novas tecnologias para incrementar sua produção. Nesse caso, as organizações cooperativas ainda são os espaços de negociação e acesso a tecnologias consideradas mais seguras, pela lógica produtiva estabelecida no capitalismo global. A pesquisa observou que, se esses trabalhadores estivessem presos a empresas privadas, certamente a exploração, tanto no momento da aquisição de insumos como na venda dos cereais, seria maior.

Outra contradição interessante que aparece nas falas dos entrevistados está relacionada à visão idealizada de cooperativismo, um modelo que se pauta em princípios considerados universais, como: “trabalho visando um bem comum; todos unidos”. Mas suas vivências cotidianas mostram que a Cooperativa vivenciada por eles é voltada prioritariamente aos resultados econômicos e em ações para facilitar o acesso ao crédito.

Talvez por esse fato, os cooperados valorizem em suas falas o acesso ao crédito fácil, as facilidades na hora de adquirir os insumos para a lavoura. Do cooperativismo eles tiveram acesso a essas experiências. Desde que não sejam marginalizados, excluídos economicamente, eles vão permanecer nessa lógica e acreditar que essas experiências são as que configuram a filosofia cooperativista. Essas são as apropriações possíveis da prática cooperativista no âmbito das representações que podem ser construídas por meio de suas memórias e subjetividades, a partir do seu cotidiano.

Outro conflito presente está relacionado ao crescimento da Cooperativa, como relata a fala de um colaborador da pesquisa: este fato está causando desconfiança e conflitos entre os cooperados, o que não significa que esses tenham tomado iniciativas em expor suas idéias, em momentos como a Assembléia Geral, órgão que aprova todos os investimentos. A Assembléia Geral acontece anualmente e tem como função principal aprovar as contas/balanço do ano, e decidir os investimentos futuros. Geralmente esses eventos reúnem mais de dois mil cooperados e, certamente, a maioria deles aprovou essa iniciativa. E, nesses momentos, alguns se calam mesmo discordando, o que não se traduz em uma saída, pois a insatisfação gera desabafos, conversas entre grupos menores, mas que não ajudam em nada na promoção de práticas cooperativistas efetivamente democráticas, que levasse ao amplo debate dos problemas e de possíveis soluções em torno dele.

Tais constatações originam um questionamento: as cooperativas tradicionais, como a Coasul, conseguem desenvolver mecanismos de participação, onde as decisões possam ser tomadas democraticamente?

Alguns estudiosos sobre o tema indicam que inúmeras tentativas de democratização do sistema cooperativista tradicional foram frustradas, até porque a democracia interna ficava condicionada pelo limitado acesso dos produtores as

informações e o baixo grau educacional da grande maioria dos produtores rurais, o que reduzia a possibilidade de participação na gestão dessas cooperativas.

Paralelamente, as cooperativas poderiam investir na aprendizagem dos trabalhadores, sobre como assumir coletivamente a gestão do empreendimento, segundo o princípio democrático e igualitário.

O cooperativismo se apresenta, muitas vezes, nas ações práticas como tipicamente individualista, uma mudança radical da proposta original, mas que continua sendo caracterizado e difundido como um movimento social capaz de levar a transformação social, alicerçado no regime de competição e lucro, do que na sociedade baseada na cooperação e na ajuda mútua. É um contexto de contradições e ambigüidades que cercam as cooperativas, e a pesquisa apontou que, quanto mais a cooperativa se expande enquanto empresa e consolida sua sobrevivência em meio a uma ordem competitiva, ela tende a se descaracterizar como cooperativa, e anular as práticas cooperativistas.

Nas minhas vivências profissionais, percebi a falta de comprometimento de alguns cooperados com a Cooperativa, o que não é difícil compreender uma vez que muitos deles desconhecem a filosofia cooperativista, seus direitos e deveres.

Entretanto, das experiências relacionadas às práticas e vivências do cooperativismo, brotam incertezas, perguntas e uma necessidade de ampliar e aprofundar os conhecimentos sobre o sentido e os significados das organizações cooperativistas. Mas percebo que cooperativas como a Coasul ficam devendo como instrumento de aprendizagem de muitos atores sociais na luta por igualdade e na construção da democracia.

3.4 PRÁTICAS DE ASSISTENTE SOCIAL E PESQUISADORA: ENTRE CONFLITOS COTIDIANOS E TRANSFORMAÇÕES DAS REPRESENTAÇÕES

Ao ingressar no Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas a intenção era estudar a posição dos cooperados na Cooperativa, ou seja: por que esses indivíduos não participavam da Cooperativa, já que ela é deles e existe em função dos mesmos. Ao longo do processo fui percebendo que poucos eram os mecanismos que favorecesse a participação dessas pessoas.

No desenvolver da minha atividade profissional são promovidos eventos e curso para os cooperados, mas poucos participam dessas atividades. Não há envolvimento de grande parte dos cooperados com a Cooperativa; a relação que se apresenta mais visível, é comercial e econômica, cada qual buscando favorecer os seus interesses individuais. O que parece é que a filosofia cooperativista, com seus preceitos de democracia, igualdade, educação fica num plano inferior.

Com o desenvolvimento da pesquisa pude perceber muitos fatores dentro do cooperativismo que antes passavam despercebidos, como as relações de conflitos entre o grupo, os jogos de interesses, a subjetividade dos indivíduos, enfim, práticas contraditórias, vigentes num espaço que seria um local democrático, que priorizaria as igualdades entre os indivíduos sem menosprezar ou universalizar a subjetividade.

Acredito que, ao longo da minha pesquisa, adquiri uma visão um pouco mais crítica sobre o cooperativismo, a Coasul, e minha prática profissional. Sobre o cooperativismo busquei refletir sobre as práticas dos cooperados e a filosofia, e entender que, apesar da visão nobre dos conceitos teóricos serem dominantes, eles são dificilmente exercidos, pelo menos no todo. Até por conta do cenário, pois além dos grupos não terem uma visão hegemônica, esse contexto se complica quando simplesmente é copiada a filosofia cooperativista de um universo e colocado em outro.

Sobre a Coasul, acredito que dificilmente seja capaz de proporcionar um processo de emancipação a seus cooperados; suas práticas são tradicionais e não dão conta da complexidade dos sujeitos que abrange, de suas individualidades, expectativas e vontades, pois o grupo de cooperados abrangem milhares de pessoas com níveis educacionais diferentes, culturas, valores e condições econômicas diferentes.

Quanto a minha prática profissional, enquanto Assistente Social, entendi que o meu papel dentro desse contexto, muitas vezes, era de reforçar as relações de dominação, vinculando uma visão hegemônica.

Reconheço que foi difícil construir essa pesquisa estando dentro da cooperativa, no papel de funcionária, envolvida em todos esses processos descritos e ao mesmo tempo, desenvolvendo com o andamento do trabalho uma visão crítica. A soma de vários fatores me levaram a sair da cooperativa em outubro de 2008, o que possibilitou perceber a instituição de fora, sem o comprometimento e as amarras

de antes, além de me proporcionar uma visão distante também me proporcionou novas reflexões, descritas na conclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria complicado fazer qualquer afirmação definitiva ou conclusiva a respeito da Cooperativa estudada, se considerado que as representações sociais dos cooperados, assim como suas práticas e vivências não estão prontas e acabadas, mas sim, em constante reconstrução. (CHARTIER, 2008)

A realização do estudo objetivou observar as representações sociais construídas sobre o cooperativismo tradicional, em especial as práticas e vivências dos cooperados da Coasul Cooperativa Agroindustrial.

O cooperativismo, historicamente, teve como centro de suas ações voltadas a práticas sociais, como possibilidade de autogestão e de democracia dos trabalhadores (SINGER, 2002). Mas sua atuação efetiva no contexto atual defronta-se com diferenças e contradições, dependendo, dentre outros fatores, da conjuntura política e econômica.

O estudo demonstra que o cooperativismo tradicional no Brasil se instalou inserido no sistema capitalista, o qual domina as relações de mercado e produção. Nesse sistema o trabalho, é visto como um fator de produção onde os custos precisam ser reduzidos para ampliar a rentabilidade e a competitividade; só assim ampliará seus espaços no mercado.

Provavelmente esse seria o momento onde as cooperativas deveriam achar um espaço e gerar vantagens competitivas em relação às empresas, mas acabam muitas vezes inseridas no jogo da competição capitalista, adotando o objetivo de crescimento ilimitado, com várias indústrias de transformação de matéria-prima, além de inúmeros funcionários e uma estrutura milionária.

O desenvolvimento de ações, ao mesmo tempo comerciais e de acordo com os princípios cooperativistas, é um grande desafio para essas instituições. O que exigiria uma nova estratégia de atuação, e a real intenção das cooperativas de exercer na prática os princípios como: democracia, educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade.

Acredito que seja importante ressaltar que uma Cooperativa como a Coasul tem grande importância econômica para a região onde atua, como foi destacado anteriormente. Essa importância vai além da agricultura e da vida de seus cooperados; conseqüentemente, suas decisões interferem diretamente nos locais

onde atua, seja na geração de emprego e renda, até mesmo em toda a estrutura de um município. Como, por exemplo, com a instalação de uma indústria; a qual exigiria estradas, escolas, habitações, saúde, enfim uma grande infra-estrutura para as pessoas trabalharem no local.

Cito isso porque, no segundo semestre de 2008, a Cooperativa conseguiu a aprovação de um projeto de construção de abatedouro de aves no município de São João, com capacidade de abater cem mil aves/dia e com um investimento inicial previsto em mais de R\$ 80 milhões de reais, o que gerará 1.000 empregos diretos além, é claro, dos serviços terceirizados (como caminhões para o transporte, refeitórios e trabalhadores para a construção da infra-estrutura); a estimativa divulgada pela Coasul é que no ano de 2.011 se iniciem as atividades.

As informações divulgadas pela Cooperativa dão conta que a comercialização desses produtos será destinada especialmente para o mercado externo: mais de 70% da produção já está comprometida com o mercado oriental.

Ainda não existe um estudo que aponte estimativas para os impactos sociais no município, mas a industrialização das cooperativas tradicionais no mundo globalizado é um fato consumado e crescente, segundo divulgação da Ocepar.

Nas palavras de Hall (2005, p.69):

[...] a aceleração dos processos globais, de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância.

Certamente todo esse processo trará várias mudanças para a Cooperativa, que deixará de ter seu foco econômico centrado na recepção de matéria-prima, os cereais, para a industrialização de aves, o que também possibilitará para o cooperado uma nova fonte de renda – a criação de aves. Certamente essa possibilidade não se estende a todos, pois os custos de construção da infra-estrutura de um aviário são relativamente altos para uma grande parte dos cooperados, o que não viabilizaria a liberação de um financiamento bancário para esses agricultores, excluindo diversas pessoas desse espaço de produção, ou opção de renda.

Na colocação de Hall (2005, p. 75-76):

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente. [...] No interior do discurso do consumismo global, as diferenças e as distinções culturais, que até então definiam a identidade, ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global, em termos das quais todas as tradições específicas e todas as diferentes identidades podem ser traduzidas. Este fenômeno é conhecido como homogeneização cultural.

Não posso deixar de perceber que o cooperativismo tradicional se apresenta, muitas vezes, nas ações práticas como tipicamente individualista, uma mudança radical da proposta original, mas que continua sendo caracterizado e difundido como um movimento social capaz de levar a transformação social, mas alicerçado no regime de competição e lucro, na sociedade baseada na cooperação e na ajuda mútua. É certamente um contexto de muitas contradições e ambigüidades que cercam as cooperativas tradicionais, entre elas, a Coasul.

Por essa soma de fatores, o cooperativismo adotado nas cooperativas tradicionais encontra várias dificuldades na promoção do desenvolvimento cultural e social de seus cooperados. Mas isso não significa que em alguns momentos ele não possa cumprir sua função econômica.

Cabe ressaltar a participação da Coasul como instrumento de desenvolvimento regional, o que se traduz no repasse de tecnologias e a busca por diversificação da atividade agrícola. Ainda que não atinja a todos os cooperados, representa um elo de construção de complementaridade, favorecendo o acréscimo dos excedentes econômicos, gerando empregos diretos e indiretos e repasse de impostos aos municípios onde atua.

Outro elemento apontado na pesquisa, na fala dos cooperados, foi a questão da confiança na Cooperativa, que ficou latente como uma estratégia de manutenção e melhoria da propriedade rural, traduzindo-se na principal motivação para a associação na mesma.

Mesmo havendo empresas com produtos e serviços semelhantes prestados pela Cooperativa, muitos produtores ainda confiam a está a sua produção. Esse sentimento de confiança é alimentado pela visão de eficiência e eficácia construídas pelas cooperativas, ilustradas nos excelentes resultados financeiros que apresentam ano após ano, tornando-se “empresas” sólidas e competitivas no mercado nacional e internacional.

Essa confiança, tampouco se deve à forma de organização social da Coasul por Comitês, ou seja: quatro grupos nas unidades mais antigas que não envolvem mais de duzentos cooperados dos mais de três mil, num debate acerca das práticas cooperativistas, técnicas de manejo da propriedade e disseminação de tecnologia, o que não o torna um eficiente mecanismo de participação nas decisões estratégicas do grupo.

Outros trabalhos desenvolvidos pela Cooperativa, voltado às mulheres e jovens, não se constituem em ações que resultem em envolvimento dos cooperados, uma vez que são ações isoladas e paliativas. Mesmo assim, são atitudes avaliadas pelos cooperados de forma positiva, os quais reconhecem através de seus discursos necessidade de projetos educacionais, sociais e culturais que possibilitem encontrar viabilidade para a pequena propriedade.

A preocupação concentra-se principalmente nos jovens cooperados e filhos de cooperados, os quais precisam instrumentalizar-se para permanecer no campo, dando continuidade a atividade agrícola e, principalmente, à propriedade da família. Essa foi uma preocupação que apareceu na fala dos colaboradores da pesquisa, o que torna um grande desafio para a Coasul.

Embora muitos estudos acerca da temática sejam elaborados, e vários estudiosos trabalhem com a questão cooperativismo, história e conceitos, o que acontece é que as análises se dão de forma muito parecidas. Ou seja, tanto para autores que defendem o cooperativismo das economias solidárias, quanto para instituições representantes das grandes cooperativas tradicionais do país, o tema é tratado com muita nobreza, muitas vezes retirando do contexto os conflitos e ambigüidades que envolvem os grupos cooperativistas.

No trabalho, a reflexão teórica sobre representações sociais foi fundamental, pois é através das falas dos sujeitos que se identificam as representações sociais que estão presente no cotidiano, uma vez que todas as falas estão repletas de significações do imaginário, construções e memórias. (BAUMAN; HALL, 2006)

Percebi, no desenrolar da pesquisa, que quanto mais uma cooperativa se expande enquanto empresa e consolida sua sobrevivência em meio a uma ordem competitiva, ela tende a se descaracterizar como cooperativa, e anular na prática os princípios cooperativistas.

A cooperativa repassa ao quadro de cooperados uma representação, de um discurso solidário, que atingirá os princípios cooperativistas, como um processo

possível, colocando-os em um horizonte utópico. Por sua vez, os cooperados aderem a representação e se apropriam dos discursos, como nas memórias descritas no trabalho dos colaboradores da pesquisa, os quais, reconhecem a necessidade da execução dos outros princípios, mas acreditam na possibilidade de que eles chegarão a serem exercidos.

Mas as práticas da cooperativa atendem ao modelo econômico vigente, agroexportador. Com o trabalho podemos perceber que a cooperativa capitaliza as subjetividades dos indivíduos, que esperam educação, cultura, democracia, entre outros retornos e capitalizam para o modelo vigente, o que se torna uma motivação para que os cooperados acreditem num possível avanço em direção aos princípios cooperativistas.

Nas minhas percepções como pesquisadora, creio que a cooperativa não venha à exercer nas práticas cotidianas as representações dos cooperados, e dificilmente chegará a atender as expectativas dos cooperados, pois, o seu aprofundamento tende em direção a acumulação de capital e não em direção aos princípios cooperativistas.

Por fim, o estudo não pretende atribuir ao cooperativismo tradicional o detentor da fórmula mágica capaz de solucionar todos os problemas, complexidades e diversidades que envolvem os cooperados e a atividade agrícola, assim como não pretende desenhá-lo como vilão. Este trabalho objetivou apenas analisá-lo, a partir da ótica de alguns cooperados, como o sistema cooperativista que vivenciam não atende integralmente, ou pelo menos parcialmente, as funções sociais, educacionais e culturais de acordo com a filosofia cooperativista.

Não sendo definitivo, o trabalho pode remeter a futuros estudos que tratem do aprofundamento da temática do cooperativismo tradicional, onde cabem ainda inúmeras indagações a serem pesquisadas e refletidas. (FOUCAULT, 2002) Acredito que o cooperativismo tradicional seja um campo fértil para vários estudos que respondessem, por exemplo: diante das dificuldades apresentadas, que mecanismos seriam capazes de possibilitar a participação efetiva dos cooperados, especialmente quando se percebe a multiplicidade de interesses que cercam essas instituições? Diante do processo de globalização que pressiona a tecnificação da agricultura na busca por resultados econômicos positivos, com o aumento dos custos dos insumos agrícolas e padronização mundial dos preços pago ao produto

final (cereais), qual será o futuro ou a alternativa para o pequeno produtor? E qual o papel do cooperativismo nesse evidente processo de crescente exclusão?

Acredito, também, na importância de estudos que possam evidenciar a especificidade da Região Sudoeste do Paraná, que se destaca como sendo amplamente voltada a atividade agrícola, o que poderia apresentar pistas para a formulação de políticas públicas voltadas a essa atividade, criando possibilidades da permanência das pessoas no campo, principalmente das famílias que possuem pequenas propriedades, e deste espaço depende sua sobrevivência.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M. & SILVESTREIN, C.B. **Coletânea de gênero plural**. Curitiba. Editora: UFPR, 2003.
- ALMEIDA, L. F. R. de. De JK a FHC: apontamentos para uma análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo. In: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. D. (Orgs.) **No fio da navalha: críticas das reformas neoliberais de FHC**. São Paulo: Xamã, 1997.
- AMADO, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, São Paulo, n. 15, p.1-123, abr., 1997.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003
- _____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999
- _____; HALL, Stuart. op. cit; HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 11^a ed., Porto Alegre: DP&A Editora, 2006.
- _____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BENETTI, M. D. **Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE, 1982.
- BOURUIGNON, Jussara Aryres. **A pesquisa sobre representações sociais no contexto do Serviço Social**. Revista Emancipação, n 1. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2001
- BOSI, Ecléa. **Memórias e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: EDUSP, 1979
- CAZELLA, A. A. & TURNES, V. A. A Política de Financiamento Rural e a Agricultura Familiar. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - Ilhéus - BA. **Anais...** Brasília: Sober, 1993.
- _____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994. Disponível em: <<http://www2.cpdoc.fgv.br/revista/arq/140.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2008.
- _____. "Cultura popular": revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p.179-192, 1996. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/172.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2008.
- _____. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002; 2006.
- _____. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Lisboa : Rio de Janeiro: Difel : Bertrand Brasil, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000100010&lng=&nrm=iso>. Acesso em: ago. 2008.

_____. **A beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed: Universidade UFRGS, 2002.

CHAUI, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

_____. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Editora Ática, 1999.

_____. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Departamento de Comunicação Social**. Disponível em: <www.coasul.com.br/noticias>, 2008. Acesso em: 10 jun. 2008.

COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Demonstrativo da evolução do crescimento econômico, quadro social, número de funcionários e recepção de cereais da Coasul, de 1997 a 2007**. Arquivos da Coasul, 2007.

COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Organograma hierárquico funcional**. Arquivos da Coasul, 2008.

DE CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **A cultura no plural**. Campinas: Papius, 1995.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo**. Uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto–SP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 1-14.

_____. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. de. **A economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. **Economia solidária e movimentos sociais**, in: Medeiros, A., Schiochet, V. e Schwengber, A., Políticas Públicas de Economia Solidária - por um outro desenvolvimento. Recife: Edufpe, 2006.

_____. SILVA Jr. **Uma dinâmica associativa emblemática no nordeste brasileiro**, In: França Filho, G., Laville, J., Medeiros, A. e Magnen, J.P. (Orgs.) Ação

pública e economia solidária- uma perspectiva internacional, Porto Alegre-Salvador: Edufrgs- Edufba, , 2006.

GIDDENS, A. **Modernização reflexiva**: trabalho e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG : Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____; WOODWARD, K. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados referentes à agricultura brasileira**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=340&id_pagina=12007>. Acesso em: fev. 2007.

_____. **Dados referentes aos municípios da região sudoeste do Paraná**. Base: Dez/2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default.shtm>>. Acesso em: fev. 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Dados referentes ao Estado do Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/territorio_centro_sul.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2007.

LIANZA, S.; ADDOR, F. **Tecnologia e desenvolvimento social e solidário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

LOUREIRO, M. R. G. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUNA, S.V. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002

MAGALHÃES, F. de B. B. **Paraná**: economia e sociedade. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES: Curitiba, 2006.

_____. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES: Curitiba, 2006.

MEIHY, J. C. **Sebe bom**. Manual de História oral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Manual de história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MELLO, S. L.; SÍGOLO, V. M.; BARBIERI, E. M. **Economia solidária e autogestão: encontros internacionais**. Vol. 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007.

MENESES, U. T. B. de. A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 34, p. 9- 24, 1992.

MENESES, U. T. B. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Z. L. (Org.) **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: EDUNESP/ FAPESP, 1999. p.11-30.

MESQUITA, A. S. **Cooperativismo, cacaicultura e crise**. Cruz das Almas, Bahia: Universidade Federal da Bahia, 1998.

MONTENEGRO, A. T. **Historia oral e memória**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

NAMORADO, R. **Estudos de direito cooperativo e cidadania**. Curitiba: UFPR, 2005.

_____. **Introdução ao direito cooperativo**. Portugal: Coimbra: Almedina, 2000.

_____. Os princípios Cooperativistas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 12, Coimbra, 1995. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/cec/oficinarn156.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2008.

_____. **Horizonte cooperativo: política e projeto**. 2. ed. Portugal: Coimbra: Almedina, 2006.

_____. Cooperativismo: história e horizontes. **Oficina do CES**, 278, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/278/278.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

_____. A economia social: uma constelação de esperanças. **Oficina do CES**, 213, set. 2004. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/cec/archive.htm>>. Acesso em: 15 jul.2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 10 de out. 2008.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**, São Paulo: Cortez, 2004

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **O que é o cooperativismo**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 14 maio 2008.

_____. **Cooperados e cooperativas brasileiras**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: nov. 2008.

_____. **O que é cooperação.** Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 14 maio 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS PARANAENSES - OCEPAR. **Cooperativas agropecuárias paranaenses.** Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/ocepar/servlet/PanoramaCooperativismo>>. Acesso em: jan. 2007.

OLIVEIRA, F.; WERBA, G. **Psicologia social contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, P. de S. **Cultura solidária em cooperativismo:** projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

PAULILO, M. Â. S. **AIDS:** os sentidos do risco. São Paulo: Veras, 1999.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativista nos regimes capitalista e socialista.** 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

_____. **O cooperativismo no Brasil:** da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Gênero e desenvolvimento em cooperativas:** compartilhando igualdade e responsabilidades. Brasília: SESCOOP, 2000.

PINHO, D. B. & PINHO, C. M. O Estado brasileiro e o cooperativismo. **Revista Perspectiva Econômica - Série Cooperativismo**, 5, Porto Alegre, RS, v.10, n.24, p. 99-127, 1980.

PINTO, J. R. L. **Economia solidária:** de volta a arte das associações. Porto Alegre: Editoria UFRGS, 2006.

POLLAK, M. **Memória e Identidade social**, Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10., 1992.

REY, F. G. **Sujeito e subjetividade:** uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

RIBEIRO, S. L. S. **Processos de mudança no MST:** história de uma família cooperada. –Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo, 2002.

RODRIGUES, C. **Desconstruir é democratizar.** O Globo. 08/10/2005. Disponível em: <http://www.estacaoliberalidade.com.br/clip/globopensar.htm>

ROUILLÉ D'ORFEUIL, H. **Economia cidadã:** alternativas ao neoliberalismo. Petrópolis: Vozes 2002.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SALES, C. **O Cooperativismo de Crédito e o Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil.** Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação -

Coordenação de Publicações. Câmara dos Deputados. Separatas de Discursos, Pareceres e Projetos N. 115/97, 1998.

SANTOS, A. P. Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História. **Revista de História Regional** 12(1): 101-129, Verão, 2007

SANTOS, B. de S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalistas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Ed. 10. Rio de Janeiro: Record, 2003

SILVA, M. O. da S. e. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez : FAPEMA, 2006.

SINGER, P. **Uma utopia militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Aprender economia**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativa. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Para entender o mundo financeiro**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, P.; SOUZA, A. (Orgs.) **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 123-134.

SIGNER, P.; MACHADO, J. **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, P.; SOUZA, A. **Economia solidária no Brasil**: a autogestão contra o desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P.; SOUZA R. S. **A Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, M. de **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 304f. Tese (Doutorado) – Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SPINK, M. J. P. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.